

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**“OS SERTÕES” E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO  
A autonomização e formação do trabalho no Brasil**

Dissertação de Mestrado

Caio Martins Homem Esquioga

Versão Corrigida

São Paulo  
2019

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**“OS SERTÕES” E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO  
A autonomização e formação do trabalho no Brasil**

Dissertação de Mestrado

Caio Martins Homem Esquioga

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

Versão Corrigida

São Paulo  
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E74s      Esquioga, Caio Martins Homem  
            "Os Sertões" e a História do Pensamento Geográfico: A  
autonomização e formação do trabalho no Brasil / Caio  
Martins Homem Esquioga; orientador Carlos de Almeida  
Toledo. - São Paulo, 2019.  
            110 f.

            Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia  
Humana.

            1. GEOGRAFIA. 2. LITERATURA BRASILEIRA. 3. BRASIL  
REPÚBLICA. 4. CIÊNCIA. 5. MODERNIZAÇÃO. I. Toledo, Carlos  
de Almeida, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA  
DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): Caio Martins Homem Esquioga**

**Data da defesa: 26/03/2020**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Carlos de Almeida Toledo**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP.**

São Paulo, 03/06/2020



---

**ESQUIOGA, C.M.H. OS SERTÕES E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A autonomização e formação do trabalho no Brasil.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dra. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Eu que talvez esteja mais próximo que pareça  
Vago no umbral da vida ou nas lembranças da beleza  
Não sei se virei fim ou me perdi em mim  
Mas, nessa expressão posso ser história em recomeço  
Psicografado, nunca esquecido ou requerido  
Não se preocupe comigo  
Mas com a época que devora caminhos e destinos  
Com tanta pressa  
Apagando rastros que nos ensinam e nos permitem voltar*

*Marcelo Yuka*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo do processo de pesquisa e dos turbilhões de acontecimentos e sensações que permearam estes anos fiquei me questionando se faria um agradecimento sucinto, longo ou nada. Durante todo o processo mudei várias vezes entre estes três pontos, ao final do exaustivo processo final de escrita, tive a certeza de que seria extremamente sucinto, porém nas últimas palavras do texto, e as conversas que tive com a Leidi, tentando explicar a ela o que eu estava escrevendo e como me sentia, pois chegava a conclusões cada vez mais desoladoras deste mundo miserável que vivemos (com certeza, muito mais para uns do que para outros, mas miserável, sem dúvida). Então decidi que devido a possível melancolia do texto, achei que poderia ser bom escrever aqui do jeito que viesse na cabeça, o quanto cada pessoa foi importante e o quanto apesar de tudo, é muito bom viver com vocês ao lado.

Pensei também que com conclusões – pelo menos as minhas – tão desoladoras, não utilizar algum espaço deste texto para expressar em algum lugar, sentimentos que me parecem carecer em boa parte de nossas relações, e que cada vez mais precisam ser transmitidos, para que talvez – pelo menos um dia – faça mais sentido para um número cada vez maior de pessoas, uma frase que li e me emocionei estes dias no livro do Amyr Klink: 100 dias entre o céu e o mar: “...a maior felicidade que existe é a silenciosa certeza de que vale a pena viver.”

Acho que só consegui me emocionar ao refletir sobre esta frase por causa dos seres que passaram pela minha vida, e que me ajudam a lidar com tantas tristezas presentes neste mundo. Então aí vão os agradecimentos.

Sem vocês com certeza não teria chegado aqui: Lyon, Xitara, Luck, Ted, Lika, Fox, Tob, Fred, Jolle, Pancada, Brida, Chop, July, Angel, Lud, Ozzy, Led, Bolinha, Bili, Biribo, Bob, Mike, Pup, Kim, Zaza, Bitu, Mel, Lola, Frida, Cuca, Matápa Olga, Glóglio, Xitu, Fidel, Bolt, Thor, Mujica, Atena, Belinha, Frodo, Daninha, Tom, Fredo, Kombi e Nalu, obrigado por aguentarem praticamente todos os dias, todas as minhas chatices, maus humores e reclamações da vida, sem vocês com certeza tudo seria mais difícil. A Zezi, Dona Luzia e Clarice pelo carinho e confiança;

Também só foi possível me emocionar com esta leitura, pois um dia alguém me ensinou o gosto pela leitura, e também muitas vezes leu antes que eu dormisse, minha mãe, mulher mais do que dedicada para a criação de um filho, com todas as dificuldades de lidar com o mundo do trabalho, e depois dos 40 ainda resolveu fazer faculdade, pois viu que o desenrolar deste mundo não era nada animador, e se desdobrava para organizar a casa, aguentar um filho adolescente com suas crises, engolir os sapos do mundo do trabalho e depois ir para a faculdade e mesmo assim sempre se manteve firme para me ajudar a lidar com as dificuldades da vida, os agradecimentos sempre serão insuficientes em relação a todo seu esforço. A Vovó Diça e as minhas tias, Gelse, Wilma e Claudia, muito obrigado pelo afeto.

Ao meu pai que apesar da distância sempre se preocupou em demonstrar todo seu afeto, e rigidez também, ao ressaltar sempre a importância dos livros, o que ajudou a me trazer aqui hoje. Também me ensinou muito sobre os desapegos materiais da vida, o que acho me ajuda muito hoje a ter menos problemas.

A Leidi companheira que neste ano completam 10 anos de relação, pessoa maravilhosa, conhecer alguém como você me ajuda a ter esperança que ainda temos uma saída para um mundo tão triste, pois todo seu afeto, sinceridade, e vontade de compreender o outro me inspira e me ajuda todos os dias a tentar ajudar alguém, e tenho visto o quanto é importante escutar o que os outros tem a dizer sobre a vida. Obrigado também por me ensinar a brigar e colocar pra fora as insatisfações. Muito obrigado por dividir esta vida comigo, e a cada dia formular novas perguntas sobre nossa existência.

As minhas primas Ju e Nina, e primos Pedro, Paulo, João, Felipe e Luciano.

Ao Carlão, que talvez eu nunca tenha falado diretamente isto a ele, mas que me inspira muito enquanto pessoa, por toda sua dedicação aos estudos, e por estar sempre disponível em conversar, das questões mais complexas as mais simples do nosso cotidiano, e apesar de todos os problemas ainda consegue tirar boas risadas. Sei que você não gosta dos pedidos de desculpa – mas talvez este seja um para mim mesmo – eu gostaria de poder ter aproveitado mais você neste momento de pesquisa, mas esta vida cada vez mais acelerada, de viração de grana – e por culpa da minha organização também – por muitas vezes me impediu de te procurar mais, porém você sempre se mostrou muito solícito e compreensivo, muito obrigado pela compreensão e por ser esta figura. Também me ensinou muito a perceber as pessoas, e ter a curiosidade de tentar saber como as pessoas constroem as narrativas de suas vidas,



este interesse aumentou também minha curiosidade em ouvir mais as pessoas e assim me aproximar mais delas, e isto só me faz bem, num mundo onde as relações pessoais estão cada vez mais distantes. Agradeço a Marta sempre recebendo com um sorriso, comida boa e boas conversas cachorreiras.

Conheci o Carlão através do Dieter que ajudou a abrir um novo mundo de pulgas, não só de pulga mas também uns caminhos pelo sertão (de dentro ou de fora?) de Guimarães Rosa, não tem como voltar o mesmo depois de uma aventura pelo Grande Sertão: Veredas, então te agradeço muito por ter colocado no meu caminho o sertão, o Guimarães e o afeto de sempre nas conversas, a ter me ensinado sobre a felicidade nos momentos de distração. As pulgas deixadas pelo Guimarães me levaram ao:

Roncari, também só tenho a agradecer toda a solicitude de sempre estar disposto a conversar sobre suas pesquisas e dividir a paixão pela leitura e o conhecimento. Na qualificação quando aquele texto era apenas uma “bomba”, você com todo o cuidado e carinho ajudou a colocar a bola no chão. Também me ensinou algo que ajuda a me manter em pé hoje, e que eu não tinha percebido na leitura do Grande Sertão, e é um dos maiores ensinamento que tenho hoje: “Riobaldo se forma enquanto herói, quando se espelha em Diadorim, assim como nós! Nos formamos a partir do aprendizado de nossas relações com o outro.”

Falando em aprender com o outro, durante minha graduação aprendi muito com a Amélia, seja na sala de aula ou nos grupos de estudo. Neste processo de estudo e muitas vezes de confusão sobre o que estamos pensando, você sempre tenta captar algo daquilo que falamos tenta transformar numa reflexão, lembro das primeiras aulas em que eu tentava falar, talvez falasse muitos absurdos mas você sempre tentava partir daquilo que eu estava tematizando para tentar me colocar na conversa, aprendi muito com isso e tento usar como espelho hoje na sala de aula, tem dado certo, pois esta é uma maneira importantíssima de mostrar que você está percebendo alguém. Também estive presente no meu TGI, e apesar de toda bomba que ele era, soube encontrar pontos positivos. Valeu!

A Carol também devo muito por destrinchar o texto da qualificação e me ajudar nos caminhos possíveis, com muita paciência para lidar com um texto que só queria explodir. Não só do texto, mas também por todo afeto, te admiro muito – tanto pela sua brabeza quando precisa – quanto pelo carinho que tem comigo.

A Renatinha também por sempre estar disposta a trocar uma ideia, e desabafar sobre a vida, as dificuldades da pesquisa e dar risada também.

Ao Erick que leu uns trechos deste trabalho e me ajudou muito também.

Ao Fabião e a Ceci, no início desta pesquisa me receberam na casa deles e com toda a paciência me ajudaram a entrar na conversa sobre a formação do trabalho no Brasil, sem vocês eu teria sofrido muito mais para conseguir fazer esta pesquisa.

A todos os amigos que fiz durante a graduação, Bruno, Cecilia, Brunão, Antônio Abilli, Felipe Ricardo, Ju Camacho, Ricardo, Ju Bonfim, Renato, Fernando, Geine, Giovana, Amanda, Ana's, Ale, Karina, Isaac, Rafa Aragi, Gabiru, Artur, Daniel's, Vivi, Rafa, Cássio e Pedrão. Ao André que ajudou a corrigir o texto do projeto, e que inspira pela sua trajetória.

A toda a galera do grupo de sexta, do grupo do colapso e também do grupo alienação, a Lu e o Ariel em especial que tentaram levar com força nos últimos anos o grupo do colapso, com certeza ele colapsou para se transformará em outro. Ao Allan também que sempre esteve disposto a trocar ideias, e farejar novas pistas deixadas pelos cães, valeu por ser este cão provocativo.

Ao Xavito companheiro firme destes últimos anos, que aguentou bastante meu falatório da pesquisa, e não só, como também sobre nossas tematizações da vida, ajudando a lidar sempre com a bucha que é viver. Ainda leu trechos deste texto, o que deu um gás na reta final. Amigo da vida e por incrível que pareça de trampo também, me apresentou uma galera muito firmeza, Jansen, Vili, Felipe, Calu, Serginho, Mario, Marcelo, Cacao, Olé, Leila e Luma, apesar de ser trampo fazer isso com vocês deixou a coisa mais leve. Falando em trampo agradeço ao Wellington por muitas manhãs aguentar os meus devaneios e por sempre embarcar neles.

Ao Necas, Bruninha e Rafa companheiríssimos na entrada para o mestrado e para a vida;

Ao Rodrigo da Pancada, que abre tantos caminhos, desde das reflexões para a criatividade, das vidas e das festas também, valeu por você e agradeço ainda mais nossa eterna

Pancada por nos apresentar.

Aos amigos da infância que também ajudam a lidar com todo este mundo louco, Dan pelo afeto, Lucas pelas conversas, Rodolfo pelas risadas, Felipe pelas brigas e risadas e brigas, Diego pelas brigas e risadas, ao Júlio amigo dos encontros, Daniel (Poste). Thiago apesar da distância os pensamentos estão sempre juntos. Ao Carlos

que é um ser muito querido. Ramon amigo incrível e parceiro de todos os momentos, ao Marcos que me aguentou falar bastante e que nas nossas discordâncias descobrimos que concordamos em muitas coisas. Ao Braza, que apesar de todos os problemas do mundo, consegue através de algo tão lindo que é a música, ajudar a refletir, buscar e encontrar as coisas boas do mundo.

Esta pesquisa foi financiada pelo CNPQ, se com esta ajuda já foi um caminho difícil, nem imagino como seria não ter.

## RESUMO

ESQUIOGA, C.M.H. **OS SERTÕES E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A autonomização e formação do trabalho no Brasil.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Esta pesquisa é um estudo sobre o livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha, e como a partir deste foi possível discutir algumas questões como: raça, modernização, autonomização do capital e a formação do trabalho no Brasil. A partir dos temas abordados por Euclides da Cunha foi possível relacioná-lo aos autores considerados da “Geografia Clássica” como Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, não só o contexto histórico dos autores era o mesmo como também suas concepções científicas, raciais e os ideais nacionais. Apesar de todos partirem da ideia de uma superioridade racial europeia, os autores apresentam divergências nos estudos sobre a raça, o que parece ser decorrência dos desígnios imperialistas tanto de Ratzel como de La Blache. Neste sentido é importante ressaltar que esta pesquisa tem como objetivo desnaturalizar os discursos que entendem esta mediação social como um desenvolvimento da técnica humana, e como estas concepções são tributárias de uma ciência que se constitui a partir das ciências naturais. Desta forma foi possível construir uma argumentação que nega tanto a ideia de uma ciência neutra como a do surgimento da nação enquanto processo evolutivo do “humano”, ambas fazem parte de um determinado contexto histórico e ao partirem da premissa da neutralidade, naturalizam uma forma social que só é capaz de se reproduzir a partir da violência.

**Palavras-chave:** Os Sertões, Euclides da Cunha, História do Pensamento Geográfico, autonomização, literatura brasileira

## **ABSTRACT**

*This research is a study on the book “Os Sertões” by Euclides da Cunha, and how from this it was possible to discuss some issues such as: race, modernization, capital autonomy and the formation of work in Brazil. From the themes approached by Euclides da Cunha it was possible to relate it to authors considered from “Classical Geography” such as Friedrich Ratzel and Paul Vidal de La Blache, not only was the historical context of the authors the same, but also their scientific, racial conceptions and national ideals. Although they all started from the idea of European racial superiority, the authors present divergences in the studies on race, which seems to be due to the imperialist designs of both Ratzel and La Blache. In this sense, it is important to emphasize that this research aims to denaturalize the discourses that understand this social mediation as a development of human technique, and how these conceptions are tributaries of a science that is constituted from the natural sciences. In this way, it was possible to construct an argument that denies both science and the nation as neutral, or as a historical process of evolution of the “human”, both are part of a certain historical context, and starting from the premise of neutrality, naturalize a form which is only capable of reproducing itself through violence.*

*Keyword: Os Sertões, Euclides da Cunha, History of Geographic Thought, autonomy, Brazilian literature*

## SUMÁRIO

RESUMO.....	12
ABSTRACT .....	13
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO 1 .....	18
1.1 A Terra .....	18
1.2 O Homem.....	30
1.3 A Luta.....	47
CAPÍTULO 2 .....	55
2.1 Breve História do Pensamento Geográfico .....	55
2.2 Contextualização dos autores e a busca por um objetivo(?).....	60
2.3 Evolução racial até o Estado-Nação? .....	64
2.4 Raça.....	68
2.5 Forma-mercadoria e o fetichismo da mercadoria.....	77
2.6 Do Estado Nação ou da Nação ao Estado?.....	83
2.7 Autonomização e Formação do Trabalho no Brasil e a Crítica da Nação .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
BIBLIOGRAFIA .....	107

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um estudo do livro “Os Sertões”. Não foi o objetivo apresentar o que Euclides da Cunha realmente quis dizer, pois incorreria na mesma questão criticada neste texto sobre a neutralidade do pesquisador no estudo do seu objeto, talvez quando o pesquisador faça um estudo sobre Euclides da Cunha saiba-se mais do pesquisador do que sobre o próprio Euclides, da mesma forma que quanto mais Euclides fala da raça e do Brasil, sabe-se mais de Euclides do que sobre o Brasil.

A ideia não é partir do relativismo, mas é discutir o que é a “objetividade fantasmagórica” proposta por Marx. Desta forma foi uma preocupação constante não torcer o objeto da pesquisa até ele dizer aquilo que a pesquisa desejava “provar”. Por isso o texto pode parecer maçante e repetitivo, mas é a tentativa de apresentar de forma mais completa as ideias propostas, não as tratando enquanto erradas ou atrasadas, mas como contraditórias. Não por acaso, busquei em seus contemporâneos – Lima Barreto e Machado de Assis – formulações distintas para os mesmos problemas.

O texto está dividido em dois capítulos, o primeiro capítulo é uma resenha de “Os Sertões”, nele é apresentado os três capítulos do livro, a resenha destaca as influências científicas e faz uma breve história das ideias do autor, outra questão importante é a sua interpretação da história não só de Canudos mas principalmente da formação economia, social e política do Brasil. A ordem de apresentação da pesquisa segue a ordem de apresentação das ideias de Euclides, assim facilita tanto a escrita como a leitura, o que pode ter dado um movimento repetitivo ao texto, a repetição aparece não só como uma forma de exposição do objeto mas também como decorrência das ambiguidades presentes no discurso de Euclides, que parece construir o livro preocupado em criar um discurso que tenta conciliar os diferentes projetos de nação que envolviam o Brasil na época.

O segundo capítulo desta pesquisa, propõe uma aproximação entre Euclides da Cunha e os autores considerados da Geografia Clássica: Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. A aproximação foi possível tanto pelo mesmo contexto histórico dos autores, e de debates teóricos, como pela preocupação com os discursos de formação dos seus respectivos Estados nacionais. Neste capítulo é apresentada uma

breve discussão sobre como se constitui a geografia enquanto ciência, e quais as contradições envolvem a “escolha” do seu objeto de estudo. Foi importante também buscar uma contextualização histórica do debate envolvendo os três autores, discutindo o processo de formação da ciência, não como um campo autônomo da sociedade, mas como momento da divisão do trabalho. O texto foi construído para desnaturalizar o discurso científico que entende a sociedade moderna, produtora de mercadorias, enquanto a mais evoluída na história da Terra. Busca-se ao longo deste capítulo discutir como se constitui historicamente este discurso que ao se pretender neutro e objetivo, naturaliza uma violenta forma de relação social desta sociedade produtora de mercadorias.

Desta contextualização é possível discutir como estes autores compreendiam também o Estado enquanto parte de uma evolução da humanidade. Estas formulações estão baseadas na discussão de formação racial, que também compreendia a raça branca europeia como a mais evoluída, o que serviria como base para justificar todo o colonialismo, e mais uma vez naturalizava a violência como forma de imposição desta sociabilidade. Os autores partem de uma apresentação lógica para explicar a história da evolução social humana, o que se desdobra em alguns problemas, por exemplo, a discussão sobre a formação do Estado-nação, como se a “história humana” tivesse etapas evolutivas, esta lógica explicativa do mundo coloca para os autores que a nação surgia antes do Estados, o que segundo o historiador Eric J Hobsbawm seria um anacronismo, pois a nação é moderna e não constituinte de um processo histórico de uma suposta evolução das raças humanas.

Estas questões encerram a dissertação numa apresentação da particularidade que se constituiu na formação nacional do Brasil. As diferentes funções exercidas por Euclides da Cunha ajudam na discussão da formação e autonomização do trabalho no Brasil, o caso de Euclides da Cunha é importante se comparado aos autores da Geografia Clássica aqui estudados, pois ajuda na compreensão das diferentes temporalidades do processo de autonomização do capital. Enquanto na Europa o campo científico da Geografia já havia se formado, sendo Ratzel e La Blache pesquisadores universitários da ciência geográfica, no Brasil, Euclides da Cunha concentrava as diferentes funções do campo científico, geografia, etnologia, antropologia, geologia, literato e engenheiro. É importante ressaltar que esta formulação não é apresentada enquanto uma forma de “atraso” do Brasil em relação a Europa, mas como um momento distinto de desenvolvimento do capitalismo, desta



forma é possível fazer uma história da formação do trabalho no Brasil a partir da história de formação de Euclides da Cunha.

Todas as reflexões teóricas que envolvem esta dissertação não são autorais, elas fazem parte de um contexto anterior a esta pesquisa e foram formuladas no que foi denominado “grupo de sexta<sup>1</sup>, que por muito anos se debruçou no estudo dos autores da formação nacional, e assim formulou a base para a interpretação da formação do trabalho no Brasil levantadas nesta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Grupo de Estudos que se reúne no Laboratório de Geografia Urbana da USP, para a discussão dos textos do grupo EXIT. “Vinte anos de um grupo de estudos do LABUR crise e crítica do sistema fetichista produtor de mercadoria e da modernização retardatária brasileira”: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53847/57810>

## CAPÍTULO 1

### 1.1 A Terra

Para iniciar a resenha crítica sobre “Os Sertões” de Euclides da Cunha – obra dividida em três partes: A Terra, O Homem e A Luta – é importante levantar as principais questões pensadas pela perspectiva desta pesquisa sobre qual seria o objetivo do autor ao escrever o livro, que parece querer construir uma epopeia brasileira para justificar a formação de uma Nação. Sua concepção sobre raça considera a evolução de um grupo a partir da sua relação com o meio, adotando características atribuídas a este para desenvolver determinadas relações sociais que, evolutivamente, deveriam transpor os limites impostos pela natureza e, desta forma, quanto menos influência o meio exercer sobre essa raça, mais civilizada esta é. Nesta concepção, a considerada raça branca europeia seria o ápice da evolução, enquanto as outras raças não brancas e não europeias “naturalmente” ainda deveriam evoluir até a civilização do branco europeu.

Ao partir dessa premissa, Euclides da Cunha almejava construir a unificação racial da nação brasileira, em busca de uma explicação lógica que estabeleça relação entre o meio físico e a raça que se formava neste solo, de um povo composto por indígenas, negros, brancos e mestiços. Mas, a bibliografia utilizada pelo escritor entendia a miscigenação como um fator de atraso na formação nacional e, desta forma, como Euclides sustentaria a argumentação da existência de uma raça nacional forte pautada na ciência?

Especificamente acerca do capítulo da Terra, não é a intenção desta resenha buscar os erros e acertos da descrição física do Brasil feita por Euclides da Cunha, análise já realizada pelo geógrafo Aroldo de Azevedo (1950). A ideia é discutir a teoria apresentada sobre a história da formação do Brasil para identificar quais são os pressupostos científicos de seu embasamento e a forma que estes naturalizam a mercadoria, o racismo e a violência enquanto mediação social.

A ênfase na crítica da forma como Euclides apresenta sua teoria não se dá no sentido de apontar o “atraso” intelectual do período histórico em que viveu, consiste

em tentar apresentar a forma contraditória de desenvolvimento da Ciência e os seus desdobramentos na atualidade. Outro tema importante também é percorrer o histórico de formação do trabalho no Brasil, entendido como um dos momentos de autonomização do capital, e como a leitura científica de mundo de Euclides da Cunha naturalizava estes processos sociais, e acabava por justificar – mesmo que não quisesse – as violências constitutivas do capitalismo, em uma pretensa neutralidade e objetividade científica na discussão sobre raça. Para tanto, Euclides da Cunha utiliza para compor “Os Sertões” (2009) estudos científicos de Geologia, Geomorfologia, Botânica, Astronomia, Meteorologia, Álgebra, Física, Biologia, Antropologia, História e Geografia, incorporando todas estas ciências para tentar explicar como se constituiu o Brasil, a partir do meio físico e de como este se relaciona com a formação da raça.

O Brasil era dividido pelo autor entre Norte e Sul, e para tal estudo escolheu a região Norte – área atualmente administrada como região Nordeste –, porque acreditava ter encontrado a origem racial brasileira no sertão nordestino. No movimento de ideias dos três capítulos do livro, esta abordagem é esmiuçada na maneira como o clima, a vegetação e o relevo particulares do sertão apartaram e diferenciaram os atributos corporais e mentais da sub-raça<sup>2</sup> do sertanejo do restante da população brasileira, sobretudo, da residente de áreas litorâneas, como uma expressão clara das discrepâncias raciais e econômicas das diferentes partes do Brasil. O entendido isolamento dessa população pelas condições materiais do ambiente teria proporcionado a formação de uma raça genuína do meio brasileiro – ou sub-raça –, considerada importante pelo autor para construção e unificação de uma identidade nacional, descoberta somente devido a Guerra de Canudos, que propiciou tanto o encontro desta raça nacional, como também o seu extermínio.

A questão do extermínio aparece de forma contraditória no seu texto, porque ao mesmo tempo em que relata se chocar com a violência cometida pelo exército em Canudos, entende a civilização como um caminho inevitável e necessário para o progresso humano.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas ao próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da

---

<sup>2</sup> Euclides considerava impossível encontrar uma raça “pura” nacional, por isso acredita buscar a sub-raça que mais se aproxime desta pureza. Veremos mais a frente como ele lidará com esta questão.

civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra (CUNHA, 2001, p.65).

A citação acima – retirada da nota preliminar do livro – apresenta os objetivos e a importância dada pelo autor a sua obra para a história da formação nacional, como uma contribuição aos futuros historiadores, e assim para o progresso do país ao investigar e apresentar os traços das sub-raças do Brasil, que estariam desaparecendo ante as exigências crescentes da civilização e a intensificação das migrações.

A pergunta pertinente para este momento do texto é: O que Euclides da Cunha entende por civilização? Coloca-se que o pensamento lógico seria afirmar que a civilização é o oposto da barbárie. Mas como se estabelece o parâmetro determinante para o autor sobre o que é ser civilizado ou não?

Se perseguirmos seu argumento, veremos que o padrão civilizatório está estabelecido nas relações que se desenvolveram nos países europeus no processo de modernização, marcado pela industrialização e urbanização. É importante ressaltar que estas relações se fundam na Europa às custas das ex-colônias, e é justamente em uma destas que Euclides da Cunha analisa aquilo que é ou não civilizado, segundo um debate científico que se fundava na metrópole e buscava justificar cientificamente a legitimação tanto da colonização como da escravidão.

Outro aspecto é que apesar de estar em uma ex-colônia, ele não se refere a si próprio como um incivilizado, então, quais pressupostos permitiam esta concepção sobre si? Sua vida num contexto urbano de metropolização da colônia, onde as categorias do capital já estão no processo de autonomização no Brasil, possibilitaram a existência de uma figura como Euclides da Cunha, e isto quer dizer que já haviam sido estabelecidas relações sociais que permitiram a existência de uma pessoa que recebe dinheiro para pensar sobre a sociedade e dizer o que ela é.

Euclides da Cunha se formou na escola de Engenharia Militar do Exército Brasileiro, e a formação de oficiais naquele período era influenciada pela produção científica europeia, diretamente ligada ao positivismo de Augusto Comte. Segundo esta corrente filosófica, o conhecimento científico busca a verdade, e esta seria aferida, a partir de observações empíricas para descobrir leis gerais que explicassem o funcionamento da sociedade, tal qual os métodos e resultados esperados das ciências da natureza. Os ideólogos positivistas entendiam que a humanidade estava

em progresso absoluto, é importante acentuar que se trata de um período de avanço do imperialismo do qual a ciência fazia parte:

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da História”, que Gumplowicz, maior do que Hobbes lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes. (CUNHA, 2011, p.66)

Assim, a chamada “força motriz da História” teria como fim a implementação da civilização, como uma espécie de corpo ou ideia que avançaria implacavelmente sobre o território brasileiro mudando a dinâmica de funcionamento e extinguindo as raças fracas sob a força das raças fortes. Esta forma de apresentar a civilização como uma marcha, traz uma ideia de naturalidade e neutralidade para uma forma de relação social que se constitui por meio da violência e nada tem de natural. O que a partir da sua narrativa seria um simples desdobramento lógico da História é o estabelecimento da forma-mercadoria no Brasil, com toda a violência necessária para sua constituição enquanto única forma de mediação social. Apesar do capital ser uma forma de relação social que se estabelece às costas dos sujeitos<sup>3</sup>, ele, na aparência, assume suas máscaras de caráter, ou seja, personifica-se em determinados sujeitos, e a relação do exército com o massacre de Canudos é um bom exemplo desta situação.

Desta forma a civilização europeia que ele via chegar no sertão não era nenhum tipo de desenvolvimento biológico da espécie ou de marcha evolutiva do humano. Esta era uma relação social que vinha da dissolução do feudalismo, do início das grandes navegações e da formação bélica dos Estados absolutistas. Todos esses acontecimentos transformaram as relações sociais na Europa, e o seu pressuposto para sua formação era a violência, expressos em vários acontecimentos que fizeram parte dos processos de constituição do capitalismo: a formação dos exércitos absolutistas, a política de cercamento e expropriação dos camponeses na Inglaterra e a reforma protestante (KURZ, 2014). Neste sentido é importante pensar a particularidade da constituição destas relações sociais que se estabeleceram na Europa desde o Brasil colônia.

---

<sup>3</sup> O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. (MARX, 2013, p.147)

Pensando no caso brasileiro, o “sentido da colonização” (PRADO. JR, 2011) demonstrou que o Brasil se inseriu no processo mais amplo de “acumulação primitiva dos países centrais” (NOVAIS, 2005), como também condicionou as formas de mobilização da força de trabalho aqui estabelecidas. Então, o que interessa discutir é a mobilização da força de trabalho no Brasil, a partir da particularidade do que ocorreu em Canudos, bem como a produção do livro “Os Sertões”, pois apresentam um duplo aspecto da formação do trabalho no Brasil: o trabalho simples e o trabalho complexo.

O momento é propício para esta discussão sobre o trabalho, pois a “preocupação” de Euclides da Cunha com o desaparecimento da raça se inseria no contexto da chegada dos migrantes europeus no Brasil para as fazendas de café (meados do século XIX) e este talvez fosse um dos aspectos que o fez citar Gumpowicz ao dizer que as raças fortes esmagariam as fracas. O processo de tentativa de branqueamento da população e a violência do exército contra o arraial de Canudos, que determinava a impossibilidade do acesso à terra, se atrelava à formação do trabalho simples no território. Já a formação do campo da ciência no Brasil está inserida no aprofundamento da divisão do trabalho e, conseqüentemente, na formação do trabalho complexo, onde a existência de uma pessoa como Euclides pressupõe o processo de autonomização do capital e do trabalho, especificamente na possibilidade de existir alguém que ganhe dinheiro para dizer para esta sociedade o que ela é, para tentar torná-la mais produtiva e determinar a gestão dos sujeitos produtivos e improdutivos, por acreditar desta maneira apontar seus rumos.

Euclides entendia esta tarefa de estudar o sertão como solitária, já que classificava alguns de seus pares como “mendigos fartos”, por se sentirem satisfeitos em se aterem apenas aos problemas das áreas urbanizadas do Brasil, não estudando as regiões mais afastadas, como o sertão, o que impossibilitava estudos mais precisos, e afetava o desenvolvimento do país. Esta sua impressão faz parte de um processo concomitante de formação do trabalho complexo e desenvolvimento de um discurso ideológico desta sociedade do trabalho.

Dos breves apontamentos indicados resulta que os caracteres geológicos e topográficos, a par dos demais agentes físicos, mutuam, naqueles lugares as influências características de modo a não poder afirmar qual o preponderante. Se, por um lado, as condições genéticas reagem fortemente sobre os últimos, estes, por sua vez, contribuem para o agravamento daquelas; -- e todas persistem nas influências recíprocas. Deste perene conflito feito num círculo vicioso indefinido, ressaltando a significação mesológica do local. Não há abrange-la em todas as modalidades. Escasseiam-nos as observações mais

comuns, mercê da proverbial indiferença com que volvemos às coisas desta terra, com uma inércia cômoda de mendigos fartos. Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir (CUNHA, 2009, p.101 e 102).

Neste caso, a falta de estudos sobre o sertão dificulta a definição de como os aspectos físicos do meio se associam à formação da raça nacional, e de qual deles seria o preponderante nessa constituição. Mesmo assim, ele insiste na tentativa dessa reflexão, porque sua principal questão é a de criar uma narrativa que destaque a dificuldade para a criação de “Vida” no sertão, uma vez que para o autor os ambientes áridos e semiáridos estão em desequilíbrio por não propiciarem a formação da vida – para Euclides o propósito final da natureza – surgindo desta dificuldade o grande atributo da raça nacional. Portanto, o sertão do Brasil seria o oposto deste equilíbrio, pois as leis naturais não funcionariam ali como em outros lugares, isto é, no sertão a “Vida” é repelida.

Para Euclides da Cunha, a “Natureza” atua como um ente externo ao humano dotada de uma razão objetiva. Mas, a separação entre Homem e Natureza, ou sujeito e objeto, seria um desdobramento da forma-mercadoria, ou faz parte de uma trans historicidade humana?

A terra sobranceia o oceano, dominante, do fastígio das escarpas; e quem a alcança, como quem vinga a rampa de um majestoso palco, justifica todos os exageros descritivos – do gongorismo de Rocha Pita às extravagâncias geniais de Buckle – que fazem deste país região privilegiada, onde a natureza armou a sua mais potentosa oficina.

É que, de feito, sob o tríptico aspecto astronômico, topográfico e geológico – nenhuma se afigura tão afeiçoada à Vida. (CUNHA,2001 p.73)

Toda a preocupação de Euclides com a descrição estética do meio físico brasileiro e conseqüentemente de sua influência na formação das características raciais não é por acaso. A principal questão que parece objetivar o texto é a construção de uma epopeia do Brasil, em uma narrativa para a formação física e racial que será marcada por exageros descritivos, como parte da composição do argumento do autor em busca da excepcionalidade ao que seria atribuído como características exclusivas da raça nacional. A grande característica desta raça está na sua força física, um “grande” atributo que surgiria a partir da dificuldade enfrentada para a sobrevivência humana em um meio tão “pobre” como o sertão, esta trajetória é narrada como uma guerra, a partir de metáforas bélicas para descrever a vida do sertanejo. Esta forma de descrever tanto o meio físico como a raça faz parte de uma

construção retórica daquilo que ele busca provar: a sua descoberta de uma sub-raça nacional forte mesmo que miscigenada e a futura construção de uma identidade nacional.

No subcapítulo chamado “Uma Categoria Geográfica que Hegel Não Citou”, Euclides apresenta três categorias geográficas que expressam diferentes combinações entre clima, relevo e vegetação determinantes para as formações raciais no mundo desenvolvidas por Hegel – uma das bases de seus estudos sobre teorias raciais ou diferenças etnográficas – nas quais a situação particular das condições da natureza do Brasil não eram contempladas. Euclides, então, sugeriu uma quarta categoria para atender as características do “verdadeiramente” nacional, que ficaria entre as categorias geográficas das planícies áridas e a dos vales férteis.

Desta forma, desenvolve sua argumentação considerada uma mistura de explicações biológicas e sociais, como se tivessem uma conexão lógica e explicativa. Assim a seca do sertão explicaria a pobreza posterior de seus habitantes, em uma interpretação da pobreza que compõe uma narrativa da história do mundo através da materialidade. Toda explicação histórica do Brasil parte do meio físico e este determinaria toda a história econômica e social do Brasil.

Mas como este, por seu turno, é áspero e duro, exsicado pelas drenagens dos pendores ou esterilizados pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dois meios desfavoráveis— espaços candentes e terrenos agros— as **plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo**, impressos, todos os estigmas desta **batalha surda**. [...]  
 Ora quando, ao revés das anteriores, **as espécies não se mostram tão bem armadas para a reação vitoriosa**, observam-se dispositivos porventura mais interessantes: unem-se, **intimamente abraçadas, transmudando-se em plantas sociais**. Não podendo revidar isoladas, disciplinam-se, congregam-se, arregimentam-se [...] **Ali se associam. E, estreitamente solidárias as suas raízes, no subsolo**, em apertada trama, retêm as terras que se desagregam [...] E vivem. Vivem é o termo— porque há, no fato, um traço superior à passividade da evolução vegetativa ... (CUNHA, 2011, p. 117, 121 e 122).”

Sua narração sobre a formação vegetal da caatinga se assemelha a descrição de um grupo de pessoas na busca pela sobrevivência, expressando uma forma de racionalização do contexto científico do século XIX, de transpor o modo de observar a natureza para as relações que se constituem por meio de processos sociais, e também antropomorfizar a natureza, baseado em uma crença de marcha evolutiva da vida e da sociedade. Para o autor, as plantas da caatinga e os sertanejos procuravam sobreviver a um ambiente inóspito, com o diferencial que os sertanejos se esforçavam



para evoluir para os parâmetros de uma vida urbana e de aspirações europeias e em ambos era notado “um traço superior a passividade da evolução (...)”.

Estes são encaminhamentos importantes sobre a ideia de construção de uma epopeia<sup>4</sup>, onde o sertão seria o local evitado pelos grupos humanos que passavam, dado a pobreza do solo e da natureza impossibilitante para a sedentarização de uma população naquele local, e por esse motivo surge a ideia de força do sertanejo habitante de Canudos, que por mais que apresente o “problema” da miscigenação possibilita uma narrativa heroica de luta constante pela “Vida” na construção da ideia de grande resiliência para formação da identidade nacional de Euclides.

É que transpondo o Itapicuru, pelo lado do sul, as mais avançadas turmas de povoadores estacaram em vilarejos minúsculos — Maçacará, Cumbe ou Bom Conselho — entre os quais o decaído Monte Santo tem visos de cidade; transmontada a Itiúba, a sudoeste, disseminaram-se pelos povoados que a abeiram acompanhando insignificantes cursos de água, ou pelas raras fazendas de gado, estremados todos por uma obscura — Uauá;(…) Apenas naquele último rumo se avantajou uma vila secular, Jeremoabo, balizando o máximo esforço de penetração em tais lugares, **evitados sempre pelas vagas humanas**, que vinham do litoral baiano procurando o interior.

**Uma ou outra o cortou, rápida, fugindo, sem deixar traços.**

**Nenhuma lá se fixou. Não se podia fixar.** O estranho território, a menos de quarenta léguas da antiga metrópole, destinava-se a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história. Porque enquanto as *bandeiras* do Sul lhe paravam a beira e envesgando, depois, pelos flancos da Itiúba, se lançavam para Pernambuco e Piauí até o Maranhão, as do levante, repelidas pela barreira intransponível de Paulo Afonso, iam procurar no Paraguaçu e rios que lhe demoram ao sul, linhas de acesso mais praticáveis. **Deixavam-no de permeio, inabordável, ignoto.** (CUNHA, 2001, p.81)

A não compreensão de Euclides de um mercado mundial em formação, o fazia acreditar que aquelas terras seriam “ignotas”, porém existiam pessoas vivendo no sertão, a questão é que as áreas consideradas “ignotas” ainda não seriam rentáveis. Por não compreender a mercadoria enquanto forma de mediação social historicamente determinada, e desta forma acreditar fazer ciência “pura” e assim descobrir a “natureza humana”, Euclides não compreendia que o que formava a mobilidade daquela sociedade era a demanda por mercadorias tropicais, questão esta que se analisada apenas pela forma de aparência do problema, engana como uma livre escolha do humano migrar, porém estas “escolhas” seriam determinadas pela

---

<sup>4</sup> Vale lembrar outra epopeia que talvez buscasse salvar a monarquia no final do século XIX, “Cumpre não perder de vista o meteorólito de Bendegó. Enquanto toda a nação bailava e cantava, delirante de prazer pela grande lei da Abolição, o meteorólito de Bendegó vinha andando, vagaroso, silencioso e científico, ao lado do Carvalho.” (Machado de Assis, 28/05/1888)

formação de um mercado mundial de produção de mercadorias que, naquele momento, não necessitava do sertão para a reprodução da economia e que, por isso, possuía “terras livres”.

A forma como Euclides apresenta este processo de deslocamento ou sedentarização é uma abordagem comum da questão das migrações como simples deslocamentos de corpos livres no território (GAUDEMAR, 1977), que descontextualiza quais relações sociais permeiam a sociedade: o processo de formação do capitalismo no Brasil, que mobiliza pessoas tanto na busca como na produção de mercadorias demandadas pelas metrópoles.

Da mesma forma como os corpos não circulam livremente em busca de terras férteis, o Brasil não seria naturalmente o lugar “escolhido” pela natureza para formar sua mais “portentosa oficina”. A construção lógica da história do Brasil feita por Euclides entendia que a riqueza de uma sociedade está determinada pela sua capacidade de produzir energia – compreendida a partir do conceito da Física, ideia que será apresentada mais adiante. Esta é uma explicação da sociedade que se baseia nas ciências da natureza, e que servia como auxílio para a legitimação e comprovação da sua teoria sobre as “riquezas naturais” do Brasil e energia física da raça. A questão é que não se explica a formação de um átomo da mesma forma que se explica o desenvolvimento econômico de uma sociedade: a conjunção de elementos físicos e químicos que constituem um átomo seguem um conjunto de fatores físicos, químicos e matemáticos, já o estudo de uma sociedade não, pois quando se estuda uma determinada sociedade, a forma de compreensão das relações sociais serão analisadas a partir das categorias estabelecidas do contexto histórico estudado, não sendo possível a aplicação das mesmas lógicas das ciências naturais. Por exemplo, será que tempo e trabalho existem e são sempre iguais em todas as sociedades?

Se pensarmos que a explicação dada por Euclides para a evolução de uma sociedade estará determinada pela sua capacidade de produzir energia, a resposta seria sim, mas, ao entendermos que a teoria oferecida por Euclides para explicar a história do Brasil é insuficiente e não distingue que aquilo que ele observava era resultado de uma relação social que havia se constituído na Europa, e não em uma relação direta entre humanos e natureza, isto demonstra que precisamos de mais elementos para compreender as origens dos discursos científicos que formam

Euclides, e assim se discutir porque esta seria uma compreensão da história amplamente aceita.

A ciência que tem como objetivo “provar” a intelectualidade superior do homem branco, precisa inferiorizar as formas de conhecimento de outras sociedades. Então, não seria a natureza intelectual inferior da raça que explicaria o não desenvolvimento econômico e social do Brasil mas, sim, a forma de inserção do que posteriormente seria chamado de Brasil em uma sociabilidade que se funda na Europa, a partir da formação dos exércitos absolutistas, dos cercamentos na Inglaterra e da Reforma Protestante (KURZ, 2014), entre os séculos XV e XVII. Todos estes acontecimentos são basilares para a constituição da mercadoria, enquanto forma de mediação social e derivam destes acontecimentos o desenvolvimento de uma sociedade que a partir da Ciência produz seus discursos explicativos (ideológicos) de legitimação. É interessante perseguir a história de constituição da justificativa para a escravidão, desde a Igreja que dizia que a escravização de povos africanos era fruto de uma maldição de Noé para seu filho Cam, e depois a Ciência que a legitimava, a partir da determinação do que era ou não civilizado, e mais tarde media crânios na busca de justificar a superioridade biológica do homem branco europeu. Todas estas atrocidades foram justificadas perante a anuência do Deus cristão e, posteriormente pela Ciência, como forma de constituição da mercadoria. A ideia não é tratar este como um discurso ultrapassado:

Descobri, em todos os cantos desse Brasil, que realmente somos uma pátria rica. O que faltava? Um governo que não apenas falasse, mas que desse o exemplo”, disse Bolsonaro em solenidade no Palácio do Planalto de lançamento da medida provisória que institui a Identidade Estudantil (JAIR BOLSONARO, 06/09/2019)

Essa herança do privilégio é uma herança ibérica. Temos uma certa herança da indolência, que vem da cultura indígena. Eu sou indígena, minha gente. Meu pai é amazonense. E a malandragem, Edson Rosa (vereador), nada contra, mas a malandragem é oriunda do africano. Então, essa é o nosso cadinho cultural. Infelizmente, gostamos de mártires, líderes populistas e dos macunaímas. (HAMILTON MOURÃO, 07/08/2018)

Mas como forma de compreensão desta sociedade e que ainda continua mobilizando narrativas para justificar desigualdades e preconceitos hoje:

A despeito da abundância da terra, Buckle criticamente afirma que o “único progresso realmente eficaz, depende não da abundância da Natureza, mas da energia do Homem”. Buckle, History of Civilization in England, cap, I, p.50 (CUNHA, 2011, p.73, nota de rodapé)

A ênfase na dificuldade para a formação da “Vida” no sertão acompanha a ideia do uso extremo de energia para sua formação, o que poderia dar qualidade superior a raça nacional em relação a outras que não passaram por estes mesmos processos constitutivos, pois, quanto mais difícil é a formação da “Vida”, mais forte ela se torna. Assim vai se constituindo um argumento de riqueza natural do território brasileiro, e riqueza energética de formação racial já que a “rocha viva” nacional, o sertanejo, seria um corpo forte constituído no sertão. Assim, Euclides constrói este sistema retórico amarrado e meticulosamente tenta fugir das contradições, e mesmo lidando com as leis “invioláveis da natureza”, é na sua “anormalidade” que ele encontra a grande qualidade da raça nacional.

De fato, no estupendo degrau, por onde descem para o mar ou para jusante de Paulo Afonso as rampas esbarrancadas do planalto, **não há situações de equilíbrio para uma rede hidrográfica normal. Ali reina a drenagem caótica das torrentes, imprimindo naquele recanto da Bahia fácies excepcional e selvagem.**

[...]

**Como quer que seja, o penoso regime dos Estados do Norte está em função de agentes desordenados e fugitivos, sem leis ainda definidas, sujeitas às perturbações locais, derivadas da natureza da terra, e a reações mais amplas, promanadas das disposições geográficas. Daí as correntes aéreas que o desequilibram e variam** (CUNHA, 2011, p. 80 e 112).

Para Euclides o objetivo da Natureza é gerar “Vida”, e o seu equilíbrio se estabelece quando sua formação é abundante. Nas descrições sobre o sertão a “Vida” aparece em uma luta constante contra o meio físico para poder existir, desta forma o desequilíbrio do meio físico e a anormalidade das leis naturais seriam uma constante no sertão. “A natureza não cria normalmente os desertos. Combate-os, repulsa-os. Desdobram-se, lacunas inexplicáveis, às vezes sob as linhas astronômicas definidoras de exuberância máxima da vida.” (CUNHA, 2011, p.135).

A partir desta concepção de natureza e riqueza, Euclides constrói seu sistema explicativo da história do Brasil e relaciona a formação celular, o relevo, até a vegetação à raça e depois à sociedade como parte de uma lógica própria da natureza, que tem como único sentido a evolução.

Assim sendo, caberia a esta sociedade evoluída compreender os problemas físicos e as leis naturais para resolver estas questões que impediriam a evolução por meio da Ciência. Segundo esta concepção o problema do desenvolvimento nacional,

mais especificamente do sertão seria a seca, e caberia à ciência a grande missão de tentar reverter ou amenizar esta condição determinada pelas leis naturais.

Ora, os sertões do Norte, a despeito de uma esterilidade menor, contrapostos a este critério natural, figura talvez o ponto singular de uma evolução regressiva.

[...]

É que o mal é antigo. Colaborando com os elementos meteorológicos, com o Nordeste, com a sucção dos estratos, com as canículas, com a erosão eólica, com as tempestades subtâneas — o homem fez-se uma componente nefasta entre as forças daquele colima demolidor. Se o não criou, transmudou-o, agravando-o. Deu um auxiliar à degradação das tormentas, o machado caatingueiro; um supletivo à insolação, a queimada.

Fez, talvez, o deserto. Mas pode extingui-lo ainda, corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável. Di-lo uma comparação histórica. (CUNHA, 2009, p. 137, 141 e 142).

A partir desta discussão sobre a instabilidade das leis naturais no sertão e desequilíbrio natural, o capítulo se encaminha para o fim com uma discussão sobre a seca no sertão, apontando o homem como um importante agente geológico tendo em muitos momentos da História assumido “o papel de um terrível fazedor de desertos”, sendo que no Brasil “Começou isto por um desastroso legado indígena” (CUNHA, 2011, p.138 e 139), ao se referir a prática da coivara, em que culpa primeiro os indígenas e depois os colonizadores.

Esta é uma contradição importante na argumentação de Euclides, pois sua concepção científica da época determinava o homem branco europeu como o mais evoluído, ou nas suas palavras, civilizado, e, sendo assim, como tal povo ao adentrar o território age da mesma forma que os “incivilizados” indígenas? Esta questão retornará no segundo capítulo desta resenha.

A crítica de Euclides à falta de estudos sobre o sertão nordestino, não significava a não existência de pesquisas, pois ele apresenta algumas soluções para o problema da seca. O primeiro é um estudo realizado pelo Barão de Capanema, que relacionava o período das manchas solares com as secas, e cita um estudo de Tomás Pompeu de Toledo sobre as secas no Ceará, entre o século XVIII e XIX. Porém, o que ele atribui maior ênfase são estudos realizados por André Rebouças e o Instituto Politécnico, existente desde 1877, porque este se ocupava do “grande traço superior” relegado a ciência, que é a “correção das anormalidade das leis naturais”, que no caso do sertão e da seca, viriam com uma série de projetos que vão de cisternas, a poços artesianos e até a dessalinização das águas do Atlântico.

Todas estas questões levantadas por Euclides vão resultar na criação do Instituto Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS, 1909) que posteriormente, se transformaria em Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS, 1945). O que ele não contava seria que nos anos seguintes, as obras contra a seca beneficiariam aos latifundiários e ao capital, enquanto a pobreza da população se acentuava, forçando a expulsão daquela população em direção aos grandes centros urbanos que se formavam.

## 1.2 O Homem

Como já apresentado, a sugestão é que Euclides busca construir uma epopeia do Brasil, que começa no capítulo anterior com a descrição física e a dificuldade para a formação da “Vida” no sertão. Neste segundo capítulo do livro “O Homem”, Euclides da Cunha apresenta a formação populacional brasileira, e a forma como o meio físico foi determinante para explicação das disparidades raciais e econômicas, buscando no sertanejo o que seria a sub-raça nacional, com características que determinariam esta raça como exclusiva do Brasil.

Seu esforço teórico e retórico estava em lidar com a bibliografia científica da época que enxergava a miscigenação como um problema, quando para ele o Brasil tinha formação inerente a mestiçagem do índio, negro e branco.

A formação do Brasil em “Os Sertões” é apresentada a partir de uma interpretação materialista, isto é, um estudo do desenvolvimento lógico do meio físico e como este determina o progresso da sociedade. Nesta perspectiva de análise, é o meio físico e o desdobramento lógico da sua determinação que explicam o não desenvolvimento econômico e racial do Brasil, ou seja, é a natureza do Brasil que explica a falta de desenvolvimento.

Esta ideia materialista perde de vista como se constitui historicamente o processo de modernização que – compreendido como formação e reprodução das relações de produção do sistema produtor de mercadorias (KURZ, 1999), emergido e constituído na “assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013) europeia – se constitui de maneiras distintas nos países, e no caso do Brasil, sua inserção acontece por meio da colonização. Neste sentido, sua compreensão da História é o

entendimento desta como um processo de acontecimentos lineares, se diferenciando somente pelo grau evolutivo da sociedade.

Estes foram os pressupostos que encaminharam sua pesquisa sobre a formação racial no Brasil, quando no pensamento científico em geral a pauta estava em investigar fundamentado nas descobertas das leis físicas, como a Ciência compreenderia a evolução racial. A análise aparente do processo constituiu a crença de que a sociedade e a natureza são regidas por leis, que marcham inexoravelmente rumo à evolução e, sendo assim, caberia a Ciência desvendar estas leis e encaminhar a sociedade na busca pelo propósito da Modernização. Esta concepção da História surge como construção de um discurso ideológico, sendo a forma de aparência do desenvolvimento das categorias do capitalismo. Ao acreditar na Ciência enquanto neutra e ao pressupor estar fazendo a história da evolução da humanidade, não se dá conta de que a História que está produzindo é a história de imposição do capital como única forma de mediação social.

Transposta a montanha – arqueada como a precinta de pedra de um continente – era um isolador étnico e um isolador histórico. Anulava o apego irreprimível ao litoral, que se exercia ao norte; [...] **A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encantando-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatava-o afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios.** Daí o traçado eloquentíssimo do Tietê, diretriz preponderante nesse domínio do solo. Enquanto no S.Francisco, no Parnaíba, no Amazonas, e em todos os cursos d'água da borda oriental, o acesso para o interior seguia ao arpejo das correntes, ou embatia nas cachoeiras que tombam aos socacos dos planaltos, ele levava os sertanistas, sem uma remada, para o rio Grande e daí ao Paraná e ao Parnaíba.[...] **Assim é fácil mostrar como esta distinção de ordem física esclarece as anomalias e contrastes entre os sucessos nos dois pontos do país, sobretudo no período agudo da crise colonial, no século XVII** (CUNHA, 2011, p.171 e 172).

No caso desta citação é o sentido do rio Tietê que ao correr para dentro do continente, facilita a entrada e exploração da natureza determinando o desenvolvimento econômico do Sul. Na busca por forças naturais que explicassem a sociedade e a interpretação da história a partir do que é material, as disparidades econômicas, sociais e raciais são atribuídas às diferenças do meio físico. Então, o que determinaria a distinção do desenvolvimento econômico entre Norte e Sul do país seria a geomorfologia, a hidrografia e o clima. O pensamento que define a explicação do mundo através da sua materialidade, também acredita fazer uma Ciência isenta, pois ao juntar a explicação da sociedade às leis naturais procura se afirmar enquanto uma forma de conhecimento do mundo não contraditória e objetiva.

É interessante perceber como na apresentação do seu objeto de pesquisa, o meio físico e a sociedade são descritos como substâncias químicas que parecem poder ser manipuladas em laboratórios, da mesma forma que uma certa quantidade de reagentes – uma raça ou sociedade –, estariam determinadas pelo seu grau evolutivo de acordo com o meio em que surgiram. E no caso da narrativa de “Os Sertões”, o equilíbrio químico seria equivalente à civilização europeia.

Quanto ao fator aristocrático de nossa *gens*, o português, que nos liga à vibrátil estrutura intelectual do celta, está, por sua vez, malgrado o complicado caldeamento, de onde emerge de todo caracterizado.

Conhecemos, deste modo, os três elementos essenciais, e, imperfeitamente, embora o meio físico diferenciador – e ainda, sob todas as suas formas, as condições históricas adversas ou favoráveis que sobre eles **reagiram**. No considerar, porém, todas as alternativas e todas as **fases** intermediárias desse entrelaçamento de tipos antropológicos **de graus díspares** nos atributos físicos e psíquicos, sob os influxos de um meio variável, capas de diversos climas, tendo discordantes aspectos e opostas condições de vida, pode afirmar-se que pouco nos temos avantajado. **Escrevemos todas as variáveis de uma fórmula intrincada, traduzindo sério problema; mas não desvendando todas as incógnitas.**

É que, evidentemente, não basta, para nosso caso, que postos uns diante de outros o negro banto, o indo-guarani e o branco, **apliquemos ao conjunto a lei antropológica de Broca**. Esta é abstrata e irreduzível. Não nos diz **quais os reagentes que podem atenuar o influxo da raça mais numerosa ou mais forte, e causas que o extingam ou atenuem quando ao contrário da combinação binária, que pressupõe, despontam três fatores diversos, adstritos às vicissitudes da história e dos climas.** (CUNHA, 2011, p.153 e 154)

Da mesma maneira que é a explicação de uma relação direta entre homem e natureza que explica as disparidades econômicas entre Norte e Sul, também é ela que explica a formação racial brasileira. A ideia não é dizer que se tratava de um erro na sua análise, mas de buscar a contradição no discurso pretensamente neutro que pretendia explicar uma determinada época, além de refletir sobre quais as influências aparecem ainda hoje. Ao tentar elucidar as disparidades econômicas do Brasil, a partir do meio físico, acaba escondendo o processo de inserção do Brasil colônia no mercado mundial, que teria como finalidade a produção de mercadorias tropicais para a Europa (PRADO JR, 2011), e caso se considere a história econômica do Brasil em ciclos econômicos como: do açúcar, metais preciosos, escravos e café. É evidente que esta era uma demanda europeia e não uma propensão da natureza do Brasil a ser um país agroexportador.

Na busca pela “descoberta” da raça nacional, Euclides cita o médico e precursor da antropologia física francesa Paul Broca, que estudava o crânio e a



fisiologia do cérebro humano, que de acordo com seus estudos buscava, a partir das medições dos crânios, explicar e justificar a criminalidade no século XIX, com a crença de que seriam consequências da hereditariedade e não formadas a partir da sociedade (SAGAN, 1979). Não só Broca, mas outros cientistas usavam destes mesmos pressupostos – medição do crânio – para tentar legitimar cientificamente a escravidão de povos não brancos, ou seja, buscavam uma explicação biológica para questões sociais, que desta forma apareceriam como neutras. De acordo com os cálculos matemáticos sobre as medidas do crânio, Broca chegava a conclusões que atestavam a superioridade do homem branco, e a partir destes estudos outros pesquisadores como Euclides, analisavam como as raças influenciavam na evolução das nações. Segundo Euclides o problema em seguir a lei de Broca é que esta não ajuda a compreender quais são os “reagentes” – clima, relevo, vegetação – mais fortes na influência da formação racial.

A partir destas deduções o racismo era amparado pela neutralidade científica, e aparecia como um dado da natureza humana matematicamente explicável. Por mais absurdo que pareça tais proposições, é interessante perceber como influenciaram, por exemplo, nas leis migratórias do Brasil desde a primeira Constituição (1824), e como ainda nos dias de hoje mobiliza discursos racistas.

Por isso é importante o resgate histórico do surgimento de tais ideias, em uma sociedade que encontra na narrativa da modernização uma ideia de evolução social e a compreende enquanto positiva, e assim mostra que perdeu o lastro histórico de sua fundação violenta. Esta perda ajuda a compreender porque em uma sociedade onde o racismo é estrutural, ainda existem pessoas que acreditam que este é algo que está na mente de determinados indivíduos e não na forma de relação social. A explicação racial surge antes mesmo da separação entre Igreja e Ciência, ou seja, a produção da explicação sobre o que esta sociedade é se funda no racismo, e não por acaso a intelectualidade brasileira da época de Euclides, estava tão preocupada com esta questão. Sendo assim, podemos questionar como o argumento racista continua funcionando nesta sociedade, e o que leva a acreditar que somos a sociedade mais evoluída que já existiu neste planeta?

Euclides então é um tributário desta Ciência, e por meio dela tenta explicar a história racial do Brasil, e tem como finalidade em “Os Sertões” apresentar a sua “descoberta” da sub-raça nacional. Logo no primeiro subcapítulo chamado “Complexidade do Problema Etnológico no Brasil”, ele apresenta como a partir das

três raças seria possível derivar a sub-raça nacional. O grande diferenciador que tornaria esta sub-raça exclusivamente nacional seria o meio físico e sua influência, a raça obteria suas diferenças físicas e psíquicas em relação a outros lugares do mundo, sendo necessário para a formação e arraigamento destas características um determinado período de isolamento do grupo.

De acordo com estes pressupostos, Euclides construirá seu sistema explicativo da excepcionalidade da formação racial brasileira.

Acreditamos que isto sucede porque o escopo essencial destas investigações se tem reduzido à pesquisa de um tipo étnico único, quando há, certo, muitos. Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura. (CUNHA, 2011, p.157)

A questão que Euclides da Cunha trata é a não existência ou a extrema dificuldade de encontrar uma raça como unificadora nacional, então ele propõe buscar a que mais se aproximaria, e daí formular sua teoria racial brasileira. Grande parte dos seus contemporâneos, buscavam uma única raça como formadora nacional, o que para o autor seria impossível, outro empecilho seria a formação inversa da Nação brasileira, comparado ao que teria acontecido na Europa, onde a raça se forma antes que a Nação.

Esta é uma questão que aproxima Euclides a Ratzel, um dos fundadores da Geografia enquanto Ciência na Alemanha, no final do século XIX, onde também havia a questão da unificação nacional e a necessidade de formulação de um discurso. O que é importante desdobrar agora é o “problema” da formação inversa no Brasil. Este “problema” surge por causa da interpretação lógica-histórica de Euclides, pois segundo o próprio, os agrupamentos humanos se formam de acordo com as condições físicas e técnicas desenvolvidas por estes em diferentes partes do planeta, e porque estão adaptados ao meio, formam uma raça e uma Nação. A explicação lógica-histórica recorre ao individualismo metodológico, que é a tentativa de explicar uma sociedade, a partir das características de um determinado grupo ou indivíduo, como se relações sociais que se estabelecem no capitalismo existissem e ocorressem

da mesma maneira em outras sociedades, como por exemplo: produção, troca e trabalho.

Outra diferença entre Euclides e Ratzel aparecerá no que concerne a “pureza” racial, já que Euclides lidava com a explicação de uma raça que seria mestiça e conseqüentemente “problemática”, por isso, Euclides tentará compor um discurso de excepcionalidade para a formação racial brasileira, apesar do “problema da miscigenação.”

**A nossa história traduz notavelmente estas modalidades mesológicas.**  
[...]

Ao passo que no Sul se debruçavam novas tendências, **uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma – tudo isto contrastava com as agitações, às vezes mais brilhantes, mas sempre menos fecundas, do Norte** – [...]

Bateu-o, felizmente, a onda impetuosa do Sul.

Aqui, a aclimação mais pronta, em meio menos adverso, emprestou, cedo, mais vigor aos forasteiros. Da **absorção** das primeiras tribos surgiram os cruzados das conquistas sertanejas, os mamelucos **audazes** [...] erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com sertões desconhecidos, **delineando a epopeia inédita das bandeiras...** (CUNHA, 2011, p. 168, 169 e 170)

Esta citação pode ser considerada uma síntese do raciocínio de Euclides, pois apresenta sua explicação para as desigualdades econômicas entre o Norte e o Sul do Brasil e como estas estão diretamente associadas a relação entre o humano e o meio – que mais a frente derivará na explicação das diferenças raciais –, como também apresenta sua ideia de evolução social ligada a maior divisão do trabalho. A segunda parte da citação acima discorre sobre a população que surge no sul do Brasil, mais evoluída em sua concepção, porque o meio contava com a influência do Rio Tietê, que favoreceria a entrada no continente, o clima era mais ameno e também pela presença de portugueses europeus que se misturaram com os indígenas da área.

Após a apresentação da formação econômica do Brasil, Euclides parte para a apresentação da sub-raça brasileira que encontrara no sertão, o sertanejo, derivado das três raças formativas do Brasil. Porém, ao longo da sua explanação parece tentar enfatizar apenas as influências dos Tapuias (indígenas do interior do Nordeste) e dos bandeirantes (brancos e portugueses), e não por acaso ocorre a tentativa de retirada da influência do negro na formação nacional, uma vez que parte significativa dos autores contemporâneos a Euclides e tantos outros que influenciaram na sua

formação, eram adeptos de teorias racistas, sendo um exemplo, Nina Rodrigues, que escreveu ser impossível o Brasil se tornar uma Nação devido a influência do negro na sua formação. De uma forma ambígua, a justificativa, que intentava ser neutra, para a exclusão do negro na formação da raça, se baseava em uma suposição da não entrada dos negros no interior do país, e dessa forma, estes não teriam como fazer parte da formação da sub-raça sertaneja.

A principal proposta do autor é a preparação de uma retórica que transforme esta formação racial numa história heroica, em uma exaltação de uma identidade nacional. Na citação anterior vemos que apesar da inferioridade em relação ao Sul, a raça do Norte tem “agitações mais brilhantes, porém não tão fecundas”. Em outro momento, diz que a miscigenação é um problema porque gera uma raça intelectualmente fraca, porém com o corpo físico forte. Esta forma contraditória de apresentação que enaltece e inferioriza ao mesmo tempo se repete e faz parte de sua narrativa sobre a considerada excepcionalidade desta raça.

Outro ponto que anda ao lado da construção histórica do Brasil e das raças, é a forma contraditória como a violência aparece no livro e como Euclides a descreve e se posiciona. No capítulo inicial do livro ele sinaliza sua concepção sobre a campanha do exército em Canudos: “E foi, na sua significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo.”, afirmação que não deixa dúvidas sobre sua opinião acerca da ação dos militares sobre a população de Canudos, e não há como acusá-lo de não perceber e relatar a violência, porém, apesar disso exalta as bandeiras como epopeias.

As bandeiras, sob dois aspectos que mostram, já destacados, já confundidos, investindo com a terra ou com o homem, buscando o ouro ou o escravo, desvendaram desmedidas paragens, que não povoavam e deixavam porventura mais desertas, passando rápidas sobre as “malocas” e as “catas”. A sua história, às vezes inextricável como os dizeres adrede **obscuros dos roteiros**, traduz a sucessão e enlace destes estímulos únicos, **revezando-se quer consoante a índole dos aventureiros**, quer de acordo com a maior ou menor praticabilidade das empresas planeadas. E neste permanente oscilar entre aqueles dois desígnios, a sua função realmente útil, no desvendar do desconhecido, repontava como incidente obrigado, consequência inevitável em que não se cuidava (CUNHA, 2011, p.185)

Seu entendimento sobre as bandeiras foi ao mesmo tempo contrário ao Império Português na realização do povoamento do território nacional, aniquilando grupos indígenas e despovoando áreas, e, por outro, foi favorável ao desbravamento do interior, que se tornaria o Brasil, na busca por metais preciosos.

Vale destacar como é apresentada de maneira secundária a atrocidade da escravidão negra e indígena, de alguma forma entendida como necessária para o “bem maior da civilização”, uma vez que não haveria consciência por parte destes povos para evolução social e compreensão de valores europeus tão superiores. É insuficiente pensar a questão da violência de uma maneira dualista, pois vimos que Euclides não têm uma visão ingênua, como também não é um facínora, mas sua compreensão está fundamentada na naturalização da violência da forma social que o constitui, e este não é somente um aspecto da sua época, mas também do momento da escrita desta resenha. Esta contradição da violência aparece devido a fé de Euclides na modernização, porque ao acreditar que a Europa seria o ápice de uma evolução social, estava reforçando uma ideia de violência necessária para o alcance do propósito da civilização.

**Excluindo quaisquer intenções condenáveis**, os jesuítas ali realizaram **tarefa nobilitadora**. Foram ao menos rivais do **colono ganancioso**. **No embate estúpido da perversidade contra a barbaria, apareceu uma função digna àqueles eternos “condenados”**. Fizeram muito. Eram os únicos homens disciplinados de seu tempo. **Embora quimérica a tentativa de alçar o estado mental do aborígine às abstrações do monoteísmo**, ele teve o valor de o atrair por muito tempo, até à intervenção oportuna de Pombal, para a nossa história. [...] Penetrando fundo nos sertões, graças a um esforço secular, os missionários salvaram em parte este fator das nossas raças. (CUNHA, 2011, p.179)

A compreensão desta relação entre indígenas e jesuítas que enxerga, nestes últimos, a realização de uma tarefa grandiosa é um dos aspectos importantes para compreender a naturalização da violência. Esta apresentação sobre a chegada dos jesuítas esconde que por trás das “boas” intenções estava o “adestramento” da população indígena para o trabalho, principalmente o agrícola, e a construção de uma infraestrutura básica para o fortalecimento da Igreja no Brasil, como também o auxílio para a ocupação do território que se formava contra a invasão de outras Nações europeias. Neste mesmo sentido é importante perceber o argumento moral que diferencia os jesuítas dos colonos gananciosos, estabelecido a partir de uma ideia de necessidade, isto é, de como é condenável o acúmulo de coisas além do que é necessário para a sobrevivência, mas, de maneira concomitante, defende a formação de uma sociedade que entende a riqueza como a produção de materialidade, o acúmulo de bens e a propriedade privada.

É possível afirmar que Euclides, como um intelectual do século XIX, chama de civilização uma sociedade fundamentada no trabalho e no princípio da igualdade entre os humanos, contudo, esta concepção não incluía indígenas nem negros, pois não estavam prontos para tão nobres ensinamentos, devido ao estado de barbárie em que se encontravam. A ideia de barbárie aparece de uma maneira questionável, pois ele entende aquilo que é de fora como bárbaro, enquanto apresenta a civilização como uma sociedade que só se constitui através da violência.

Estas naturalizações apresentam a barbárie como algo externo à civilização, e fazem entender – não somente o Euclides – estupro e genocídio como origens legítimas da miscigenação: “Sem ideia alguma preconcebida, pode-se afirmar que a extinção do indígena, no Norte, segundo o pensar de Varnhagen, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro extermínios.” (CUNHA, 2011, p.178). Não se pode afirmar que a justificativa da miscigenação para explicar o extermínio indígena é ingenuidade do autor, visto que sua relativização aparece como um duplo: primeiro como naturalização mercadorial enquanto forma de mediação social, e depois como tentativa de construir uma narrativa heroica para a criação da identidade brasileira, a partir de uma conciliação das raças, na qual a violência é entendida como parte necessária à constituição da civilização.

A forma como apresenta a inserção dos africanos e afro-brasileiros escravizados também corrobora para um discurso conciliador das raças, sempre na construção de uma narrativa que busca a identidade nacional.

**A raça dominada, porém, teve, aqui, dirimidas pela situação social, as faculdades de desenvolvimento. Organização potente afeita à humildade extrema, sem as rebeldias do índio, o negro, teve, de pronto, sobre os ombros toda a pressão da vida colonial.** Era a besta de carga adstrita a trabalhos sem folga. As velhas ordenações, estatuinto o “como se podem enjeitar os escravos e bestas por acharem doentes ou mancos”, **denunciam a brutalidade da época.** [...] A grande tarja negra debruava a costa da Bahia ao Maranhão, **mas pouco penetrava o interior. Mesmo em franca revolta, o negro humilde feito quilombola temeroso, agrupando-se nos mocambos, parecia evitar o âmago do país.** (CUNHA, 2011, p.180 e 181)

As generalizações e as afirmações equivocadas, como a questão em relação ao extermínio dos indígenas estar mais ligado à miscigenação ou compreender a população negra como afeita a humildade, são indícios da construção desta narrativa de unificação nacional, que tenta justificar todas estas violências como um processo natural no caminho para o progresso. Também não parece ser por acaso dizer que os

negros pareciam evitar o âmago do país, pois na construção teórica da subcategoria brasileira, Euclides queria justificar a não influência do negro na formação do sertanejo. Porém, como vemos ao longo do texto suas posições são ambíguas – e são também percepções da violência de sua época e de agora –, e apesar da visão tacanha e racista, não desconhece a brutalidade que indígenas e negros sofreram.

Questões surgem sobre “Os Sertões” ser um livro conciliador. Em relação ao cenário político, talvez houvesse uma preocupação em amenizar a relação entre a Igreja Católica e a recente República, e mesmo talvez existisse a intenção com a construção de uma narrativa de identidade nacional, onde negros e indígenas compreendessem estar dentro de um processo evolutivo, e todas as situações que seus antepassados sofreram ser aceito como um processo natural desta marcha evolutiva.

**É que são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies; e se toda a sutileza dos missionários tem sido impotente para afeioar o espírito do selvagem às mais simples concepções de um estado mental superior; se não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu** – porque todo homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence o seu cérebro uma herança, - como compreender-se a normalidade do tipo antropológico que aparece, de improviso, enfeixando tendências tão opostas? (CUNHA, 2011, p.201)

É um artifício apresentar a história do país por meio de leis naturais, pois inclusive a escolha do uso de justificativas biológicas, defendidas como neutras, podem ser manipuladas pela visão de quem as utiliza. No primeiro capítulo, Euclides compreendia que apesar das leis naturais determinarem o sertão como um lugar seco e “pobre”, o alto grau evolutivo da sociedade – civilização europeia – seria capaz de solucionar este “problema” natural, mas como este mesmo homem branco europeu civilizado que desenvolveu técnicas capazes de solucionar problemas naturais e não consegue “educar” indígenas e negros, como as leis invioláveis naturais do meio físico podem ser modificadas, já a herança biológica de indígenas e negros não?

Sobre a admissão moral da subjugação de povos não brancos é importante destacar a construção de uma teoria racial produzida pela Igreja que tornou esta ação aceitável e depois sua passagem para o campo da Ciência, em que a escravidão é considerada uma espécie de pedagogia, onde o fardo do homem branco escraviza indígenas e negros em troca da civilização, fazendo parecer uma troca justa. Esta teoria parece também abrir caminho para a legitimação da violência em Canudos, pois

se o grande esforço dos homens brancos em ensinar a civilização a negros e indígenas não foi suficiente, então o que fazer com aqueles sertanejos que viviam em Canudos? A construção de uma concepção racial nacional intelectualmente deficiente, corrobora para a ideia de necessidade da violência para constituição de ideais “tão elevados” quanto os da República.

Mesmo assim, a cientificidade objetiva de Euclides parece se abalar na medida em que seu objeto de estudo demanda modificações, pois se boa parte do seu livro se detém em explicar a formação da raça nacional, e assim criar uma ideia de unidade nacional por meio da raça, como criar uma identidade racial em torno de uma raça considerada inferior?

A mistura de raças mui diversas é, **na maioria dos casos**, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. **A mestiçagem extremada é um retrocesso** [...] De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, **quase sempre, um desequilíbrio**. [...] Como nas **somas algébricas**, as qualidades dos elementos que se justapõem não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço – mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores (CUNHA, 2011, p.200)

A matemática serve como comprovação exata da sua teoria, as leis da formação racial possuem suas “somas algébricas”, então, como a partir de questões tão exatas provar alguma qualidade na constituição de um povo mestiço?

Apesar da matemática ser o meio de “fuga” da contradição no argumento de Euclides, nesta citação ela se desdiz a cada parágrafo: ao mesmo tempo em que a matemática explica a “mestiçagem extremada ser um retrocesso” esta é “quase” sempre um desequilíbrio, ou na “maioria dos casos”. Sendo assim, a matemática é exata ou não?

Volve do caso vulgar, do extermínio franco da raça inferior pela guerra, à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento. E durante o curso deste processo redutor, **os mestiços emergentes, variáveis, com todas as nuances da cor, da forma e do caráter, sem feições definidas, sem vigor, e as mais das vezes inviáveis, nada mais são, em última análise, do que mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades.** É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. Ora, os nossos rudes patricios dos sertões do norte forraram-se (evitaram) a esta última. O abandono em que jazem teve função



**benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados.**

[...]

**O sertanejo tomado em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de reprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas daqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente.**

**É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertam, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, preparam-no para conquistar um dia.**

**A evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte (CUNHA, 2011, p.202 e 203)**

Segundo este argumento as raças seguem o caminho da evolução em seus diferentes tempos, sendo que é inevitável o caminho até a raça forte. Para chegar a este fim, devem percorrer um destes caminhos que aparecem como antagônicos, as armas ou a civilização – seria razoável supor que uma seria violenta e a outra não, o que não fica evidente é qual o exemplo de não violência deste processo –, e apesar de em alguns momentos do texto o autor apresentar a covardia realizada contra a população de Canudos, neste trecho afirma que a população de Canudos evitou a civilização, abrindo espaço para a violência, como se não existisse outra alternativa.

Outro ponto levantado que tenta respeitar o caminho da formação racial é a existência de uma espécie de tempo e condições de maturação para a constituição desta raça, e somente o sertanejo teria conseguido passar um determinado tempo sem a influência de outras raças e adquirido suas características associadas ao meio físico que vivia. Esta é a maneira que Euclides vai adaptando sua teoria racial, a sua “descoberta”.

**O meio atraía-os e guardava-os.**

**As *entradas* de um e outro lado da meridiana, impróprias à dispersão, facilitavam antes o entrelaçamento dos extremos do país. [...]**

**É natural que grandes populações sertanejas, de par com as que se constituem no médio S.Francisco, se formassem ali com a dosagem preponderante do sangue tapuia. E lá ficassem ablegadas, envolvendo em círculo apertado durante três séculos, até à nossa idade, num abandono completo, de todo alheias dos nossos destinos, guardando, intactas, as tradições do passado. De sorte que, hoje, quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade notável entre os que os povoam: feições e estruturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável, logo ao primeiro lance de vistas distinto do mestiço proteiforme do litoral. Porque enquanto este patenteia todos os cambiantes da cor e se erige ainda indefinido, segundo o predomínio variável dos seus agentes formadores, o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando**

**brevemente o mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredo e duro ou levemente ondedo; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas supertições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes.**

A uniformidade, sob estes vários aspectos, é impressionadora. **O sertanejo do Norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída** (CUNHA, 2011, p. 198 e 199).

Este seria um fechamento do raciocínio estabelecido por Euclides para o encontro da tal raça, pois discorre tanto sobre a influência do meio na formação das características, como do relevo como um isolador para o período de maturação, e todas estas variáveis formam um tipo étnico que corresponde a uniformidades físicas e psíquicas. A conjugação entre o indivíduo e o grupo, o local em que ele nasceu e o grau de civilização, determinam a forma como o meio influenciará nesta raça, quanto maior for a civilização menor a influência do meio, e esta determinará o grau de evolução desta raça. O sertanejo é narrado como uma contradição, pois apesar de todas as dificuldades físicas para sua sobrevivência ele ainda conseguiria se sobrepor.

**O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.** A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. **Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.** É desgracioso, desengonçado, torto. Hércule-Quasímodo...[...] Entretanto toda sua aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se [...] Buckle, em página notável, assinala a anomalia de se não afeiçoar nunca, o homem, às calamidades naturais que o rodeiam. Nenhum povo tem mais pavor aos terremotos que o peruano;[...] **Mas o nosso sertanejo faz exceção à regra. A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a estoico** (CUNHA, 2011, p.207, 208 e 230)

O sertanejo seria a contradição encarnada e a figura que concentra toda a ideia de excepcionalidade. A miscigenação enquanto uma fraqueza é relacionada a baixa intelectualidade que adiante explicará a existência de um arraial como Canudos.

Então se transfigura. Não é mais indolente incorrigível ou o impulsivo violento, vivendo às disparadas pelos arrastadores. Transcende a situação rudimentar. Resignado e tenaz, com a placabilidade superior dos fortes, encara de fito a fatalidade incoercível; e reage. O heroísmo tem nos sertões, para todo o sempre perdidas, tragédias espantosas. Não há revivê-las ou episodiá-las. Surgem de uma luta que ninguém descreve – a insurreição da terra contra o homem. A princípio este reza, olhos postos na altura. O seu primeiro amparo é a fé religiosa. (CUNHA, 2011, p.233)

O grande problema da miscigenação no sertanejo estava no seu baixo desenvolvimento intelectual, que o levava para os misticismos religiosos, da mesma forma como era sua formação racial mestiça sua religião também seria. Apesar do fator positivo da raça brasileira ser sua força física, a fé acaba aparecendo como uma justificativa para enfrentar tanta dificuldade pelos sertanejos. Sua abordagem em relação a outras religiões que não a católica é sempre depreciativa, pois associa o catolicismo aos homens brancos civilizados europeus, mesmo sendo ele formado no exército, o centro difusor do positivismo e crítico da relação entre a Igreja e a monarquia no século XIX.

Para o autor, o sertanejo não teria capacidade orgânica de se afeiçoar a “situação mais alta”, que incluía a cosmovisão católica aliada a superioridade intelectual europeia, usada, inclusive, para justificar o insucesso do Islã na Península Ibérica mesmo depois de anos de ocupação pelos mouros. Já em relação ao Brasil e a sua sub-raça, a instabilidade da inteligência do sertanejo o tornaria também devoto de religiões consideradas inferiores, capaz de sair de uma missa e ir direto a outros “cultos religiosos carregados de fetichismos” e a rituais de sacrifícios envolvendo crianças, em uma alusão as religiões com influências africanas.

Devido a essas condições apresentadas da sub-raça, emerge em Canudos o que Euclides entende como uma associação entre loucura e religião em uma situação de fanatismo, que tem como figura central Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, sobre quem Euclides construiu uma biografia, com a finalidade de justificar sua perspectiva de que nesse ambiente se vivia “A loucura epidêmica de Canudos” – segundo Nina Rodrigues, citado no livro. O próprio surgimento de alguém como Conselheiro “não seria uma simples doença, mas um mal social grave”. Assim, as Ciências Naturais explicam as relações sociais, e biologicamente se analisa o que aconteceu em Canudos como uma doença psíquica que se alastra em locais onde a civilização ainda não chegou, intensificada pelas condições do meio.

Da mesma forma que o geólogo interpreta a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio assombra. É uma diátase, e é uma síntese.

[...]

Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas

**na indisciplina da vida sertaneja**, se condenaram ao seu misticismo feroz e extravagante. **Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo de agitação de que surgiu.** O temperamento mais impressionável apenas fê-lo absorver as crenças ambientais, a princípio numa quase passividade pela própria receptividade mórbida do espírito torturado de reveses, e elas refluíram, mais fortemente, sobre o próprio meio de onde haviam partido, partindo da sua consciência delirante. (CUNHA, 2011, p. 252)

Para o autor, a psicologia da sociedade constituída sobre o meio físico do sertão propicia a formação de seres humanos mestiços, intelectualmente inferiores, ocupados integralmente com sua existência imediata física devido a pobreza que os cerca, o que não os permite crescer contemplando a natureza para conhecer suas leis e estas dificuldades implicam em uma inclinação à “consciência delirante e crenças ingênuas”, nas quais se incluíam o sonho religioso propagado por Conselheiro.

Como parte dos delírios e considerada cegueira, estavam os ensinamentos do Conselheiro sobre a importância da prática do desapego em relação a propriedade da terra e pertences em geral, todos abandonados assim que se adentrava o arraial, para logo viver em “andrajos” e também “promiscuidade”, visto que Antônio Conselheiro “não estimulava, mas tolerava amor livre”.(p.301).

Euclides também critica a ideia difundida por Conselheiro aos seus seguidores de que o sofrimento físico era importante para o alcance do paraíso em sua religião, considerada uma concepção de sociedade primitiva, mas sua teoria também se funda em uma ideia de sofrimento necessário para composição de um corpo forte da sub-raça sertaneja. Qual a diferença entre acreditar no sofrimento como passagem ao paraíso, ou, acreditar que exista uma raça que se torna forte, ao lutar e sofrer contra a Natureza?

Todas as ideias levantadas por Euclides sobre as pessoas de Canudos convergem para um julgamento de anormalidade e indisciplina. A indisciplina é explicada enquanto “sintoma” da doença que existia em Canudos, personificada na figura do Conselheiro, que apesar de orquestrar essa loucura epidêmica não seria “um demente, pois tinha na atitude, na palavra e no gesto, a tranquilidade, a altitude e a resignação soberana de um apóstolo antigo”, mas ainda considerado como alguém de mentalidade evolutivamente inferior. Fato este que se comprovaria para Euclides por meio da medição de seu crânio após sua decapitação.

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de

circunvoluções, as linhas essenciais do crime e da loucura.... (CUNHA, 2011, p. 780)

Parece que ao validar o estudo de uma parte do corpo para justificar traços de crime e loucura, o autor desfavorece uma de suas teorias principais para a formação de uma sub-raça, por não ser a “consanguinidade física entre os habitantes do arraial, mas, sim, a moral que teria os unido num estádio social inferior” (p. 298). Euclides afirma ter encontrado no sertão uma raça uniforme (p. 198 e 199), mas agora diz que não é o corpo e os traços que determinam a uniformidade da população do arraial, mas seus juízos e crenças. Estas concepções seriam estabelecidas pelo Conselheiro, já que segundo ele viviam sob as leis, justiça e arbítrio de um chefe, que tolerava “pequenos homicídios”, saques e invasões as fazendas vizinhas e “prendia os que faltassem as rezas, sendo o arraial um tumulto disciplinado” (p. 305).

Ao construir uma ideia de indisciplina da vida sertaneja, Euclides tenta associá-la a forma como apareciam as relações de trabalho em Canudos. Ao mesmo tempo em que tenta estigmatizar os conselheiristas e o Conselheiro enquanto indolentes, porque de baixo intelecto, também apresenta argumentos que opõe a sua própria ideia inicial.

Assim foi atraindo pessoas a vagarem com ele. Eram, no geral, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada à mândria e à rapina

[...]

Coerente com a missão a que devotara, ordenava, depois destas homilias, penitencias que de ordinário **redundavam em benefício das localidades. Reconstruíam-se templos abatidos; renovavam-se cemitérios em abandono; erigiam-se construções novas e elegantes. Os pedreiros e carpinteiros trabalhavam de graça;** os abastados forneciam, grátis, os materiais indispensáveis; **o povo carregava pedras. Durante dias seguidos, na azáfama piedosa, se agitavam os operários cujos salários se averbavam nos céus.**

[...]

A **população suspeita e ociosa**, “armada até os dentes” e “**cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metros de extensão,**

[...]

Sobre a nova igreja do arraial: **Não faltavam braços para a tarefa. Não cessavam reforços e recursos à sociedade acampada no deserto.** (CUNHA, 2011, p. 269, 279, 289 e 308).

Á vista disso, não é por acaso, Euclides tentar “salvar” o corpo do sertanejo como elemento positivo da raça nacional, porque além de ser a possibilidade da criação de uma justificativa para a unidade racial, o corpo forte formado no sertão

também é o corpo do trabalho, ou seja, quanto mais resistente a constituição física maior é a capacidade de trabalhar ou de produzir energia. O projeto civilizatório é a preparação de corpos para o trabalho disciplinado. Na sua tentativa de depreciar o Conselheiro e seus seguidores tenta transformá-los em pessoas pouco afeitas ao trabalho, que conseqüentemente não estariam educadas para a vida sob a República.

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada tivemos de improviso, como herança inesperada a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o nosso contraste entre o modo de viver e o daqueles rude patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-mo-los três século... (CUNHA, 2011, p. 317)

Como encaminhamento final do capítulo, Euclides faz uma crítica ao que não aconteceu para evitar o massacre da população de Canudos, em uma reflexão sobre a forma de inserção (ou não) desse povoado na civilização que se formava no litoral. Na parte da culpa que caberia a Ciência, Euclides parece atribuir aos cientistas brasileiros da época, posto que estes, em uma busca cega, se ocuparam em copiar as teorias que vinham sendo desenvolvidas na Europa, esquecendo os reais problemas do Brasil. Apesar da crítica a seus pares que seriam “simples copistas”, o próprio Euclides também importava suas teorias raciais da Europa, que surgiam em um no contexto de expansão do imperialismo e justificativa de dominação de outros territórios. Não percebeu que a constituição desta sociedade era a barbárie, porém, em alguns momentos, estas atrocidades o espantaram.

Eram realmente fragilimos aqueles pobres rebelados...  
 Requeriam outra reação. Obrigavam-no a outra luta.  
 Entretanto enviamos-lhes o legislador Comblain (rifles); e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – a bala.  
 Mas antes tentou-se empresa mais nobre e mais prática. (CUNHA, 2011, p.320)

Apesar da ênfase atribuída a violência cometida em Canudos, ele apresenta no final deste capítulo outra tentativa de incorporação dos habitantes do arraial a civilização: a visita de dois padres que tentaram negociar com o Conselheiro sua rendição, negada por ele prontamente.

O modelo civilizacional de Euclides também tinha os olhos voltados para a Europa como ápice da evolução social. Assim sendo, naturalizou inúmeros processos de violência que constituíram o capitalismo na Europa, porque acreditava fazer parte de um princípio natural de evolução biológica, e a partir do conhecimento das leis que regem esta sociedade, aplicar no Brasil para que este entre “nos trilhos” da evolução.

### 1.3A Luta

Neste capítulo Euclides apresenta todos os detalhes da campanha de Canudos, desde o motivo que levou a intervenção do exército republicano no arraial, como também os detalhes das quatro batalhas até sua queda. Não é o objetivo desta resenha apresentar os pormenores de suas impressões sobre o conflito – como as descrições técnicas da guerra, críticas a estratégias militares e justificativas para as três derrotas do exército –, mas sim perceber como aparecem as concepções raciais que organizam o pensamento de Euclides e suas justificativas para o encontro da raça nacional. Muitas hipóteses de interpretação podem ser levantadas, mas não é a finalidade desta pesquisa descobrir ou interpretar o que ele realmente quis dizer, já que “Os Sertões” é um livro pronto, revisto, amplamente discutido, que abre caminhos para discutir a objetividade científica, pois o próprio rigor e a objetividade que o autor acreditava ter, o impediam de compreender quais processos passavam as suas costas.

O início desse capítulo se dá com relatos de outras “revoltas” que ocorriam no Norte do Brasil além de Canudos, sempre atribuídas a algum tipo de distúrbio ou de patologia social da raça que tornava o meio em que viviam propenso a este “problema”, mas que na verdade refletiam um contexto de transição política e social turbulenta do início da instalação da República e do avanço da propriedade privada nas terras que por muito tempo eram de fácil acesso para posseiros.

A pique ainda das lamentáveis consequências da sanguinolenta guerra civil, que rematara ininterruptamente série de sedições e revoltas, emergentes desde os primeiros dias do novo regime, **a sociedade brasileira, em 1897, tinha alto grau de receptividade para a intrusão de todos os elementos revolucionários e dispersivos.** E quando mais tarde alguém se abalçar a definir, à luz de expressivos documentos, a sua psicologia interessante naquela quadra, **demonstrará a inadaptabilidade do povo à legislação**

**superior do sistema político recém-inaugurado, como se este, pelo avantajar-se em demasia ao curso de uma evolução vagarosa, tivesse como efeito predominante, alastrar sobre o país que se amolentara no marasmo monárquico, intenso espírito de desordem, precipitando a República por um declive onde os desastres repontavam, ritmicamente, delatando a marcha cíclica de uma moléstia.”** (CUNHA, 2011, p. 417 e 418)

Quando se refere a facilidade receptiva de elementos revolucionários e dispersivos é importante notar que se refere também a toda sociedade brasileira, como um argumento que aprofundou neste capítulo. O problema da má formação racial, transformou todo o Brasil, inclusive a população das áreas urbanas, em uma população propensa a produzir agitações, principalmente por não estar intelectualmente formada para absorver o sistema político “superior” e rígido da República e por ter vivido anos na “frouxidão” da monarquia. Este adjetivo parece ter sido usado para relativizar as ditaduras militares ocorridas no início da Primeira República, entendidas como necessárias para instalação do novo regime político em um ambiente com uma raça menos apta ao entendimento dos novos preceitos.

Estava defronte de uma sociedade que progredindo em saltos, da máxima frouxidão ao rigorismo máximo, das conspirações incessantes aos estados de sítio repetidos, parecia espelhar incisivo contraste entre a sua organização intelectual imperfeita e a organização política incompreendida. De sorte que lhe sendo impossível substituir o lento trabalho de evolução para alevantar a primeira ao nível da última, deixava que se verificasse o fenômeno inverso: a significação superior dos princípios democráticos decaía – sofismada, invertida, anulada (CUNHA, 2011, p. 418).

Ao que parece, um regime político ditatorial era, para Euclides, uma resposta à incapacidade de uma participação racional na política dos sertanejos e dos brasileiros, porque esta seria a melhor maneira de tentar corrigir um problema hereditário. Havia a preocupação de um alastramento para todo o Brasil dessa “doença” do sertão, que tinha sua essência e causa na mestiçagem da raça brasileira.

A rua do Ouvidor valia por um desvio de caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastra-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos. Valerá a pena defini-los?

A força portentosa da hereditariedade, aqui, como em toda parte e em todos os tempos, arrasta para os meios mais adiantados – enludados e encobertos de tênue verniz de cultura – trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina, e os manietta, e os inutiliza, e a pouco e pouco os destrói, recalçando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca, às vezes, a curiosidade dos sociólogos



extravagantes ou as pesquisas da psiquiatria, sempre que um abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis, eles surgem e invadem escandalosamente a história. São o reverso fatal dos acontecimentos, o claro-escuro indispensável aos fatos de maior vulto.

Antes, porém, insistimos numa proposição única: atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça (CUNHA, 2011, p. 501 e 502).

Sua apreensão sobre o “alastramento” dessa “doença social” foi exemplificado a partir das revoltas nas áreas urbanas de apoiadores da República destruindo jornais monarquistas e até na irracionalidade da ação do exército em Canudos, onde até mesmo comparou a figura de Conselheiro a de Moreira César, comandante da 3ª Expedição do Exército para Canudos, que teria “temperamento desigual e bizarro de um epilético provado, encobrendo a instabilidade nervosa de doente grave em placidez enganadora” do, “O fetichismo político exigia manípulos de farda. Escolheram-no para novo ídolo” (p. 421).

Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrar todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamalgável. Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efígie do marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória - com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços belo Bom Jesus misericordioso e milagreiro....(CUNHA, 2011, p. 617)

As críticas ao exército não param em Moreira César: a forma como os militares se organizaram, a certeza que os soldados tinham da vitória na primeira campanha, a falta de infraestrutura, o despreparo do exército, os problemas com a logística, a quantidade de armamento pesado e a dificuldade de transportá-los sertão adentro, os problemas estratégicos e a falta de conhecimento do local são fatores que para Euclides justificaram as sucessivas derrotas. De maneira oposta, os conselheiristas são elogiados pela sua força e estratégia militar.

A guerra era compreendida por Euclides também como um ato de barbárie, um regresso ao homem primitivo, apesar de reconhecer que ela havia, assim como a humanidade, progredido, devido a diminuição dos combates “corpo a corpo”, e o advento de tecnologias bélicas relacionadas a artilharia. Uma pena ele não ter ficado para ver as guerras mundiais do século XX.

Em outros momentos atenua as atrocidades cometidas pelo exército em Canudos, ao tentar transformar os soldados em heróis, como se eles na campanha tivessem sido um amálgama das raças nacionais, isto é, a junção de todas as raças existentes em todos os cantos do Brasil, como um aspecto positivo. Em uma nítida propaganda ao exército, é interessante pensar de onde surgem os “sentimentos” nacionalistas, patrióticos, com esforços para ligar a ideia de raça a ideia de nacional, como se ambas fossem naturais, e, desta forma, refletir como a Nação se constitui historicamente, primeiro na formação dos Estados absolutistas e posteriormente se propagando para as colônias.

As tropas confluíam do extremo norte e do extremo sul, acrescida dos corpos policiais de São Paulo, Pará e Amazonas. Nessa convergência para o seio da antiga metrópole, o paulista, forma delida do bandeirante aventureiro; o rio-grandense, cavaleiro e bravo; e o curiboca nortista, resistente como poucos – índoles díspares, homens de opostos climas, contrastando nos usos e tendências étnicas, do mestiço escuro ao caboclo trigueiro e ao branco, ali se agremiavam sob o liame de uma aspiração uniforme. A antiga capital agasalhava-os no recinto dos seus valores baluartes, rodeando num mesmo afago carinhoso e ardente a imensa prole havia três séculos erradia. Depois de longamente dispersos, os vários fatores da nossa raça volviam repentinamente ao ponto de onde tinham partido, tendendo para um entrelaçamento belíssimo. A Bahia ataviara-se para os receber. Transfigurou-a naquele fluxo e refluxo da campanha – mártires que chegavam, combatentes que seguiam – e, partida a habitual apatia, revestiu a feição guerreira do passado. (CUNHA, 2011, p. 658)

No Brasil existe ainda hoje uma espécie de junção entre a ideia de Nação e o exército, como se o último fosse o representante ou a síntese dos interesses da Nação e do povo que a constitui, onde atuaria na defesa dos interesses dos nacionais contra os interesses estrangeiros. Por outro lado, a sua idealização em um determinado momento histórico pode até ter significado a defesa das fronteiras e os interesses de uma determinada Nação, porém com o desenvolvimento histórico do capitalismo isto se transforma e passa a representar a legalidade que constitui a forma-mercadoria e a livre circulação do capital. Na história do Brasil o exemplo de Canudos é emblemático, pois o exército é utilizado para combater a própria população da Nação – uma história que não acabou em Canudos e que ainda continua nas favelas do Brasil – e ampliar as fronteiras para a livre circulação do capital.

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional.

Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria. (CUNHA, 2011, p.677).

Todas estas questões fortalecem a ideia desta pesquisa de que Euclides buscava criar uma epopeia brasileira, posta a evidente propaganda ao exército e tentativa de justificar a contradição evidente de assassinar os próprios compatriotas. Nesta propaganda e relativização da violência cometida pelo exército se torna perceptível. Como também, há o esforço para “agradar” todo o público brasileiro leitor de sua obra, presente na forma contraditória como ele narra a violência contra o arraial.

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitasse os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e visando incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.

Mas sob a pressão de dificuldades exigindo solução imediata e segura, não havia lugar para essas visões longínquas do futuro (CUNHA, 2011, p. 682).

Como alternativa as ações militares realizadas, indispensável porque eram a “solução imediata e segura” para o momento, entendia que a campanha de Canudos deveria ter um caráter pedagógico de incluir aqueles sertanejos ao seu tempo, questão que pode ser aberta por vários caminhos. A “propaganda” da República estava na demonstração de força e apoio ao estabelecimento da propriedade privada, porque assim como Canudos, existiam no Nordeste tantos outros arraiais que se auto organizavam. Portanto, a violência passa as costas de Euclides ao acreditar que a civilização está dissociada desta, pois a civilização é a violência. Nenhum corpo nasce naturalmente dono de uma parcela de terra e o outro despossuído desta, isto faz parte de uma relação social que se constitui historicamente e é na colônia que esta história é revelada para a metrópole (MARX, 2013).

Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas.

Reagiu. Era natural. O que surpreende é a surpresa originada por tal fato. Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada a sem – número das nossas tradições. Só sugeria um conceito - e é que, assim como os estratos geológicos não raro se perturbam, invertidos, sotopondo-se de uma formação moderna a uma formação antiga, a estratificação moral dos povos por sua vez também se baralha, e se inverte, e ondula riçada de sinclinais abruptas, estalando em *faults*, por onde rompem velhos estádios há muito percorridos.

Sob tal aspecto era, antes de tudo, um ensinamento e poderia ter despertado uma grande curiosidade. A mesma curiosidade do arqueólogo ao deparar as palafitas de uma aldeia lacustre, junto a uma cidade industrial da Suíça...

Entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmo-las, corrigimo-las ou anularmo-las. Não entendemos a lição eloquente. (CUNHA, 2011, p. 502 e 503)

Euclides por todo o texto faz comparações e análises que coincidem moral, traços de intelectualidade da sociedade brasileira e da população de Canudos e formações geológicas. Conforme a máxima da Geologia “o presente é a chave do passado”, tinha grande preocupação com o extermínio dos habitantes de Canudos, porque isto significaria perder a oportunidade de compreender a origem dos nossos problemas morais, intelectuais e sociais e este é mais um exemplo importante da crença de que os problemas estariam associados sobretudo a formação biológica.

Viu-se, então, um caso vulgaríssimo de psicologia coletiva: colhida de surpresa, a maioria do país inerte e absolutamente neutral constituiu-se veículo propício a transmissão de todos os elementos condenáveis que cada cidadão, isoladamente, deplorava. Segundo o processo instintivo, que lembra na esfera social a herança de remotíssima predisposição biológica, tão bem expressa no *mimismo psichico* de que nos fala Scipio Sighele, as maiorias conscientes, mas tímidas revestiam-se, em parte, da mesma feição moral dos medíocres atrevidos que lhes tomavam a frente. Surgiram, então, na tribuna, na imprensa e nas ruas – sobretudo nas ruas – individualidades que nas situações normais tomariam à pressão do próprio ridículo. (CUNHA, 2011, p. 419 e 420)

A abordagem biológica dos “problemas” raciais reforça a ideia de inevitabilidade da guerra, pois se o problema seria biológico não haveria outra possibilidade de resolução se não a violência física. A transformação do arraial num levante monarquista era propagada na imprensa e pelo presidente Prudente de Moraes, que se utilizavam desta narrativa para justificar o envio do exército para combater forças “externas”. Num lugar de civilização ainda não implementada, ou de não autonomização do capital, a possibilidade da vida sem ser mediada pela forma mercadoria, assombra a civilização, posto que os sertanejos possivelmente poderiam

mostrar para a população a possibilidade de apenas depender de si para sobreviver se todos tivessem acesso à terra. Para Euclides, a personificação da patologia social e de todos os problemas do Brasil estaria em Antônio Conselheiro:

E compreendo que Antônio Conselheiro repontasse como uma “integração de caracteres diferenciais, vagos e indefinidos, mal percebidos quando dispersos pela multidão” – e não como simples caso patológico, porque a sua figura de pequeno grande homem se explica precisamente pela circunstância rara de sintetizar, de uma maneira empolgante e sugestiva, todos os erros, todas as crendices e superstições, que são o lastro do nosso temperamento. (CUNHA, 2011, p. 790)

Euclides ao falar de Conselheiro diz mais sobre Euclides do que do Conselheiro. A sua fé cega na civilização o impedia de compreender as questões relacionadas a formação econômica e social do Brasil, fundamentadas no latifúndio monocultor e na extrema concentração de terras. Outra fé que se assentava em pés de barro era a mudança política da Monarquia para a República, pois acreditava que esta última seria a forma mais evoluída de política e o caminho para o progresso do Brasil, mas o decurso da História vai mostrando ao próprio Euclides indícios de que talvez estes regimes políticos não fossem tão opostos quanto pareciam.

O próprio Euclides posteriormente a publicação do livro “Os Sertões”, relata em uma carta destinada a Olímpio de Souza Andrade um desabafo sobre sua decepção com Benjamin Constant, seu professor e um dos ideários do positivismo no Brasil:

Imagine o senhor que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear, e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu a vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – justamente desmoralizado” (NOGUEIRA, 1984, p. ).

Sua decepção com a mudança do juízo de seu mentor aconteceu porque Euclides acreditava que a substituição da monarquia pela República traria o tal progresso ao país, devido ao seu regime político atrasado. A sua compreensão de que os problemas do Brasil estaria em sua biologia humana, o limitava na compreensão histórica de uma sociabilidade que se fundava na Europa, sendo o Brasil um dos países de modernização retardatária (KURZ, 1992), isto é, um país que procedeu como uma colônia europeia, e que se funda no sentido de produzir as mercadorias necessárias para a acumulação de capital dos países europeus. Assim sendo, as formas de desenvolvimento do Brasil nunca conseguirão atingir os padrões

da modernização porque ao pensarmos em um contexto mundial de formação econômica, as colônias forneceram as matérias-primas necessárias para as revoluções industriais que aconteceram na Europa, e estas somente foram possíveis devido ao trabalho escravo e as mercadorias produzidas na colônia. Desta forma, a imposição da mediação pela mercadoria é o sentido da modernização independente do regime político.

## CAPÍTULO 2

A República precisa ficar forte, consolidada... Esta terra necessita de governo que se faça respeitar...É incrível! Um país como este, tão rico, talvez o mais rico do mundo, é, no entanto, pobre, deve a todo mundo...Por quê? Por causa dos governos que temos tido que não tem prestígio, força... É por isso. (BARRETO, 1996, p.117)

Este trecho escrito por Lima Barreto representado na fala de Policarpo Quaresma, seu ilustre personagem de “Triste fim de Policarpo Quaresma”, uma pergunta que talvez seja a que mais ecoe em todos os cantos do Brasil. Por quê?

### 2.1 Breve História do Pensamento Geográfico

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008. p. 50)

É importante perseguir um contexto de formação do pensamento científico europeu, que desde o Iluminismo tentava se dissociar do pensamento religioso e do misticismo, por meio da razão e das leis físicas, que, junto ao Positivismo, faz parte da formação de uma sociedade produtora de mercadorias. Sendo a finalidade desta sociedade a produção e o aumento dos seus níveis de produtividade, a forma de compreensão do que é “riqueza” parece acompanhar a lógica da física e assim estar associada a produção de energia, na qual quanto maior for a capacidade de uma sociedade em produzir energia mais rica será. Também interessa apresentar a ideia de trabalho como diretamente associada a produção de energia, e por isto, quanto maior for a capacidade de trabalho mais desenvolvida será a sociedade.

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo. Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por

uma grande quantidade, ou – o que é a mesma coisa – pelo preço de grande quantidade de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens. (SMITH, 1983, p. 45 e 46)

Nesta citação de Adam Smith aparece boa parte dos conceitos físicos sendo utilizados para explicar a sociedade, na qualidade de um “sistema fechado” que encontra seu “equilíbrio” quando todos trabalham e produzem. A riqueza de uma nação ocorrerá a partir da divisão do trabalho, que levará a maior especialização do trabalho deixando a sociedade mais produtiva, ou seja, produtora de mais mercadorias, e conseqüentemente mais pessoas terão acesso as mercadorias necessárias para sua sobrevivência. É importante ressaltar que o contexto de crítica de Smith era o Absolutismo, uma sociedade em que a igualdade entre os indivíduos não estava estabelecida, e ainda existiam pessoas que viviam ociosas e dependentes do trabalho de outros para sua sobrevivência – como os integrantes da família real –, e para o sistema fechado de Smith funcionar, todos deveriam trabalhar.

O desenvolvimento destas ideias científicas que influenciaram a Revolução Burguesa, no fim do século XVIII, e posteriormente o Positivismo é um ponto de partida importante para compreender as discussões que envolviam os autores analisados nesta pesquisa. A produção de conhecimento presente em Smith (1723-1790) e seus contemporâneos era herança das descobertas das leis físicas de Isaac Newton (1643-1727), e não é arriscado supor que o pensamento científico newtoniano tenha se baseado em uma ideia de dominação da natureza, e, desta forma, o que convencionamos chamar de natureza seja conceituado e manejado como algo externo, de uma “existência” que se daria para suprir todas as demandas materiais necessárias para a humanidade<sup>5</sup>. Sendo um dos questionamentos principais dessa pesquisa a reflexão sobre como este modelo de pensamento científico predomina até os dias de hoje, o estudo da chamada “Geografia Clássica” trará boa parte de seu arcabouço interpretativo do mundo assentada nas ciências naturais como modelo explicativo, e é de grande utilidade na compreensão de quais as contradições moviam aquele momento histórico. A parte interessante de lidar com a História do Pensamento Geográfico, é que toda polêmica em torno do objeto, método ou epistemologia da

---

<sup>5</sup> “A mercadoria é, antes de tudo um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão.” (MARX, 2013, p.113).



Geografia, abrem caminhos interessantes para uma crítica da Ciência, o que talvez a partir de outras ciências pudesse ser algo muito mais rígido.

Os propósitos de Ratzel e La Blache para a institucionalização da ciência geográfica podem ser considerados muito semelhantes aos que Euclides da Cunha apresentou em “Os Sertões” para a formação da identidade e do Estado Nacional do Brasil. Para além do período histórico em que viveram – fim do século XIX e início de século XX –, outros encontros aproximam estes autores, como suas concepções teóricas sobre raça, as relações humanas com o meio em que vivem, e o engajamento com os projetos dos seus respectivos Estados-Nacionais, sendo este último considerado o vínculo principal a ser discutido ao longo deste capítulo, entre as aproximações, diferenças e contradições que podem ser desdobradas das ideias destes autores.

Para discutir a gênese de um pensamento geográfico e sua posterior institucionalização científica, os livros “A Gênese da Geografia Moderna” (1989) e “Geografia: Pequena História Crítica” (2005), ambos de Antonio Carlos Robert de Moraes, foram importantes fontes de pesquisa, assim como o “Introdução à Geografia: geografia e ideologia” (1989) de Nelson Werneck Sodré. Estes autores auxiliaram na compreensão de quando a Geografia “começa” a ser considerada Ciência, em uma dificuldade que inclui as suas possíveis origens gregas como a “descrição da terra” em Eratóstenes (276 a.C – 94 a.C) até as sugestões de Sodré que pontuou o pensamento geográfico como existente desde os “homens das cavernas”.

Desde que os mais antigos pesquisadores, os da época em que o homem começou a registrar graficamente sua experiência, herdando aquilo que lhe vinha por tradição oral, completaram os dados colhidos da observação da natureza, surgiram os rudimentos do conhecimento geográfico. Eles pertenciam, conseqüentemente, ao campo das ciências da natureza, ainda embrionárias. (SODRÉ, 1989, p.74 e 75)

A dificuldade em discutir o que é a Ciência geográfica ou o seu “começo” parece derivar desta concepção advinda de uma ontologia do pensamento humano, que parece misturar o que é racional, científico com uma história do que é a evolução do pensamento – da ciência e da técnica também – e conseqüentemente de uma inexorável marcha humana para o progresso. Ao longo deste texto será abordada uma compreensão de Ciência que não se entende como evolução do pensamento ou do que seja, mas como desdobramento de um processo de autonomização do capital, de

uma sociabilidade determinada pela produção de mercadorias, ou seja, como integrante de uma sociabilidade historicamente determinada e não uma consequência de um processo evolutivo da natureza humana.

Para conseguir dar um passo nesta reflexão, que não se detém a buscar a verdadeira história ou gênese do pensamento geográfico, mas que se propõe a estudar como se constitui contraditoriamente este discurso de Ciência objetiva, é necessário apresentar a discussão que Moraes (2005) faz acerca da dificuldade em delimitar o objeto de estudo da ciência geográfica. Para o autor, a delimitação do campo de saber da Geografia era embaraçado, devido a longínqua utilização do seu nome e numerosas definições simplistas sobre seu significado, e isto também se integrava a dificuldade de definir qual seria o objeto de estudo desta disciplina. Desta forma, Moraes apresenta que a concepção de descrição da superfície seria “a corrente majoritária do pensamento geográfico” (2005, p.32) presente em uma série de possíveis e insuficientes definições de Geografia, como, por exemplo, o “estudo da superfície terrestre” ou “síntese de todas as ciências”, problemáticas e imprecisas pela inexatidão daquilo que é estudado pela Geografia, já que a superfície terrestre é tema de outras ciências.

Outra vertente da Geografia entende a Paisagem como o seu objeto de estudo por tratar dos “aspectos visíveis do real” – que se assemelha a ideia anterior de descrever os aspectos da Terra –, ramificada em duas concepções diferenciadas sobre o conceito, onde uma se preocupa em enumerar os elementos presentes na Paisagem, em outras palavras, com a sua morfologia, e a outra estaria mais próxima de uma Ciência de síntese, pois associa a Paisagem a uma ideia de organismo, e caberia a Geografia então estudar como interagem os elementos desta paisagem, em uma ideia fisiológica do assunto que traz a Ecologia para a Geografia.

Outra corrente de pensamento geográfico – com uma variação sutil da anterior – entende que a Geografia é um estudo da individualidade dos lugares, em que o estudo deve determinar uma área – ou Região – com o objetivo de sistematizar e compreender qual a sua singularidade em relação as outras, em uma função de determinar qual porção da Terra é passível de ser singularizada. Esta corrente da Geografia foi chamada de “Geografia Regional” pensada principalmente por Paul Vidal de La Blache (1845-1918), e suas ideias serão mais aprofundadas neste texto devido

também a proximidade histórica e teórica das ideias levantadas em “Os Sertões”<sup>6</sup>, que também objetivava individualizar uma região no Brasil física e racialmente.

Ainda existe uma perspectiva que entende o Espaço como o objeto de estudo da Geografia, que segundo Moraes (2005) enfrenta alguns problemas a partir da dificuldade de caracterizar o que é o espaço. De maneira sucinta, há três concepções possíveis a partir do entendimento do espaço enquanto objeto: como uma categoria de entendimento das formas de conhecimento junto a tempo, grau e gênero; Como um “atributo dos seres”, pois nada existe se não ocupa um lugar neste espaço; E enquanto quantificação e utilização da estatística para assim encontrar a lógica de distribuição e localização dos fenômenos para assim deduzir a dinâmica de funcionamento deste espaço.

E, por último, há a linha de pensamento que entende a Geografia como a Ciência que estuda a relação do “homem com o meio”, ou a relação entre a sociedade e a natureza, que a partir destes dois polos busca explicitar a realidade atuando como Ciência de contato entre as ciências naturais e as ciências sociais, sendo um dos principais representantes Friedrich Ratzel (1844-1904), outro autor estudado nesta pesquisa, e é também a concepção que Euclides da Cunha em “Os Sertões” mais parece se aproximar.

Desta concepção derivam três tipos de visão sobre o objeto, a primeira entende a influência da natureza como predominante em relação a história, a segunda, de maneira oposta, os humanos primam sobre o meio, e por último, há uma compreensão de que existe uma ação mútua entre natureza e sociedade em que ambos se modificam com o mesmo peso de atuação, e o objetivo da Geografia está em compreender como ocorre a dinâmica de funcionamento entre o meio e as organizações humanas, em mais uma vez que a Geografia se aproxima da Ecologia.

Este breve levantamento de uma história do pensamento geográfico, conforme o livro “Geografia: Pequena História Crítica” (MORAES, 2005), trata de formulações elementares acerca do objeto da Geografia, cujo autor pensa que tais concepções fazem parte de uma Geografia Tradicional em vias de desaparecimento, em favor de uma “Geografia Renovada”, mais associada a questões sociais ou ao planejamento.

---

<sup>6</sup> É interessante chamar atenção para a similaridade de exposição de uma “região” pela Geografia Regional: A Terra, o Homem, e as Dinâmicas econômicas. Muito próxima aos capítulos propostos em “Os Sertões”: A Terra, O Homem e a Luta

É importante ressaltar o enfoque desta pesquisa em estabelecer as relações das questões levantadas por Euclides da Cunha em “Os Sertões” e os outros dois autores da chamada “Geografia Clássica”, ou que fizeram parte da institucionalização da Geografia – formação de cursos universitários –, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache.

O contexto histórico que possibilitou essas relações era o do Imperialismo europeu no século XIX e XX, no qual a França (também por meio de La Blache) buscava legitimar seus projetos imperialistas para além da Europa, e, dessa maneira, era proveitoso ao seu projeto de Estado se aprofundar nos estudos de Geografia, tanto para invadir outras terras, como para recuperar partes importantes do seu território – Alsácia-Lorena – da Alemanha, que, assim como outros Estados europeus, também buscava estabelecer seus domínios dentro e fora da Europa, uma vez que fora excluída do início da partilha colonial de países africanos devido a sua unificação tardia. As reflexões de Euclides não objetivavam um expansionismo do território brasileiro, mas buscavam uma unificação da Nação brasileira – a partir do discurso racial – com o intuito de criar uma identidade nacional de um país que acabava de abolir a escravidão e transitava da Monarquia para a República, e, logo, havia uma preocupação com uma “fragmentação” do território nacional e também um ideal evolucionista, que almejava a “criação” de uma Nação tendo em vista o progresso nacional.

## **2.2 Contextualização dos autores e a busca por um objetivo(?)**

Para contextualizar o discurso de Friedrich Ratzel foram utilizados os livros Geografia: Pequena História crítica (MORAES, 2005) e Ratzel<sup>7</sup> (MORAES, 1990). Ratzel, prussiano, nascido em 1844, viveu a constituição do Estado alemão – no período da unificação alemã tinha 27 anos de idade –, e sua produção é uma reflexão que auxilia este processo com base no projeto prussiano, de forte discussão racial e

---

<sup>7</sup> Ratzel (1990), é uma coletânea de textos publicadas por F.Ratzel, organizado por Antonio Carlos Robert de Moraes. Os textos escolhidos são: “Antropogeografia”; “As Raças Humanas”; “A Córsega: Estudo Antropogeográfico”; “As Leis do Crescimento Espacial dos Estados”.

militarização do Estado, com grandes repressões sociais internas e uma violenta política expansionista dirigida pela aristocracia *junker*.

A unificação tardia da Alemanha, que não impediu um relativo desenvolvimento interno, deixou-a de fora da partilha dos territórios coloniais. Isso alimentava um expansionismo latente, que aumentaria com o próprio desenvolvimento interno. Daí, o agressivo projeto, imperial, o propósito constata de anexar novos territórios. E, por esta razão, mais uma vez, o estímulo para pensar o espaço, logo, para fazer Geografia.

Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto social; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano. Assim, a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer, por exemplo, “semelhante luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial (MORAES, 2005, p.69).

A unificação tardia do Estado alemão fez boa parte da sua aristocracia investir nas ciências que buscassem estudar este projeto de expansionismo do Estado, sendo Ratzel um fruto deste projeto. Assim sua teoria está diretamente ligada aos desígnios da aristocracia, tanto no discurso de legitimação, incorporação e criação de uma identidade alemã.

O que parece caracterizar uma diferença entre o projeto expansionista alemão e o francês é que a França não estaria preocupada com a questão de unificação interna como a Alemanha, e assim focava mais na expansão e legitimação de seus territórios coloniais na África. Segundo Moraes (2005), a Revolução Francesa em 1779 havia formado um Estado centralizado muito antes do que a Alemanha, e isto propiciou a formação de um Estado unificado sem grandes disputas internas. A formação da Geografia na França está diretamente relacionada a uma resposta ao desenvolvimento da Geografia na Alemanha, devido à perda dos territórios de Alsácia e Lorena durante Guerra Franco-Prussiana (1870-71), que além de representar perdas de jazidas de carvão mineral para Alemanha – importantíssima naquele momento para o funcionamento das indústrias – também significou a unificação e fortalecimento de sua rival.

Foi nesse período que a Geografia se desenvolveu. E se desenvolveu com o apoio deliberado do Estado francês. Esta disciplina foi colocada em todas as séries do ensino básico, na reforma efetuada pela Terceira República. Foram criadas, nessa época, as cátedras e os Institutos de Geografia. Todos estes fatos demonstram o intuito do Estado no sentido de desenvolver esses estudos. Tal interesse advém de consequências da própria guerra. Uma frase de Thiers, primeiro-ministro da França, bem o demonstra; diz ele: “a guerra foi ganha pelos instrutores alemães”. A guerra havia colocado, para a classe

dominante francesa, a necessidade de pensar o espaço, de fazer uma Geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo francês (MORAES, 2005, p.77).

Moraes (2005) cita que os projetos de ciência geográfica partiriam de princípios distintos: o francês como mais liberal e o alemão, como mais autoritário. Enquanto o principal conceito desenvolvido por Ratzel era o de “espaço vital”, devido as questões que envolviam a expansão e unificação do Estado alemão, a Geografia de La Blache desenvolveu seu conceito através da ideia de “gênero de vida”, que teria como foco a distinção de áreas do globo terrestre com base no encontro de elementos singulares de uma região que a diferenciasses de outras, a partir da descrição da relação da população daquela região quanto aos recursos naturais presentes no território. Ambos os autores partilhavam a ideia de que as diversidades do meio ambiente terrestre diferenciariam as raças ao redor do mundo, sendo Ratzel defensor da predominância do meio ambiente na formação das raças, e La Blache incluía a história humana como um fator de diferenciação racial, mas sem descartar a proposição de Ratzel.

Sem perder de vista que a proposta é apresentar como esses dois projetos, determinismo e possibilismo, se assemelham muito aos temas tratados por Euclides da Cunha, para além de como historicamente se constituem os debates dentro da Geografia, sobre a disputas entre essas escolas ou mesmo qual delas estava mais próxima de uma leitura adequada do mundo. Interessa pensar sobre como um discurso pautado em uma Ciência neutra que legitima a formação de um Estado-nacional, como se este fosse o resultado de um progresso da natureza humana, naturaliza a forma-social baseada na troca de mercadorias.

Na busca por explicar o mundo através da materialidade, La Blache, Ratzel e Euclides compreendiam que o desenvolvimento da Nação estaria associado a evolução racial, o que possibilitaria o desenvolvimento de um conjunto de técnicas de aproveitamento dos recursos provenientes destes territórios gerador de maiores recursos energéticos e materiais para a nação, em uma sugestão do que se constitui como o ideal de progresso e riqueza para estes autores. Outra correlação importante entre os três autores a ser investigada está em seus estudos dos processos particulares de desenvolvimento do capitalismo em seus países, e de como ocorre a absorção das teorias raciais advindas da Europa em uma ex-colônia, uma vez que essas buscavam legitimar a dominação colonial, porque partiam da premissa de que

os europeus eram tributários de uma raça mais evoluída contribuindo para o progresso da humanidade.

Todo este debate em torno da Geografia surge na Europa como uma das consequências não apenas da Guerra Franco-Prussiana e da necessidade de pensar o território, mas também de uma crise econômica que se inicia com a quebra da bolsa de valores de Viena em 1873, que impacta todo o continente europeu. Esta crise demandava a expansão do mercado internacional para ter acesso a matérias primas e novos mercados consumidores, e isto se prolongaria para o neocolonialismo.

Esta reflexão se torna insuficiente se não relacionada as bases do pensamento positivista proposto por Augusto Comte (1798-1857), pois estes princípios científicos positivistas estão em consonância com os três autores estudados neste texto.

[...] a fase positiva ou científica, na qual os homens observam efetivamente a realidade, analisam os fatos, encontram as leis gerais e necessárias dos fenômenos naturais e humanos e elaboram uma ciência da sociedade, a física social ou sociologia, que serve de fundamento positivo ou científico para a ação individual (moral) e para ação coletiva (política). É a etapa final do progresso humano. [...] O lema positivista é: "saber para prever, prever para prover (*apud* CHAUI, 1994, p.26 e 27).

A intenção está em atentar-se para como este lema molda as teorias elaboradas pelos três autores analisados sem incidir em críticas que apontem suas obras como sinal de atraso ou de erro, mas como expressões do desenvolvimento contraditório da forma-mercadoria, e, tendo isto em vista, no próximo item será possível estabelecer conexões com os ideais positivistas de Augusto Comte, as propostas científicas dos autores utilizados nesta pesquisa, e os pressupostos que aparecem na discussão sobre a objetividade científica, a formação racial e consequentemente do Estado nacional. Como já dito, a Ciência moderna não é resultado de uma progressiva evolução social e humana e sim um momento do processo de autonomização do trabalho, e na parte dedicada a Euclides da Cunha isso aparecerá de forma mais explícita.

### 2.3 Evolução racial até o Estado-Nação?

Tendo as pesquisas resquícios e ligações diretas com o positivismo é considerado importante enumerar alguns aspectos importantes desta filosofia, que tinha como pressuposto a ideia de que a sociedade seria “regida” por um sistema. A partir dos avanços tecnológicos desenvolvidos a partir das ciências naturais o Positivismo busca a partir dos mesmos métodos encontrar as “leis naturais” que orientavam as ações humanas, e esta era a percepção que conduzia os três autores estudados, pois suas teorias partiam da relação dos seres humanos com o meio físico. Desta forma existia uma ideia de Ciência “pura”, objetiva, neutra, livre dos preconceitos e das ideologias dos sujeitos que a pesquisavam (LÖWY, 1994).

Traz, porém, uma nova concepção das relações entre a Terra e o Homem, concepção sugerida por um conhecimento mais sintético das leis físicas que regem a nossa esfera e das relações entre os seres vivos que a povoam. É a expressão de um desenvolvimento de ideias e não o resultado direto, e por assim dizer material, da extensão dos descobrimentos e dos conhecimentos geográficos.” (VIDAL DE LA BLACHE, p.27)

É possível perceber todas as questões envolvidas no Positivismo nesta sintética passagem inicial de Vidal de La Blache sobre qual era o papel da ciência geográfica, em que “O argumento geográfico aparece como “neutro” ou “objetivo”, como se ele viesse das ciências naturais ou das ciências “exatas” (LACOSTE, 1997, p.110 e 111). E isto se constitui na argumentação tanto na figura de La Blache, como em Ratzel e Euclides. Quando acima La Blache defende a ideia de geografia como um conhecimento sintético das leis físicas que “regem” os povos, logo em seguida busca se diferenciar da concepção geográfica que vinha da Alemanha, de Ratzel – chamada de determinista, devido ao pensamento de primazia da natureza nas características físicas e sociais dos seres humanos – , ao defender a ideia de uma interferência do meio físico, porém não diretamente, sendo a história humana um fator importante na “evolução” das raças.

A discussão científica da época pensava em como o ambiente influenciava a relação entre o homem e a natureza, e esta ideia faz sentido em uma sociedade que não busca mais suas explicações em dogmas e abstrações, mas sim no mundo concreto ou material, e, neste sentido, a geografia desenvolve sua argumentação



lógica e empírica para se legitimar enquanto uma ciência que tem como objetivo descobrir as leis da influência da natureza nos seres humanos. Em outras palavras, por mais que tenha acontecido a transição de uma explicação de mundo desenvolvida na Igreja Católica – que pressupunha a realidade como resultado de “leis divinas” – para uma Ciência que se autonomiza dela, sua influência permaneceu, como pode ser analisado em autores como René Descartes (1596-1650), Isaac Newton (1643-1727), Georg Hegel (1770-1831), Karl Ritter (1779-1859) por exemplo, que de alguma forma tentaram explicar o mundo a partir de uma racionalidade divina. Como contraponto a estas formulações racionais divinas, aparece o Positivismo no século XIX e seus tributários e, desta forma, a Geografia se legitima a partir do estudo material do mundo, como tantas outras ciências.

O fato de que a Geografia é, de um lado, uma ciência da natureza e, de outro lado, uma ciência da sociedade torna aquelas relações problema extremamente complexo. Na época de sua fundação, entretanto, e em parte como consequência do extraordinário impulso das ciências naturais – fundamento do materialismo dos séculos XVII e XVIII inclusive – a Geografia aceita como indiscutível o primado do meio sobre o homem. Mesmo quando aparece a geografia Humana, esse primado continua a ser reconhecido. (SODRÉ, 1989, p.30)

O debate sobre o meio ser “primado” em relação aos seres humanos é o que aparece como principal campo de disputa entre a Geografia formulada na Alemanha ante a desenvolvida na França, porém, segundo Moraes (2005) esta questão de “disputa” pela verdade “escondia” a ambição por outros territórios na disputa colonial, apoiada por teorias que embasaram principalmente o debate racial na época e a suposta superioridade branca europeia. A tentativa de fundamentar uma suposta superioridade branca europeia – explicada através do meio ambiente – parecia ser o grande objetivo dos autores, que apresentavam poucas discrepâncias teóricas quando consideradas as diferenças nos processos de unificação e centralização no poder dos dois países.

Quando citado mais acima o contexto de formulações das ideias de Ratzel, buscava-se dar um panorama das questões que o cercavam e dos seus principais objetivos de discussão. A citação a seguir servirá como início para a reflexão sobre o método científico utilizado pelo autor, e de como este acaba mais escondendo do que revelando os processos sociais.

Quanto mais elevado é o ponto de vista a partir do qual se considera a história, tanto mais se torna manifesta a existência deste canal bem determinado e pouquíssimo mutável, através do qual deriva a corrente da humanidade, e tanto melhor se reconhece a importância que tem na história o elemento geográfico do qual falamos. É precisamente sobre essa importância que se apoia o direito da geografia de investigar as condições naturais em meio às quais os acontecimentos históricos se desenvolvem (RATZEL, 1990, p.33).”

Aqui aparecem as influências do Positivismo em sua pesquisa de maneira bem evidente na colocação de estar no estágio mais evoluído do pensamento, que possibilita a descoberta da lógica de evolução da história humana, o que permitiria “comprovar” a importância do meio geográfico na compreensão do mundo. Enquanto mais acima no texto, Vidal de La Blache dizia que a Geografia investigaria “o desenvolvimento de ideias e não o resultado direto da influência do meio”, Ratzel entendia a importância do estudo das “condições naturais em meio às quais os acontecimentos históricos se desenvolvem”. Mesmo com estas diferenciações, ambos buscavam legitimar seus discursos através da “empíria” que justificaria todas as diferenças sociais, sendo a Geografia responsável por investigar a história do desenvolvimento humano.

Mesmo que não tenha sido encontrada alguma referência de que Euclides da Cunha havia lido algum destes autores, é interessante perceber como estes parecem estar em comunicação direta:

Conhecemos, deste modo, os três elementos essenciais, e, imperfeitamente embora, o meio físico diferenciador – e ainda, sob todas as suas formas, as condições históricas adversas ou favoráveis que sobre eles reagiram. No considerar, porém, todas as alternativas e todas as fases intermédias desse entrelaçamento de tipos antropológicos de graus díspares e físicos e psíquicos, sob os influxos de um meio variável, capaz de diversos climas, tendo discordantes aspectos e opostas condições de vida, pode afirmar-se que pouco nos temos avantajado. Escrevemos todas as variáveis de uma fórmula intrincada, traduzindo sério problema; mas não desvendamos todas as incógnitas (CUNHA, 2011, p.153)

Aqui o autor de “Os Sertões” se debruçava sobre qual das “raças” – negro, branco ou indígena – preponderaria na formação da raça nacional brasileira, dentro da discussão sobre qual seria o principal fator de influência na formação racial: o meio ou a história. No caso desta citação, Euclides parece estar entre as duas concepções geográficas – determinismo e possibilismo – na tentativa de compreender a formação racial brasileira. É interessante não ser possível afirmar ou negar de qual mais se aproxima, como também perceber uma espécie de “projeto” que permearia as

reflexões dos três autores, que partiriam de uma análise “material” para tentar “fugir” de qualquer subjetivismo, e assim produzir uma ciência neutra.

Como dito anteriormente, a ligação entre esses três autores que parece indiscutível está no chamado “Individualismo Metodológico” (KURZ, 2014), ideia desenvolvida a partir da crítica de Karl Marx (2013, p.146) a respeito da forma de análise social de economistas políticos clássicos, especificamente Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), a que Marx chama de “robinsonada”<sup>8</sup>, que diz sobre a crença em um estudo que consegue generalizar para toda história humana aspectos de um indivíduo, para assim entender essa universalização enquanto uma lei da natureza humana, uma explicação geral da sociedade ou de uma evolução das sociedades humanas.

Marx (2008) trouxe uma crítica significativa para a discussão desta questão, pois a forma de compreensão do humano que delineou como os cientistas analisavam o mundo a partir da sua materialidade perdeu de vista os processos históricos de sua constituição, como se os objetivos fossem uma interpretação “pura” do que seria o humano.

Distante da pretensão de “disputar” qual afirmativa é mais verdadeira ou lógica sobre o que determina o humano, o meio físico ou a sociedade, o caminho escolhido para a reflexão está na pergunta sobre se um sujeito com a consciência moderna é capaz de delimitar o que foi o humano no passado, sem levar para este passado as categorias interpretativas do presente. O Marx crítico do fetichismo da mercadoria deixa pistas para esta reflexão: “Um indivíduo não determina a totalidade, mas a totalidade em que este indivíduo está inserido é que o determina<sup>9</sup>” e “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p.49).

Ademais, este método de análise materialista científico esconde mais do que revela a violência do processo social pelo qual pesquisador e objeto estão inseridos.

---

<sup>8</sup> Marx utiliza como exemplo a história de Robinson Crusóé, personagem do livro de Daniel Defoe, que ao naufragar em uma ilha, precisa se adaptar e racionalizar todo o seu tempo, para cumprir as atividades que necessita para se manter vivo. Marx usa desta história como ironia, aos economistas políticos da sua época, que acreditavam que ao compreender o indivíduo, estariam descobrindo a natureza humana, e que a partir dela poderiam compreender todas as formas de sociabilidades anteriores.

<sup>9</sup> “De certo modo, ocorre com o homem o mesmo que com a mercadoria. Como ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como filósofo fichtiano – Eu sou Eu -, o homem espelha-se primeiramente num outro homem. É somente mediante a relação com Paulo como seu igual que Pedro se relaciona consigo mesmo como ser humano. Com isso, porém, também Paulo vale para ele, em carne e osso, em sua corporeidade Paulínia, como forma de manifestação do gênero humano” (MARX, 2013, p.129).

Nesta medida, o individualismo metodológico consiste, no essencial, em pretender expor e explicar uma lógica abrangente e determinante para um todo com base no caso individual e isolado, que então figura como “modelo”, entendendo-se como tal não apenas ações individuais definidas como “fundamentais”, mas também formas estruturais, designadas por “embrionárias”, ou partes elementares tratadas como algo idealmente individual. (KURZ, 2014, p.55).

A busca por uma lei que consiga relacionar o meio físico e a raça que surge em determinado lugar não é simples devaneio ou erro, mas representa um momento histórico de formação do capitalismo e de como a Ciência, também em formação, o interpretava. Os três autores analisados representam uma forma de consciência daquele momento histórico, suas argumentações estão baseadas no Positivismo<sup>10</sup>, e encontram justificativas lógicas para suas “robinsonadas”.

A compreensão destes autores sobre o que são as raças e de como estas dividem territorialmente o mundo, intenta hierarquizá-las e os diferentes “meios produzidos” por elas também, e a partir da desnaturalização dessas teorias é possível problematizar a constituição desta forma social baseada na mediação da mercadoria, que impõe a produção especializada e voltada para a troca formando uma totalidade, a divisão territorial do trabalho.

## 2.4 Raça

A questão do individualismo metodológico é um bom ponto de partida para discutir a questão racial que envolve os três autores, sendo o aspecto central nas reflexões propostas por Euclides na tentativa de justificar o não desenvolvimento do Brasil, como também o é na discussão dos outros autores para seus desígnios imperialistas. Os três autores partem de uma ideia de que a partir da explicação racial seria possível entender o funcionamento – ou não – da sociedade, em interpretações que partem de concepções biológicas e físicas de funcionamento da sociedade. Lilia Schwarcz (1993) apresenta de maneira sucinta os ideais que cercavam os autores:

---

<sup>10</sup> “[...] a pressuposição essencial do discurso positivista comtiano: a rigorosa identidade entre sociedade e natureza, a dominação da vida social por “leis naturais invariáveis” (LOWY, 1994, p.24).

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por formações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda humanidade deveria passar por eles -, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo. (SCHWARCZ, 1993, p.57 e 58)

Envoltos nas explicações biológicas para a história da humanidade, nota-se como nestas concepções existem uma mistura de ideias darwinistas e lamarckistas<sup>11</sup>.

A mecânica clássica é determinista, isto é, quando se descrevem de forma completa a posição e a velocidade de uma partícula num dado instante, e se conhecem as forças agem sobre ela, pode-se prever exatamente onde a partícula estará em cada instante subsequente: o seu movimento posterior fica determinado. (HAMBUEGER, 1989, p.68).

Estas interpretações de mundo propostas pelos autores analisados buscam uma explicação lógica da história humana que, se alcançada, tornaria possível prever todos os passos necessários para o progresso da “civilização”, mas, acabaram numa interpretação de mundo que entende a natureza – e a partir das mesmas leis, os seres humanos – como um campo de estudo livre de ideologias. Robert Kurz (2014) desmistifica esta premissa de neutralidade a partir da desnaturalização do dinheiro, e desta ideia é possível desdobrar alguns caminhos importantes acerca desta concepção física e biológica que se manifesta enquanto neutra.

No entanto, esta configuração é também já no que toca a natureza extra-humana, determinada histórica e socialmente, pois se os pressupostos físicos e biológicos da sociedade não podem ser reduzidos a meros constructos, como acontece na ideologia pós-moderna esquecida da natureza, tampouco podem ser entendidas como realidades neutras e puramente exteriores, independentemente da forma social da sua percepção (e do seu tratamento). O mesmo se aplica, e reforçadamente, às próprias relações sociais que, sabemos desde Vico, também são construídas e, portanto, de modo algum podem ser consideradas e tratadas como questões objetivas da natureza (KURZ, 2014, p.31).

---

<sup>11</sup> O lamarckismo é a ideia de que as espécies se modificam ao longo do tempo, adaptando-se a novos ambientes, a partir das leis do uso e desuso e lei da herança e dos caracteres adquiridos. O darwinismo partia da ideia de adaptação dos seres ao meio, assim era seleção natural do meio que “selecionava” os seres mais aptos ao meio a sobrevivem. O meio desta forma para Lamarck era o causador da variação e para Darwin o selecionador da melhor variedade.

Nem mesmo os conhecimentos da Física e Biologia podem ser considerados dissociados do contexto histórico que os formaram, o que impossibilita a essas ciências também a posição de imparcialidade. Mas, fundamentados nas descobertas e comprovações físicas destas ciências, autores entendiam que a raça humana mais evoluída no planeta Terra tinha criado relações com o meio a partir do desenvolvimento de técnicas que expressavam uma relação mais complexa com a natureza. Como percussores de tais descobertas e ao utilizar estes pressupostos para compor leis sobre a sociedade, eles representariam então o ápice da sociabilização humana.

Especificamente nessa busca, Euclides pesquisa sobre o “progresso” humano como parte de um “estágio” necessário à implementação da República no Brasil por meio do encontro da raça que ate e justifique o Estado Nação. Acerca do debate em que este autor se inseria, Toledo (2008) o apresenta quando escreve sobre a história de um pesquisador ligado ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB), chamado Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1849), mais conhecido como Cônego Benigno. Em meados do século XIX, este pesquisador procurava vestígios que comprovassem a existência de povos nórdicos no Brasil pré-colonial na Serra do Sincorá (BA), em uma situação representativa da preocupação em encontrar origens “nobres” para formação da nação brasileira por órgãos oficiais (TOLEDO, 2008). A este respeito aparece a posição crítica de Euclides em relação a esta proposição que investigava uma unidade racial no Brasil:

Euclides da Cunha apresenta sua versão para a construção de uma imagem de raça que autonomize a nação de sua posição de mero objeto da acumulação de capital. A posição do autor sobre o desafio da construção da raça nacional reconhece a ingenuidade da pesquisa do cônego e busca, no projeto de nação, uma saída mais aceitável. O autor afirma, dado ser o ponto de partida heterogêneo, que a raça que ocupa o território nacional será formada como processo futuro – se é que será. (TOLEDO, 2008. p.38)

Compreende-se que tanto Cônego quanto Euclides da Cunha se inserem nos pressupostos da ciência positivista, e a partir destes buscam justificar o povo brasileiro para a formação de uma nação: enquanto o primeiro pensa a futura nação a partir de uma origem europeia remota, o segundo apresenta a heterogeneidade brasileira dentro de uma discussão sobre raça, mas ambos tinham fé de que a partir das “descobertas” científicas da raça, o Brasil passaria por um processo de evolução social.

Acreditamos que isto sucede porque o escopo essencial destas investigações se tem reduzido à pesquisa de um tipo étnico único, quando há, certo, muitos. Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura. Não a sugere apenas essa heterogeneidade de elementos ancestrais. Reforça-a outro elemento igualmente ponderável: um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorrem (CUNHA, 2009, p.157).

É importante perceber como a civilização e o progresso é para Euclides, assim como para Ratzel e La Blache um caminho uno, com algumas diferenças importantes: Ambos autores europeus falam de um lugar onde a civilização e o “desenvolvimento material” estariam “prontos”, e já haviam formado uma raça nacional, enquanto Euclides buscava justificar a falta de desenvolvimento através do meio, e consequentemente ainda buscava pela raça “verdadeiramente” nacional que pudesse ser associada ao ideário de Estado-Nação; Ao falar da metrópole, Ratzel e La Blache partem da ideia de uma raça já encontrada e mais “pura”, enquanto Euclides de uma metrópole em processo de formação, na qual a raça é considerada mestiça. Como nas metrópoles o processo de autonomização do capital já estava consolidado, o campo de estudo de Geografia se formou devido ao aumento da divisão do trabalho, enquanto no Brasil este processo ainda estava em processo, e, por isso os temas debatidos na Geografia europeia aparecem ainda de maneira difusa nas figuras dos cientistas e literatos<sup>12</sup>. As citações a seguir apresentam as concepções raciais que aparecem em um contexto importante de propagação dos ideários nacionais presente na Europa e Brasil dos séculos XIX e XX:

Nenhum dos povos de hoje apresenta um tipo étnico único. Cada um deles é formado pela reunião de duas e frequentemente até de mais frações dos diversos povos que pela turbulenta sucessão histórica dos três últimos milênios não tiveram meios de se fundir entre si completamente. Diante de uma tal composição étnica surge espontaneamente a questão de se entre os elementos de que se compõe aqueles povos não existe um que tenha sido

<sup>12</sup> Este debate é muito importante e será retomado no capítulo referente a Euclides da Cunha: “Reduzida, essa elite ilustrada acabava circulando pelos diferentes centros e estabelecendo relações de intercâmbio cultural, perfil comum que lhes garantia, de um lado, certo reconhecimento, de outro, certa polivalência, que nesse caso encobria a parca especialização, ou mesmo a frágil delimitação das áreas de saber. É esse, inclusive, o contexto que marcará o início de uma disputa velada entre os “profissionais de ciência” e os “homens de letras” cuja atividade começava a ser caricaturada, em função de seu alheamento das questões políticas e sociais mais imediatas (SCHWARCZ, 1993, p.37)

mais favorecido que os outros pelas condições do ambiente físico comum. Todos aqueles que estudaram a fundo a vida dos povos, admitiram sempre que onde é fácil reconhecer a profunda heterogeneidade do povo, costuma corresponder a esta uma divisão particular das atividades entre o povo. (RATZEL, 1990, p.65 e 66)

Apesar de escrever da metrópole, Ratzel não tem uma concepção de unidade racial formativa de um povo, pois, segundo ele, a partir das Grandes Navegações é praticamente impossível que uma população se mantivesse sem interferência externa de outros grupos. Talvez as tendências lamarckistas dos três autores os façam partilhar a ideia da necessidade de um tempo de maturação sem interferências externas para a consolidação de uma raça, e, inclusive, esta é uma das justificativas usadas por Euclides para chamar os sertanejos de Canudos de “rocha viva” de nossa formação racial:

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo. Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empecos irrompiam no rastro das bandeiras – ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante.

[...]

Eram o temperamento primitivo de uma raça, guardado intacto, no insulamento das chapadas, fora da intrusão de outros elementos e aparecendo, de chofre, com sua feição original (CUNHA, 2011, p.195 e 524).

Euclides busca explicar a história de formação nacional a partir dos mesmos pressupostos lógicos de Ratzel e La Blache<sup>13</sup>, assim tenta obedecer aos mesmos momentos temporais e territoriais necessários para a formação daquilo que viria ser uma raça, e assim aproximar sua análise da mesma lógica de formação racial europeia, em se pensava ser necessário um período de isolamento de um grupo para consolidação das características de diferenciações que o meio imprime sobre uma raça. Para Ratzel, a divisão do trabalho natural é uma prova da influência do meio na formação racial e é interna a cada povo, e compreende dessa forma a relação do humano com o meio como a “libertação do povo das condições naturais do território, “[...] A civilização é independente da natureza não no sentido da completa libertação, mas no sentido de uma ligação mais diversificada, mais ampla e menos imperiosa”

---

<sup>13</sup> A questão do meio influenciar mais ou menos se mantém, mas o movimento lógico de explicação é o mesmo.



(RATZEL, 1990, p.72). Ou seja, há uma ideia de “libertação” da natureza, porém seria mais importante o desenvolvimento de formas mais complexas e diversas de interação com a natureza. As concepções de La Blache sobre a formação racial também partem da necessidade de um tempo específico para o arraigamento dos costumes de uma raça:

O isolamento é a condição necessária daquilo a que nós chamamos as raças. Senão criou diferenciação, podemos afirmar, pelo menos, que contribuiu para a manter. Somente com seu concurso, puderam constituir-se os caracteres físicos especializados, transmitir-se e permanecer através as mestiçagens ulteriores. Ora a humanidade primitiva, tanto quanto o podemos entrever, aparece sob a forma de raças distintas, providas de caracteres permanente e duráveis, homogêneos sobre as grandes áreas. Nós entendemos como raças as divisões fundadas nos caracteres somáticos, que afetam quer a morfologia, quer a fisiologia do corpo humano. Atualmente, as raças físicas manifestam-se raramente na sua integridade; geograficamente, não se distinguem mais do que grupos profundamente mestiçados. É todavia certo que a cor da pele, os índices cefálico, nasal e orbito-nasal, a forma dos cabelos e a altura fornecem testemunhas persistentes de caracteres físicos que se diferenciaram, ficaram e transmitiram de idade em idade, persistindo mais ou menos puros apesar de todas as mestiçagens (LA BLACHE, 1954, p.365 e 366)

Seguindo a linha de raciocínio de La Blache, o isolamento pode não ter formado as diferenciações raciais, mas serviu ao menos para manter “caracteres físicos especializados”<sup>14</sup> em relação as outras raças, em uma interpretação lógica que tenta explicar através da história primitiva da humanidade<sup>15</sup> as distinções raciais e nacionais na posteridade.

É importante pensar nos porquês da maneira contraditória em que se apresenta a convergência de elementos da biologia e ciências da sociedade na ideia de diferenças raciais, uma vez que afirma-se a dificuldade de existir uma raça que não seja mestiça, mas, por outro lado, algumas características permanecerem “mais ou menos puras apesar de todas as mestiçagens”, e ainda existir a possibilidade de algumas características continuarem a se afirmar “apesar” das mestiçagens,

---

<sup>14</sup> Sobre a uniformidade do Sertanejo: “Porque enquanto este patenteia todos os cambiantes da cor e se erige ainda indefinido, segundo o predomínio variável dos seus agentes formadores, o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente o mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondeado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes (CUNHA, 2011, p.199).”

<sup>15</sup> Desta forma podemos perceber uma certa ordem cronológica para determinar a evolução humana. Em nenhum momento La Blache apresenta qual seria o estudo que determinaria o que seria chamado de humanidade primitiva, este parece um dado da lógica.

considerando na maioria das vezes atributos físicos, com destaque para o que chama de índice cefálico<sup>16</sup>.

O índice cefálico aparece na obra de La Blache como qualquer outro atributo físico, como a cor da pele ou de cabelo, entre outros, mas está diretamente relacionado as teorias<sup>17</sup> frenológicas<sup>18</sup> que por muito tempo serviram como justificativa científica de superioridade do homem branco.

Euclides da Cunha parece aderir muito mais as teorias mais difundidas na Europa, que via a miscigenação como um “problema” insuperável, do que La Blache e Ratzel. A hipótese levantada nesta pesquisa é que esta posição “flexível” em relação a miscigenação decorre dos desígnios imperialistas que apoiavam, porque precisavam de uma teoria que conferisse legitimidade a invasão de outras áreas do mundo, como África e Ásia principalmente, por seus países, e ao flexibilizarem a aceitação da miscigenação colocam para si o tal “fardo do homem branco” que amplia territorialmente a civilização no planeta, para salvar corpos “condenados” ao desaparecimento devido ao seu estágio primitivo.

Tal progresso não foi privilégio de uma raça. Isto não quer dizer que devamos pôr em dúvida as qualidades superiores de que o homem deu provas na Europa para valorizar mais intensamente do que noutra qualquer parte os recursos que o meio ocultava; mas, quando se trata da Europa, importa não esquecer a correspondência natural que une todas as partes deste continente. Dado o afilamento progressivo em forma de península, a exiguidade relativa, as facilidades de passagens que atenuam o obstáculo das cordilheiras ou dos maciços que a enrugam, e as vias naturais que os rios abrem – os povos mais diversos, mais heterogêneos que as circunstâncias agrupam no continente europeu, não tardaram muito a estabelecer comunicação recíprocas. O localismo, causa a estagnação, não subsiste muito tempo; e por isso o progresso efetuado por uns não deixa de aproveitar aos outros. O número de países que fica à margem deste movimento geral reduz-se de idade em idade, e, mais devagar ou mais rapidamente, cada um toma lugar no progresso econômico. (LA BLACHE, 1954, p.124 e 126)

Este trecho é o primeiro parágrafo do subcapítulo “O efeito das relações comerciais”, e marca algumas questões centrais discutidas nesta pesquisa, porque

---

<sup>16</sup> Esta é a porcentagem que mede a largura e o comprimento de um crânio.

<sup>17</sup> “...teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos (SCHWARCZ, p.1993, p,48).”

<sup>18</sup> Pseudociência de estudos que acreditavam que o tamanho do crânio determinaria a inteligência, teorias racistas que buscavam legitimar a “superioridade branca” a partir do tamanho do crânio. Aqui no Brasil o médico Nina Rodrigues era um dos expoentes nestes estudos, sendo levado até ele o crânio de Antonio Conselheiro, para provarem as teses de inferioridade racial, “que nada provaram (CUNHA, 2011, p.204).”

acrescenta ao ideal de progresso dessa forma de pensar o mundo a capacidade de uma raça de produzir e comercializar mercadorias<sup>19</sup>. Nesse ponto de vista, a raça branca europeia foi beneficiada em sua evolução pela morfologia de seu continente.

Euclides, como tributário desta discussão no Brasil, incorpora de uma maneira mais firme a inferioridade racial do mestiço, diferenciando-o de La Blache e Ratzel porque, talvez, para estes interessasse um discurso mais positivo sobre a “mistura das raças” devido aos desígnios imperialistas europeus.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso.

[...]

De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilíbrio (CUNHA, 2011, p.199 e 200).

Euclides se preocupava em justificar uma formação de identidade racial que integrasse o país, tendo que lidar com todo seu “rigor” metodológico e teórico em relação as concepções raciais e, ao mesmo tempo, com suas tentativas de invertê-las para adaptá-las ou achar algumas brechas para justificar as qualidades da raça nacional que, apesar dos problemas psíquicos na formação onde a “raça menos evoluída” enfraquece a “raça final”, teria um corpo ou uma estrutura forte para se constituir, na sua concepção.

Em contrapartida, as reflexões de La Blache e Ratzel na Geografia Clássica, apesar do contexto de interpretação da miscigenação como um problema, trabalham com a justificativa imperialista que transforma esta ideia em uma vantagem, então ambos os autores buscam compreender a miscigenação enquanto forma de progresso.

Ter introduzido as chamadas raças inferiores no círculo de civilização das raças superiores e ter transposto as barreiras que antes tinham impedido esta introdução não é somente uma esplêndida ação da humanidade: este é ao mesmo tempo um acontecimento do máximo interesse científico. Pela primeira vez milhões de indivíduos pertencentes à raça que se considera como a mais inferior, a negra, foram colocados em condições de ter acesso a todas as vantagens, todos os direitos e todas as curas da civilização mais elevada; e nada lhes impede valer-se de todos os meios de cultura, que (e aqui está a parte antropológicamente interessante do processo) devem necessariamente levar a uma transformação (RATZEL, 1990, p.126).

---

<sup>19</sup> Vale lembrar que a discussão deste ideal de “riqueza” aparece no capítulo 1, e no início deste com a discussão em torno da ideia de Adam Smith e da física.

Nessa visão evolucionista de Ratzel em relação a miscigenação é interessante perceber como a naturalização da forma social também naturaliza todas as violências que fazem parte do processo de constituição da barbárie que foi a escravidão, que não deve ser compreendida como externa ao capitalismo, mas como constituinte deste. Dessa forma, se confirma a declaração de Moraes (2005) de que os escritos de Ratzel seriam um manual para o imperialismo. Como também as constantes acusações de despolitização da Geografia Regional proposta por La Blache podem ser refutadas, porque em sua concepção não há nada de despolitizado, muito pelo contrário.

A este respeito, a ação presente e futura do homem, senhor das distâncias, armado de tudo o que a ciência põe ao seu serviço, ultrapassa muito a ação que os nossos longínquos antepassados podiam exercer.

Felicitemo-nos por isso, porque a empresa da colonização, à qual a nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de transformação ou restauração que estão no poder do homem.

[...]

Pode dizer-se que, antes do extraordinário desenvolvimento da emigração europeia no século XIX, fenômeno que representa uma viragem na evolução do povoamento humano, a distribuição da nossa espécie no globo não diferia nada do que observava hoje (...) (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p.46 e 52).

A migração tão elogiada por La Blache e Ratzel, e também comemorada por Euclides, aparece como um “fenômeno” que representaria a evolução do povoamento humano, tratada nestes casos como um simples deslocamento natural dos corpos, tendo ainda como benefício a boa vontade dos europeus em disseminar a civilização europeia para o restante da Terra. O “extraordinário desenvolvimento da emigração europeia no século XIX” só foi possível a partir da violenta expropriação da população do campo e a insuficiente absorção desta população no mercado de trabalho europeu. Para desnaturalizar esta ideia de “migrações”, será retomado os fundamentos propostos por Marx e desenvolvidos por Jean Paul de Gaudemar para refletir sobre esta sociedade.

## 2.5 Forma-mercadoria e o fetichismo da mercadoria

Em *O Capital* (2013), Marx começa sua exposição com a mercadoria<sup>20</sup> e suas especificidades, a princípio com seu duplo aspecto: valor de uso e valor de troca, que para poder se realizar como mercadoria precisa ir ao mercado. Marx vai além de Smith (1983) e Ricardo (1982) quando desvela que não é a utilidade da mercadoria que determina seu valor, ou apenas o tempo de trabalho necessário para a sua produção, ainda que a sua utilidade seja condição de existência da mercadoria<sup>21</sup>, pois ela deve ter algum tipo de uso para outrem. Será na troca que a sua medida abstrata aparecerá, na sua relação com outra mercadoria, porém, este seu valor de troca não é a sua própria substância, como demonstrou Ricardo (1982). Deste modo o valor de uma mercadoria se dá pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a sua produção. Mas esta medida abstrata – pois iguala coisas diferentes – só aparece na troca de diferentes produtos do trabalho no mercado, abstraindo as qualidades concretas do trabalho humano. As mercadorias são uma geleia<sup>22</sup> de trabalho humano, ou seja, de trabalho humano abstrato (MARX, 2013).

Com o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não se distinguem um dos outros, sendo todos resíduos de trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 116).

Assim quando falamos do trabalho que produz mercadorias em nossa sociedade, estamos nos referindo à trabalho abstrato, pois este é indiferente aos conteúdos quantitativos e qualitativos que o compõe e de seu processo de troca.

Para dar o próximo passo do texto é preciso discutir a importância da mercadoria força de trabalho para o funcionamento deste processo. Vale ressaltar que esta é a única mercadoria que cria valor ao ser consumida e a única que vai sozinha ao mercado. Quando se consome o trabalho, no plano da circulação, paga-se esta

---

<sup>20</sup> “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a **mercadoria individual como sua forma elementar**. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 2013, p.113, **grifo nosso**).

<sup>21</sup> “Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos” (MARX, 2013, p.146).

<sup>22</sup> Em outras traduções, Abril Cultural: 1985 e Civilização Brasileira: 2014, traduziram como massa.

força de trabalho por seu valor de troca na forma de salário. Diferentemente de outras mercadorias, o salário (ou o valor de troca dessa mercadoria) é mera expressão do valor da mercadoria força de trabalho, e não sua substância, que é equivalente ao seu tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Nessa diferença entre o valor criado pelo consumo produtivo da força de trabalho e o valor de troca pago na forma de salário de modo a permitir sua utilização, que é representada a forma de troca desigual, e neste movimento consiste a mais-valia<sup>23</sup>. Assim o possuidor de dinheiro necessitaria de uma mercadoria peculiar, visto que precisaria na “circulação, no próprio mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a virtude particular de ser fonte de valor de troca, de modo que consumi-la seria realizar trabalho e conseqüentemente criar valor” (GAUDEMAR, 1977, p. 188).

O consumo da mercadoria força de trabalho (seu valor de uso) é a realização de trabalho produtivo capaz de criar outras mercadorias que, por sua vez, serão trocadas no mercado. Desta maneira podemos concluir que “o agente real de produção é a força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 188). Para a força de trabalho valorizar o valor, é necessário que ela transforme o dinheiro em capital, e, para isso precisa estar livre ou mobilizável. Para Marx:

[...] é preciso que duas espécies diferentes de produtores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra da força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho, e por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de quem nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas então, antes, livres e desvinculados desses meios de produção (2013, p. 786).

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Gaudemar

---

<sup>23</sup> “A circulação ou a troca de mercadorias não cria qualquer valor. Daí resulta a introdução do conceito de força de trabalho: 'Para poder extrair um valor de troca do valor de uso de uma mercadoria, seria necessário que o possuidor do dinheiro tivesse a feliz possibilidade de descobrir no meio da circulação, no próprio mercado, uma *mercadoria* cujo valor de uso possuísse a virtude particular de ser fonte de valor de troca, de modo que consumi-la seria realizar trabalho e conseqüentemente *criar* valor” (GAUDEMAR, 1977: 188).

discute o que Marx escreveu sobre a separação do trabalhador e de seus meios de subsistência, a partir da dupla liberdade:

Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade: o trabalhador é então considerado como actor de sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre (GAUDEMAR, 1977, p.189-190).

Já se discutiu nesta pesquisa a necessidade de a força de trabalho estar livre e ser a única capaz de criar valor, então em Gaudemar (1977), se busca outra referência agora em relação à mobilidade desta força de trabalho. Quando se fala em mobilidade da força de trabalho se tem que esta deve se mover em relação às exigências do capital, isto é, ir para onde existir uma maior rentabilidade ao capital e se auferir maiores lucros para assim obter mais dinheiro do que o inicialmente gasto. Logo, para a força de trabalho, o local ou o que vai ser produzido é indiferente, pois esta deve estar livre para se deslocar para onde o seu emprego for necessário.

Apresentada a mobilidade, se faz necessário pensar a mobilização desta força de trabalho. Quando falamos de mobilização nos referimos a formação do trabalho no capitalismo. Mobilizar o trabalhador pressupõe que este deva estar livre. Deste modo, a força de trabalho mobilizada deve se sujeitar ao consumo produtivo de capital e deve atender às necessidades de produção de riqueza monetária no processo de acumulação, em seu ciclo incessante de acumulação. Marx (2013) e Gaudemar (1977), em seus tempos, analisam o desenvolvimento do capitalismo na Europa onde a força de trabalho já estava mobilizada, sendo o estudo da acumulação primitiva a forma de acessar este contexto de mobilização.

A mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977) como condição para a realização do valor é entendida como a generalização da forma-mercadoria (MARX, 2013) que se dá a partir do desenvolvimento das forças produtivas. As necessidades particulares do processo de modernização reordenam uma determinada realidade espacial cujas relações sociais são mediadas pela centralidade das relações de produção de mercado.

Aqui, a princípio pensa-se a realização do capitalismo a partir de uma não simultaneidade do capital (KURZ, 1999), em que o particular estudado como constitutivo ou o outro do capital, não é entendido como fora dele, como algo

“atrasado” ou que deu “errado”, mas que está em relação com o capital, mesmo que negativamente.

Deste modo, é possível interpretar a expropriação como pressuposto para a constituição da forma mercadoria, que não é um raciocínio puramente lógico e apresenta sua historicidade<sup>24</sup>. Sobre o assunto, Marx discorre sobre a colônia desvendando o segredo da metrópole:

O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo e proclamam bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação- e, portanto, a propriedade privada capitalista- exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador (MARX, 2013, p.844).

O caminho interpretativo sugerido acima tenta explicitar como se constitui a sociabilidade mediada pela mercadoria, para assim desnaturalizar o discurso que foi apresentado. A explicação social proposta por Ratzel, La Blache e Euclides desconsidera qualquer discussão sobre forma-social, e desta maneira interpretam o capitalismo e as relações sociais que o constituem como um processo natural da evolução humana. Ao partirem desta naturalização não compreendem as migrações como um momento histórico, por isto elas aparecem em suas formulações como um simples deslocamento dos corpos. A partir da discussão da mobilização do trabalho, foi possível compreender que os corpos não transitam livremente – como supunha a física – na Terra ou por vontade própria, estes descolamentos e a suas “vontades” estão determinados pela relação social que os constitui que como já discutido não possui nada de natural.

Pelo contrário, como se tornará claro, conceitua o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua. Ao reconceituar as relações e formas sociais de dominação que caracterizam o capitalismo, tentarei oferecer a base de uma teoria da prática capaz de analisar as características sistêmicas da sociedade moderna, tal como seu caráter historicamente dinâmico, seus processos de

---

<sup>24</sup> O capítulo XXIV “A assim chamada acumulação primitiva” também é histórico



racionalização, sua forma particular de “crescimento” econômico e seu modo específico de produção” (POSTONE, 2014, p.18)

Esta questão importante trazida por Postone merece ser explicitada aqui, pois ajuda a discutir como a partir do Marx foi possível discutir a ideia de um processo que passa “as costas dos sujeitos”. A reflexão levantada acima a partir da ideia de expropriação e mobilidade do trabalho não é suficiente para trazer uma história completa de formação do capitalismo. Sobre esse assunto Robert Kurz (2014) cita que além da expropriação também é importante a discussão da formação de soldados para o exército absolutista e o pagamento do soldo que gerava uma divisão do trabalho, pois já havia uma parte da população no período que não poderia sobreviver do seu próprio trabalho, e o outro momento histórico que também deve ser estudado é a reforma protestante<sup>25</sup>.

Postone propõe na citação acima a necessária compreensão do capitalismo como uma relação historicamente determinada, mas também como uma dominação “impessoal e aparentemente objetiva”, de uma discussão desenvolvida a partir do subcapítulo de “O capital”: “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”. Este item busca discutir o mesmo processo de desnaturalização da forma-mercadoria e também discutir a influência das ciências naturais, que ao tentar explicar a sociedade a partir da sua natureza, acaba por naturalizar os processos violentos de imposição desta sociabilidade.

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 2013, p.147).

Aqui Marx faz um movimento do material que é a produção de mercadorias – e o tempo necessário para a produção de uma determinada mercadoria –, ao abstrato, que está na relação de troca que se estabelece e que necessita igualar mercadorias e trabalhos distintos para assim efetuar a troca. A questão e o caráter enigmático é

---

<sup>25</sup> Apesar da extrema importância desta discussão, não foi possível aprofundar estas questões, porém fica a ressalva necessária para melhor compreensão de uma historicidade das relações mediadas pela mercadoria.

que não existe algo que torne este processo visível ou mensurável, pois, como Marx cita, este se constitui na tradição da troca. Portanto, como quantificar a troca de duas mercadorias distintas, que necessitam de tempos de trabalhos distintos para sua produção?

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais.” (MARX, 2013, p.147)

O mistério da forma-mercadoria está na transformação das mercadorias em algo natural, como se a matéria que a compõe fosse algo físico e apenas material, escondendo as relações sociais que se estabelecem para sua constituição. Em uma exemplificação da ideia, Marx cita o ouro ou o diamante, que não são mercadorias naturalmente “valiosas”, mas que se tornaram em uma determinada relação social que se estabelece, cuja produção e troca de mercadorias aparece enquanto centralidade deste processo.<sup>26</sup>

A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p.147 e 148)

Desta forma, este texto tenta deixar uma possibilidade de interpretação de uma sociedade que se constitui enquanto cisão, de sujeito e objeto, onde a forma-

---

<sup>26</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação do valor com o diamante, ver: “A região da Lavras Baianas” tese de doutorado de Carlos de Almeida Toledo.

mercadoria objetiva os sujeitos desta relação, transformando-os em sujeitos sujeitados. Assim, o desenvolvimento científico, desde aquela época e até hoje, se baseou boa parte na interpretação de que vivemos em uma história natural evolutiva da sociedade. É importante reafirmar a ideia de uma impossibilidade da compreensão do mundo através apenas da sua materialidade, pois todas as vezes que olhamos apenas para sua questão física, a metafísica se esconde, “e toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente (MARX, 1985, p.271).” Ao longo desta análise de “Os Sertões” e dos autores da Geografia Clássica foi possível apresentar uma ideia de como o estudo da materialidade esconde um processo violento de constituição social, e de como este discurso não deve ser entendido enquanto errado ou atrasado.

Esta questão ajuda a responder a primeira pergunta feita no início deste capítulo por Policarpo Quaresma: “É incrível! Um país como este, tão rico, talvez o mais rico do mundo, é, no entanto, pobre, deve a todo mundo...Por quê?” A dúvida que atormenta nosso personagem patriota, e boa parte da nossa sociedade, se explica através de uma ciência que emergiu nas bases das ciências naturais, e constitui seu repertório de explicação do mundo através da materialidade, e perdeu de vista a constituição história desta sociedade baseada na forma-mercadoria. Neste momento, voltamos àquela ideia de que toda vez que se olha para o físico, o metafísico se esconde, e desta forma o discurso da modernização parece se constituir a partir de uma concorrência entre iguais, como se os recursos provenientes de cada país fossem suficientes para seu desenvolvimento, e perde-se assim de vista, o processo de modernização que se constituiu a partir de uma relação desigual, que é a relação metrópole-colônia.

## **2.6 Do Estado Nação ou da Nação ao Estado?**

Devido a todos os fatores levantados anteriormente acerca dos autores analisados neste texto, Ratzel é o que mais faz uma defesa ferrenha do Estado enquanto modelo de evolução social, e a sua preocupação em ligar o povo ao solo que se constitui esteve de acordo com o projeto da unificação alemã.

Basta pensar que ligações profundas devem nascer de um tal gênero de coexistência para se dar logo conta de como é supérflua toda a pergunta que ponha em dúvida a existência ou não de um nexos entre a Terra e o homem, a influência ou não que o território e todo o ambiente físico exercem sobre a história, sobre os povos, sobre os Estados, sobre a sociedade humana. Traduzindo em linguagem prática o que foi dito acima significa que quando no estudo antropogeográfico nos encontramos diante de um fato cujas condições atuais não bastam para explicar, então é necessário voltar os olhos ao passado e buscar aí as causas que o presente não revela, sem o que se cairia num erro lógico elementar (RATZEL, 1990, p.100).

A questão levantada sobre a forma-social nesta citação é completamente desprezada, porque a relação estabelecida por Ratzel entre o povo e o solo é a naturalização da forma social dita diretamente. Todas as discussões anteriores sobre as influências da Biologia e da Física nas Ciências Sociais estão expressas acima, por mais que termine a citação recorrendo a História. Foi possível acompanhar no desenrolar deste texto que não existe um argumento histórico que tente embasar as ideias propostas pelo autor, este utiliza apenas uma derivação lógica do passado para “comprovar” suas ideias.

O movimento lógico para Ratzel sobre a constituição do Estado está no aumento de uma família, que se complexifica e se transforma em um *gen*, e vários *gens* continuamente se unem para atacar e se defender de ameaças externas ao território ocupado, evoluindo para um Estado <sup>27</sup>.

Mas a ação mais geral e mais importante para o progresso da civilização é aquela que em toda parte é exercida pelas necessidades comuns que arrancam o homem do infecundo isolamento. Elas têm também como principal efeito a consolidação da união política, a partir da qual posteriormente são organizadas as atividades indispensáveis para satisfazer as necessidades humanas. Os Estados são criados pela comunhão da autoridade dominante e dos interesses comuns. Mas o primeiro lugar cabe à autoridade dominante. Em quase todos os Estados não pertencentes ao círculo da civilização europeia o poder está nas mãos dos invasores ou conquistadores estrangeiros. A consciência da comunhão nacional forma-se mais tarde abrindo caminho como força criadora dos Estados; isso ocorre quando começam a entrar em ação os interesses morais dos povos. Em quase todos os países onde existem grandes unidades políticas encontramos primeiro sobrepostas umas às outras e depois associadas muitas

---

<sup>27</sup> “A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. L. Febvre chegou a denominá-la de “manual de imperialismo”.[...] Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto social; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano. Assim, a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer, por exemplo, “semelhante luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial (MORAES, 1990. p. 67 e 69).”

nacionalidades; somente nos Estados menores o povo inteiro é composto desde o princípio por uma única estirpe. (RATZEL, 1990, p.150)

Ratzel parece entender que o passo mais importante para o progresso da civilização é a satisfação dos seres humanos de suas necessidades, pois estas levam aos contatos com outros povos e posteriormente a formação da política para provavelmente organizar a busca para suprir as insuficiências materiais. A partir desta situação o Estado é criado, e então vem o “passo maior que a perna”, já que o Estado seria elaborado “pela comunhão da autoridade dominante e dos interesses em comum”, e em nenhum momento Ratzel caracteriza o que seria a autoridade dominante, assim como a existência de muitas nacionalidades dentro de um Estado. As ideias levantadas acima por Ratzel convergem com o levantamento histórico sobre as Nações feito por Eric J. Hobsbawm em “Nações e Nacionalismo desde 1780”.

Hobsbawm (1990) discute a naturalização da ideia de nação, que, em conformidade com sua leitura, é compreendida muitas vezes como um dado da natureza, iniciando pela apresentação da modernidade do vocabulário a respeito do assunto. Para chegar na concepção moderna de Nação, o autor fez uma pesquisa em diversas edições do “Dicionário da Real Academia Espanhola<sup>28</sup>”, e aponta não encontrar a “terminologia de Estado, nação e língua no sentido moderno antes de 1884 (p.27).” É de extrema importância destacar que a ideia de Nação associada a um determinado território só começa a ser desenvolvida a partir de 1884, sendo uma coincidência ou não, no ano da Conferência de Berlim, projeto que envolveu todo o arsenal teórico apresentado aqui de Ratzel e La Blache.

Assim esta formulação moderna de Estado-nação não pode ser dissociada deste contexto de neocolonialismo. A partir do projeto de uma Nação – que no caso europeu era o de expansão do seu território e a “necessária” incorporação de diferentes povos com diferentes costumes, línguas e tradições religiosas – é que surge a dificuldade de formular um conceito fixo de Nação, pois este deve tentar formar um discurso de identidade nacional, contudo, constantes transformações territoriais e de influência de poder não permitem um conceito estático, e este sempre acaba dependente do projeto de quem está no controle político.

---

<sup>28</sup> É interessante ressaltar que não por acaso o autor escolhe um dos Estados mais antigos da Europa para fazer esta busca.

Mesmo pouco explorada, a questão do poder aparece nas formulações de Ratzel como a constituição de uma autoridade dominante que possui um contato direto com a história das formações nacionais proposta por Hobsbawm, pois esta ideia de um Estado produzido pela “autoridade dominante” trata da história de formação do Estado burguês, mas com uma diferença importante em Ratzel:

As nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial ou de aspiração em assim se estabelecer – amplamente falando, o Estado- cidadão da Revolução Francesa -, como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. A maioria dos estudiosos, hoje, concordaria que línguas padronizadas nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir nessa forma antes da imprensa e da alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em massa (HOBSBAWM, 1990, p.19).

Apesar de Ratzel narrar a história de formação do Estado burguês – mesmo sem o querer –, na sua concepção as nacionalidades ocorrem como um processo anterior a formação dos Estados, porém o que a citação acima e os estudos realizados por Hobsbawm apresentam, é a constituição da Nação como parte da Modernidade, e muito provavelmente associada a queda dos reis absolutistas, visto que era necessário veicular ideias em torno de uma união territorial desvinculada da figura do rei como coesão social.

Quando analisamos as proposições de La Blache sobre o Estado compreende-se os motivos para acusações de despolitização do seu discurso que buscava ser um discurso “puramente científico”. Segue abaixo algumas proposições que La Blache fez sobre o Estado.

Podemos, desde já, considerar como adquirida a distinção fundamental entre povo e raça, contrariamente aos hábitos da linguagem corrente que os confunde sem cessar. Sob as analogias de língua, de religião, e de nacionalidade persistem, e não deixaram de atuar as diferenças específicas implantadas em nós por um longo atavismo. Entretanto, estes grupos heterogêneos combinam-se numa organização social que da população de um país, considerada no seu conjunto, faz um corpo. Acontece, por vezes, que cada um dos elementos que entra nesta composição adotou um modo de vida particular: uns, caçadores, outros, agricultores, e ainda outros, pastores. Vemo-los, neste caso, cooperar, unidos uns aos outros, pela solidariedade de necessidades. A maior parte das vezes – exceção feita a algumas moléculas obstinadamente refratárias, tais como boêmios e ciganos, etc. – a influência soberana do meio, nas sociedades da Europa, tudo ligou a ocupação e costumes análogos; e marcas materiais assinalam essas analogias

[...]

Tanto mais notável é esta persistência das características da raça quanto muitas coisas conspiram para as amortecer, para as diluir nos grupamentos

heterogêneos: línguas, religiões, formações, políticas, cidades. Os grupos linguísticos englobam tantos elementos dispares! Os Estados são obras da história, com os seus acasos. [...] Apesar de tudo, o germe étnico, quando os julgamos aniquilado, desperta. Os cruzamentos não conseguiram destruí-lo inteiramente. E desse jeito, aquilo que século longínquos acumularam em nós protesta contra uma tendência para a uniformidade na média, que, se viesse a prevalecer, seria em suma, um triste resultado do progresso das relações humanas (LA BLACHE, 1954, p.38, 39 e 173).

Para La Blache a confusão na diferenciação do que seria povo e raça ocorreria por causa da língua. Um povo pode ser composto por diversas raças, com diferenças internas linguísticas, religiosas e nacionais. Ele também associa as diferenças raciais com as diferentes divisões sociais do trabalho, como Ratzel, com exceção dos boêmios e ciganos, que são comparados a moléculas refratárias. Todas estas questões apontam para o que já foi discutido anteriormente sobre a visão orgânica e evolutiva de uma sociedade, que busca explicar a história do mundo através do individualismo metodológico.

Segundo Hobsbawm (1990) a ideia de povo surge com o intuito de homogeneizar populações distintas dentro de uma mesma nação. Já as línguas não são imediatamente associativas aos critérios de nacionalidade, e apenas quando o poder sobre um determinado território já está consolidado é que a língua oficial<sup>29</sup> passa a integrar, por exemplo, como disciplinas obrigatórias nas escolas. Assim como as línguas, a Geografia também cumpre papel importante na propagação de ideais nacionais, generosamente demonstrado por Yves Lacoste (1997) e Hobsbawm.

Hoje ainda, em todos os Estados, e sobretudo nos novos Estados recentemente saídos do domínio colonial, o ensino da geografia é, incontestavelmente, ligado à ilustração e à edificação do sentimento nacional. Que isso agrade ou não, os argumentos geográficos pesam muito forte, não somente no discurso político (ou politizado), mas também na expressão popular da ideia de pátria, quer se trate de reflexos de uma ideologia nacionalista invocada pelos coronéis, uma pequena oligarquia, uma “burguesia nacional”, uma burocracia de grande potência, ou se refira aos sentimentos do povo vietnamita. A ideia nacional tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e sua capital, é um dos símbolos da nação. A instauração do ensino de geografia na França no fim do século XIX não teve portanto como finalidade (como na maioria dos países) difundir um instrumental conceitual que teria permitido apreender *racionalmente* e estrategicamente a

---

<sup>29</sup> “Tudo isso era evidentemente incompatível com definições de nações baseadas na etnicidade, língua, ou história comum; mas, como vimos, estes não eram critérios decisivos da formação liberal de nações. Em qualquer caso, ninguém chegou a negar, nunca, a real multinacionalidade ou multilinguagem ou multietnicidade dos mais antigos e inquestionáveis Estados-nações, ou seja, Grã-Bretanha, França ou Espanha (HOBBSAWM, 1990, p.45).”

espacialidade diferencial de pensar melhor o espaço, mas sim de naturalizar “fisicamente” os fundamentos da ideologia nacional, ancorá-los sobre a crosta terrestre; paralelamente, o ensino da história teve por função a de relatar as desgraças e os sucessos da pátria (LACOSTE, 1997, p.57).

Os autores clássicos e boa parte de seus sucessores na Geografia trataram conceitos como raça, território, Estado e nação como se fossem dados da natureza. Fatos importantes para serem lembrados é que a Europa Ocidental passava em meados do século XIX por um processo crescente de industrialização, e busca de novas matérias-primas e mercados consumidores, ao mesmo tempo em que necessitava de força de trabalho – barata – em suas fábricas. A geografia desta forma surge a partir de um discurso de coesão social em torno do enriquecimento de um Estado-nação, e a abertura cada vez maior para o voto – masculino – dava uma impressão para a população de que fazia parte de um processo decisório de seu futuro, o que escapava é que o fim em si tautológico do capital, nada tem de humanista ou qualquer preocupação social, a sua fruição é o imperativo, e este independe da escolha política.

A nação como bem disse Ratzel é um projeto das “camadas dominantes”, no caso a burguesia, então é um projeto que começa de cima para baixo e que tenta transformar o projeto da classe dominante em um projeto do “povo”, misturando a ideia de que o bem do Estado-nação também o é para os indivíduos que o compõe, e esta percepção continua se propagando até os dias de hoje.

## **2.7 Autonomização e Formação do Trabalho no Brasil e a Crítica da Nação**

A possibilidade da existência de uma figura como Euclides da Cunha, que foi engenheiro militar, pesquisador e literato abre a possibilidade de discutir sobre a formação do trabalho no Brasil e suas diferentes temporalidades no processo de autonomização do capital. Euclides viveu um momento de autonomização da Ciência no Brasil, por isso concentra em si todas estas áreas de pesquisa que na Europa Ocidental haviam se especializado. Mesmo que não indicasse um problema de objetividade científica, em boa parte do Brasil a divisão do trabalho ainda não havia se aprofundado, logo os campos da ciência no país se misturavam em uma



“confusão” (SCHWARCZ, 1993), visto que se dividia entre os homens da “sciencia” e os literatos vindos de grandes centros de formação<sup>30</sup>. O primeiro curso de Geografia no Brasil é fundado na Universidade de São Paulo (1934), trinta e dois anos depois da publicação de “Os Sertões”.

O Brasil se insere no processo de modernização a partir da relação metrópole-colônia. Compreende-se como modernização o processo de formação e reprodução das relações de produção do sistema produtor de mercadorias (KURZ, 1999), emergido e constituído na “assim chamada acumulação primitiva”<sup>31</sup> (MARX, 2013) europeia.

A contextualização acima é considerada como o processo de territorialização do capital (Toledo, 2008 e Leite, 2015), “iniciado” na colonização, conforme o *sentido da colonização* (PRADO. JR, 2011) que se realizava na produção de mercadorias tropicais para a Europa, cuja expansão inseriu o Brasil num processo mais amplo de *acumulação* primitiva dos países centrais (NOVAIS, 2005), e do sistema produtor de mercadorias.

No Brasil não houve um processo de expulsão dos camponeses de suas terras pessoais e comuns como na Europa pós-feudalismo, pois os regimes sancionados para a distribuição de terras e mobilização da força de trabalho guardam particularidades, e para pensar sobre esta questão cabe ressaltar a importância do conceito de região (OLIVEIRA, 1977).

*Lea Goldenstein e Manoel Seabra (1980) entendem o capitalismo como o surgimento de um “modo de produção dominante de uma formação econômico-social” e analisam os desdobramentos da divisão territorial do trabalho a partir das diferenças dos territórios nacionais, com destaque para as relações entre centro-periferia, dominante-dominado, desigual e combinado. Por conceito de região entendem:*

[...] questão da existência e conceituação, na estrutura sócio- espacial dos países, de unidades articuladas entre si, de forma complexa, mas diferenciando-se, das demais pela estrutura econômica- social, política interna e pela sua posição espacial específica. Coloca-se o problema da sua continuidade espacial e delimitação (SEABRA e GOLDENSTEIN, 1980, p.23).

---

<sup>30</sup> Faculdades de Medicina e Direito.

<sup>31</sup> “Certa acumulação de capital nas mãos de produtores, individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista, razão pela qual tivemos de pressupô-lo na passagem do artesanato para a produção capitalista. Podemos chamá-la de acumulação primitiva, pois, em vez de resultado, ela é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista” (MARX, 2013, p.700).

Preocupados em partir de uma abordagem econômico-política, os autores conceituam a região como uma unidade articulada a outras, diferenciada do conjunto do país pela estrutura econômico-social, o que, por sua vez, representa um problema a ser discutido acerca de sua delimitação. Esta interpretação dos autores se aproxima da concepção de região elaborada por Oliveira (1975)<sup>32</sup>, já que partem da mesma estrutura “teórico-metodológica, o materialismo histórico”.

É importante destacar o conceito de região de Oliveira (1977) por ser a partir dele que Goldenstein e Seabra (1980) discutem a formação das regiões, a integração e a regionalização, e, posteriormente, a industrialização no Brasil. Oliveira (1977) discute a formação das categorias do capitalismo no Brasil, a formação das regiões e a formação da força de trabalho.

Oliveira (1977) entende a região a partir da teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* e como um momento de fechamento das “fronteiras”, isto é, como uma relação de produção diferenciada em uma determinada área, que ainda não se homogeneizou ou está dispersa em um país, em um contexto capitalista. Há abertura de uma região fechada quando esta passa pelo processo de homogeneização posto pela reprodução do capitalismo, sendo um exemplo o desaparecimento das “regiões” nos Estados Unidos, onde, segundo ele, esta situação aponta a necessidade da redefinição do conceito, para considerar a realidade da reprodução do capitalismo em uma base produtiva avançada, pois a partir da própria evolução capitalista, as regiões chegam ao seu fim para surgir zonas de localização diferenciada de atividades econômicas (OLIVEIRA, 1977, p. 26).

Quando se refere ao Brasil, Oliveira (1977) apresenta seu conceito de região econômica e política para falar que determinadas relações de produção não seriam capazes de ocorrer sem a violência direta de um coronel, referindo-se ao contexto de formação da Guarda Nacional:

O "fechamento" de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou, mais claramente as relações de produção. E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração, do valor e de novas relações de produção. A "abertura" da região e a conseqüente "integração" nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua

---

<sup>32</sup> Lea Goldenstein e Manoel Seabra (1980), citam uma edição anterior do livro *Elegia para uma re(li)gião* de Francisco de Oliveira, da usada nesta dissertação.

substituição por outras, de caráter nacional e internacional (OLIVEIRA, 1977, p.31).

A Guarda Nacional é necessária para o Estado brasileiro em formação, porque este ainda não conseguia limitar o acesso à terra, assim a violência direta do coronel e da Guarda Nacional acontecem porque a terra, o capital e o trabalho ainda não estão autonomizados em determinadas regiões, e “o fechamento” desta região significa a personificação no coronel destas categorias na forma de violência direta.

A Lei de Terras de 1850, a Abolição da Escravatura em 1888 e a legislação subsequente objetivaram modificar as relações existentes porque “na iminência de transformações nas condições do regime escravista, criavam as condições que garantissem, ao menos a sujeição do trabalho” (MARTINS, 2010, p. 50).

Boechat (2009) apresenta a passagem da Lei de Terras:

Nesse sentido que a transformação das terras em propriedade privada, somente adquirida por meio de compra (art. 1º da referida lei) ainda que, possibilitasse o acesso de qualquer um que possuísse dinheiro à posse das terras- algo bastante distinto das antigas formas oficiais realizadas por meio de concessões, o que garantia “o monopólio de classe sobre a terra”- era, mais um instrumento jurídico de na prática manter o trabalhador “livre” atado as grandes fazendas (BOECHAT, 2009, p.198-97).

Todas estas questões que buscam limitar – e muitas vezes não conseguem – o acesso à terra no Brasil estão diretamente relacionadas a Teoria da Moderna Colonização:

[...] a colônia é escravista, pois o acesso à terra é difícil de limitar e, por isso, revela o segredo da metrópole, onde o trabalhador expropriado dos meios de produção não produzidos (a base fundiária) é obrigado a vender sua força de trabalho no mercado, sob o imperativo da concorrência e da superpopulação relativa. Nas condições da colônia, formam-se regiões caracterizadas, por Francisco de Oliveira, como formas sociais fundidas, agindo localmente na mobilização do trabalho para a acumulação primitiva do capital. (HEIDEMANN, TOLEDO, BOECHAT, 2014).

A abordagem proposta nesta investigação, seguindo a teorização de Oliveira (1977), privilegia uma concepção de região fundada nas formas particulares que a reprodução do capital assume, podendo existir e existindo diferentes regiões num espaço nacional.

A passagem do momento histórico colonial para o regional é analisado nesta dissertação como parte do processo de territorialização do capital, onde em

determinadas regiões (OLIVEIRA, 1977) capital, terra e trabalho ainda não tinham se autonomizado, a ver no caso particular dos habitantes de Canudos em que a sobrevivência estava ligada diretamente à terra e não exclusivamente a sua relação com o dinheiro. O que diferia do contexto regional de Euclides da Cunha que vivia em uma área urbana, onde o processo de expropriação já estava estabelecido, e assim o trabalho estava autonomizado, o que “permitia” que sua vida se desdobrasse exclusivamente da sua relação com o dinheiro.

Neste sentido é possível discutir a distinção proposta – e pouco desenvolvida – por Marx sobre a diferença entre o trabalho simples e o trabalho complexo<sup>33</sup>. Euclides da Cunha e seus interlocutores que propunham um projeto de modernização do Brasil são exemplos do que seria o trabalho complexo naquele momento. A ideia apresentada por Adam Smith – mesmo que não discuta o conceito de trabalho complexo – ajuda a compreender qual a função do trabalho complexo nesta sociedade.

Com o progresso da sociedade, a filosofia ou pesquisa, torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas. Como qualquer outro ofício, também está subdividido em grande número de setores ou áreas diferentes, cada uma das quais oferece trabalho a uma categoria especial de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, da mesma forma como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e proporciona a economia de tempo (SMITH, 1983,p.45).

A função do trabalho complexo, conforme as ideias de Adam Smith, é tornar a sociedade mais produtiva, assim, sua concepção naturalizada que compreende a evolução de uma sociedade a partir da divisão do trabalho e da consequente maior diversificação da produção de mercadorias acaba por “omitir” os processos históricos de violência que fundam esta relação. Ao seguir sua ideia de evolução natural da divisão do trabalho, a separação entre as pessoas do seu meio de produção, a terra, é naturalizada, mas, como dito anteriormente, é a expropriação dos camponeses ingleses que funda a sociedade produtora de mercadorias. Dessa maneira, a

---

<sup>33</sup> Sobre o trabalho humano: “Ele é dispêndio de força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo. O próprio *trabalho simples médio* varia, decerto, seu caráter em diferentes países e épocas culturais, porém é sempre dado numa sociedade existente. O trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. Que essa redução ocorra constantemente é algo mostrado pela experiência.” (MARX, 2013, p.122)

formação de um filósofo não é uma evolução natural do pensamento humano ou de uma sociedade, mas faz parte de um contexto de relações históricas de uma determinada sociedade.

A divisão entre os diferentes trabalhos é importante para a compreensão da atividade intelectual como prática social e não como um campo autônomo da sociedade que se ocupa da produção de um conhecimento desvinculado dessa prática. Se o conhecimento é produzido, alguém tem de realizar esta produção, e essa “pessoa” que produz “apenas conhecimento” precisa acessar outras coisas que ela não produz e que se encontram disponíveis no mercado, a aquisição daquilo que ela não produz está condicionada ao dinheiro que ela recebe em troca daquilo que produz, porque sua atividade é trabalho. A constituição do campo científico, em sua aparência de autonomia, merece por isso ser tematizada como parte do processo que engendra essa forma de mediação das relações sociais. (RENTE, 2013, p.12 e 13)

A dissertação de Renata Rente (2013) motiva a pensar a ideia do intelectual enquanto prática social, e não como um campo autônomo da sociedade ou como uma evolução desta. A possibilidade de existência da atividade intelectual significa que uma determinada relação social se constituiu e esta pressupõe uma divisão dos trabalhos, pois somente é possível existir uma “pessoa que produz conhecimento” no contexto em que as categorias terra, trabalho e capital já se autonomizaram, e sua única forma de sobrevivência se dá através da mediação do dinheiro.

Centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo surgem na aparência como mundo autônomos e de civilização diferente da do campo. Autônomos, apenas na aparência porque o setor produtivo que os suportava ainda é a grande propriedade rural, porém as relações que aqui se desenvolvem são outras. O escravo tende a se limitar às atividades domésticas enquanto o homem-livre ocupa as atividades essenciais (RONCARI, 1980, p.26).

A citação se relaciona a autonomização do capital no Brasil naquele período histórico, onde em certas regiões não estavam autonomizadas pois precisavam da violência direta como instrumento de reprodução do capital.

Luiz Roncari (1980) apresenta a discussão de Araripe Jr., Silvio Romero e José Veríssimo sobre o desejo de construir um projeto cultural para a formação brasileira em meados do século XIX em que a literatura tinha papel preponderante, uma vez que a maioria da população não tinha acesso a um importante meio de construção da ideia de pertencimento nacional: a escola e a alfabetização<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Estima-se que no final do século XIX o Brasil possuía 80% da população de analfabetos. BOMENY, Helena. Quando os números confirmam as impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

Neste sentido é importante lembrar que Hobsbawm cita a importância da imprensa e da escola para a propagação dos ideários nacionais, sendo a nação um projeto que “vem de cima para baixo”, e no Brasil não seria diferente. Por mais que a intelectualidade brasileira não estivesse diretamente ligada aos ideários de uma parte da classe dominante (coronéis escravagistas), também não é possível dizer que estava engajada a um projeto neutro e muito menos de almejo de um “bem comum” para a população, pois a compreensão naturalizada da sociedade colocava a modernização como único sentido possível do ideário nacional.

O território nacional pode impor leis, restrições, decidir sobre o uso da violência do Estado contra seus ocupantes, pode escravizar uma parte da população, mas não pode decidir sobre a forma de mediação. A mercadoria é uma forma de mediação social não tematizada, naturalizada, mas que determina as práticas das relações de produção. O Estado age na forma de trabalho remunerado, resultando num orçamento e numa avaliação objetiva das possibilidades futuras de ação deste Estado (TOLEDO, 2008, p.32 e 33)

A discussão proposta acima ajuda a refletir como o Estado-nação não é compreendido enquanto o outro do capital, mas como um momento necessário neste processo de autonomização do capital. Esta ideia ajuda a desnaturalizar a concepção de que o Estado surge a partir de uma relação direta de determinados grupos humanos com seu território – como se fosse um desenvolvimento lógico da natureza humana. Então, por mais bem intencionado que fossem os projetos culturais, compreendendo-os enquanto decorrência da negatividade do processo de formação do capital, estes acabavam por naturalizar uma determinada forma de relação social e conseqüentemente legitimava a violência que constitui esta sociedade.

Tratar este processo como desenvolvimento negativo é também autocrítica, porque não se pretende achar que a produção de uma pesquisa sobre “Os Sertões” e crítica a modernização é a busca pelo “caminho” certo a ser seguido pela sociedade, mas de compreender essas reflexões enquanto processo contraditório, pois a relação presente é o desdobramento histórico das questões levantadas nesta pesquisa. Esta se constitui a partir dos mesmos pressupostos da sociabilidade da mercadoria: através do sujeito-pesquisador expropriado que já naturalizou tantas formas de violência desta sociedade e que busca na sua formação universitária qualificar sua força de trabalho para conseguir sobreviver a concorrência. A contradição posta pela mediação da mercadoria é a do processo social que “passa as costas dos sujeitos”, e parte do

fetichismo está nos sujeitos acharem que este processo é controlável, sendo assim, o que resta fazer é ao menos tentar deslegitimar e desnaturalizar esta sociabilidade.

A ideia não é olhar para o passado como atraso, pois o estudo de autores como Machado de Assis e Lima Barreto demonstram uma crítica profunda desta sociedade, e foram fundamentais para a reflexão desta pesquisa.

A crítica da questão nacional é abordada por Lima Barreto em “O triste fim de Policarpo Quaresma (1915)”, no que parece uma crítica endereçada aos projetos nacionais e a ciência que enxergavam no nacionalismo a saída para os problemas da Nação – vide Euclides da Cunha. O enredo do livro parte da vida do personagem “major” Policarpo Quaresma, que pode ser considerado o retrato da contradição em torno do projeto nacional brasileiro. A descrição física do personagem é uma conversa direta com Euclides da Cunha, em ‘Os Sertões’: o autor dizia ter encontrado no “sertanejo”, a “rocha viva” da raça nacional, e este teria como característica a inferioridade intelectual porém constituído de corpo forte, e já “Policarpo Quaresma” é o inverso deste sertanejo, pois é retratado enquanto um homem inteligente, porém muito fraco fisicamente – o que impossibilitou sua vida nas forças armadas, tendo que aceitar viver num cargo militar burocrático.

A crítica ao Positivismo é tratada de maneira muito interessante a partir da crítica ao personagem Policarpo Quaresma, que encarna a figura do positivista:

A razão tinha que ser encontrada numa disposição particular de seu espírito, no forte sentimento que guiava sua vida. Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o por inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa (BARRETO, 1996, p.22)

Como visto, o ideário patriótico e nacionalista do personagem parte mesmo princípio do Positivismo, que é a busca pelo de caráter imutável de cada coisa, como Comte definia. Por mais que o Policarpo criticasse o Positivismo e os positivistas, o personagem era a encarnação do positivista. A crítica ao positivismo aparece quando relata as perseguições políticas empreendidas pelo presidente Floriano Peixoto e dos militares:

Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita *positivismo*, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichismo, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!...”  
[...]

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas ideias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais.

[...]

A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana. O prestígio dele era, portanto, enorme.” (BARRETO, 1996, p.120 e 121)

A partir destas contradições se desenvolvem a história do personagem na busca do ideário nacional. O personagem é a encarnação da neutralidade, o autor o transforma em alguém que de fato renuncia seus interesses particulares na busca de um bem comum, que acredita estar materializado na nação: “Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo: Quaresma era antes de tudo brasileiro (p.22)”.

Com objetivo de construir o patriotismo do Brasil, e encontrar nossas “verdadeiras” raízes ele começa a busca frustrada dos elementos “verdadeiramente nacionais” que formariam nossa cultura. Então, Policarpo com seus profundos estudos<sup>35</sup> da história do Brasil busca a raiz de tudo que seja “originariamente brasileiro”, e encontra na viola – que logo é substituída pelo maracá e o inúbia, como genuinamente nacionais – e nas modinhas<sup>36</sup>, a música verdadeiramente nacional, mas logo se decepciona ao buscar as referências que comprovassem seus estudos, pois a principal delas, a Tia Maria, uma ex-escravizada, conheceria modinhas mais antigas, e já não se lembrava mais destas.<sup>37</sup> Da decepção com as modinhas passou

---

<sup>35</sup> Aqui também Lima Barreto mostra sua aguçada percepção dos acontecimentos de sua época, quando cita um médico que não gostava de Policarpo por considera-lo um pedante: “se não era formado” para que aquela quantidade de livros?” na figura do médico Lima Barreto explicita aquele conflito relatado por Lilia Schwarcz entre os literatos e os homens da “sciencia”.

<sup>36</sup> “De acordo com a sua paixão dominante, Quaresma estivera muito tempo a meditar qual seria a expressão poética musical característica da alma nacional. Consultou historiadores, cronistas e filósofos e adquiriu certeza que era a modinha acompanhada pelo violão. Seguro dessa verdade, não teve dúvidas: tratou de aprender o instrumento genuinamente brasileiro e entrar nos segredos da modinha. Estava nisso tudo *a quo*, mas procurou saber quem era o primeiro executor da cidade e tomou lições com ele.” (BARRETO, p.26)

<sup>37</sup> “Quaresma vinha desanimado. Como é que o povo não guardava as tradições de trinta anos passados? Com que rapidez morriam assim na sua lembrança os seus folgares e as suas canções? Era bem um sinal de fraqueza, uma demonstração de inferioridade diante daqueles povos tenazes que



para as festas, quando acreditou ter encontrado o “Tangolomango” como festa genuinamente nacional, mas, ao estudar sua história, descobre suas raízes africanas. Esta última ideia o fez chegar no povo Tupinambá, e na convivência deles descobriu que a forma desse povo recepcionar suas visitas era chorando, então começou a fazer o mesmo no seu cotidiano, causando o estranhamento das pessoas a sua volta que começaram a se questionar sobre sua sanidade mental. Mas o ponto central do livro é o seu requerimento enviado a Câmara, com o objetivo de tornar o tupi-guarani a língua nacional.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênias para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que polissintetismo dá muitas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores de organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e a nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica.” (BARRETO, 1996, p.52 e 53)

O pedido de mudança da língua oficial do Brasil, enfurece o oficial do departamento em que trabalhava, e Policarpo, respeitador da hierarquia, desiste de tentar argumentar sobre suas certezas, e se torna chacota em seu ambiente de trabalho. Subentende-se que o próprio major (apelido de Policarpo) se interna em um hospício, e não era a sua primeira vez. Durante sua estadia no hospício, Policarpo sente-se profundamente incompreendido e infeliz, e, seguindo um conselho de sua afilhada, ao sair de sua internação se muda para uma casa no campo, onde encontra um novo propósito de vida, pois se convence de que a agricultura seria a verdadeira “vocação” nacional. Porém, ao chegar ao local do sítio se espanta com a pobreza da vizinhança, e não compreendia por que terras tão agricultáveis pudessem estar ociosas. Primeiro culpou a “preguiça” dos moradores da região, mas, com o passar do tempo começa a perceber que o solo estava sem nutrientes e necessitava de

---

os guardam durante séculos! Tornava-se preciso reagir, desenvolver o culto as tradições, mantê-las sempre vivazes nas memórias e nos costumes...” (BARRETO, 1996, p.34)

grandes investimentos para se tornarem férteis novamente, tecendo uma analogia com a situação do trabalho no Brasil em uma crítica ao sistema do colonato de imigrantes europeus incentivado pelo Estado, enquanto os seus moradores eram esquecidos.<sup>38</sup> Desiludiu-se com a vida no campo após ser atacado por um político local por negar apoio, devido a um ataque de formigas a sua propriedade e a sua frustrada venda da primeira safra. Contudo, em uma manhã recebe uma carta de convocação para integrar as forças que apoiariam o governo de Floriano Peixoto contra o golpe de Estado que vinha sendo articulado pela Marinha. Ao ingressar em uma milícia de apoiadores de Floriano, desilude-se com o exército por este representar mais interesses privados do que nacionais. O governo de Floriano derrota o levante da Marinha, e logo em seguida Policarpo procura o presidente para entregarlhe o Memorial que havia produzido com legislações necessárias para o progresso do Brasil. O personagem começa a se chocar com a perseguição política empreendida do governo Floriano contra os supostos opositores, até que em um determinado momento é preso – entende-se que por causa do Memorial –, e assim como boa parte dos opositores ao regime de é morto.

A ironia de Lima Barreto é que ao buscar a lógica da nacionalidade, mostra a falta de sentido entre a ideia da nação neutra, que se sobrepõe aos interesses privados, pois Policarpo encarnava todo este ideal e isto o leva a ser internado como louco, e ao final morto a mando do líder da Nação. O livro contém uma crítica profunda a ideia do Exército e da Nação como neutros ou representantes do povo. As reflexões propostas por Lima Barreto demonstram sua compreensão crítica a ciência brasileira da época que enxergava na transformação política e no encontro da raça, como os motores do desenvolvimento nacional. Policarpo também simboliza a ciência que buscava a explicação do mundo através da sua materialidade, e por isso não consegue compreender que a impossibilidade de desenvolvimento do Brasil não é somente uma questão de vontade, mas a forma de inserção do Brasil neste processo de modernização já o coloca enquanto retardatário no desenvolvimento.

Da mesma forma que podemos encontrar críticas importantes de Machado de Assis ao contexto da época. No seu conto “O Alienista” com o personagem Simão Bacamarte, médico e cientista que após longos anos de estudo na Europa, volta a

---

<sup>38</sup> Esta visão de Policarpo demonstra sua ingenuidade em relação as políticas de branqueamento da população. Para um estudo mais aprofundando, ver: “Estado e Migração: Anotações ara uma História das Políticas Migratórias”, artigo de Carlos Vainer na Revista Travessia, nº 36, ano 2000)

morar em uma pequena cidade chamada Itaguaí, e lá a partir da decepção com a impossibilidade de possuir filhos, se “afunda nos estudos científicos” e assim descobre a falta de estudos no Brasil sobre as “patologias do cérebro”. Assim busca o apoio da Câmara local, e abre um manicômio. A história trata-se de uma crítica à objetividade científica, pois no decorrer da narrativa o médico vai mudando de opinião sobre os temas estudados, e desta forma começa a “prender” ou “soltar” os habitantes da cidade de acordo com uma nova teoria estudada. Era considerado “loucura”, qualquer ação trivial cotidiana da cidade que estivesse fora da “normalidade”. Após o médico prender boa parte da cidade, o barbeiro<sup>39</sup> Porfírio, desconfiado que o alienista estivesse ganhando dinheiro com as prisões, resolve fazer um motim contra Simão Bacamarte, assim consegue o apoio da polícia e de outros habitantes e destitui a Câmara dos Vereadores, quando todos achavam que Porfírio colocaria um fim nas prisões, ele começa a apoiar Simão Bacamarte na continuidade das prisões. Daí decorrem outros golpes e prisões, ao final quando o médico já havia prendido praticamente toda a cidade, ele descobre:

Simão Bacamarte achou em si os característicos do perfeito equilíbrio mental e moral; pareceu-lhe que possuía a sagacidade, a paciência, a perseverança, a tolerância, a veracidade, o vigor moral, a lealdade, todas as qualidades enfim que podem formar um acabado mentecapto. Duvidou logo, é certo, e chegou mesmo a concluir que era ilusão; mas sendo homem prudente, resolveu convocar um conselho de amigos, a quem interrogou com franqueza. A opinião foi afirmativa (ASSIS, 2004, p.132 e 133).”

Então Simão solta todos os “internados” e decide prender a si mesmo, e lá vive estudando até a sua morte: “A questão é científica, dizia ele; trata-se de uma nova doutrina, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática.”

Machado a partir deste conto faz críticas à ciência da época, e ao copismo dos cientistas brasileiros em aceitar as doutrinas vindas da Europa sem nenhum senso crítico. O que foi proposto na apresentação tanto de Lima Barreto quanto Machado de Assis é a ideia de não apresentar o momento histórico dos autores como atrasado, pois foi possível perceber que as mesmas questões que envolviam “Os Sertões” eram tematizadas de diferentes maneiras por outros autores contemporâneos a Euclides.

---

<sup>39</sup> Acredito não ser por acaso a escolha da profissão do barbeiro, pois como parte da sua profissão é fazer barbas, ele também passa lâminas, nos pescoços o que deve envolver uma relação de extrema confiança. Apesar do barbeiro não ser nada de confiança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando surge a questão sobre como deve ser a conclusão deste estudo, há o risco de repetir algo que talvez já tenha sido exaustivamente escrito durante o texto. Uma questão que sempre esteve presente, foi o incomodo com que seriam as identidades nacionais, uma das motivações para buscar o curso de Geografia, era estudar como se constituíam as fronteiras, e por que era necessário a formação de um país, o que significaria “ser brasileiro”? Tentei a partir desta pesquisa, pensar como se constitui esta ideia de nacionalidade, e assim dar processo histórico a este conceito, os incômodos se tornam insuportáveis com a ascensão de um presidente que tem no seu discurso nacionalista sua principal arma, e como este discurso nacionalista cria uma ideia de neutralidade e livre de interesses privados, mas que na prática se constitui destruindo um país, do meio ambiente as pessoas que vivem nele, tendo em vista o progresso, beneficiando assim interesses privados.

Se este estudo fosse terminado em meados de 2016, mesmo estudando questões históricas, sua conclusão talvez fosse completamente diferente. Logo quando comecei a integrar os grupos de estudos e produzir a pesquisa no final do curso de Geografia existia da minha parte grande facilidade em criticar a história da Ciência, o Iluminismo, o Positivismo, e a forma como estes movimentos influenciaram na forma de interpretar e conseqüentemente naturalizar a forma social que faz parte da mediação desta sociedade, a mercadoria. Porém, nos últimos anos isto se modificou. Com a expansão massiva dos aparelhos celulares e das redes sociais online, as notícias passaram a circular de forma cada vez mais rápida, por todas as pessoas, e a televisão foi perdendo o protagonismo como o principal meio de comunicação.

Todo este movimento fez com que em 2016, o dicionário de Oxford incluísse o conceito de “Era da pós-verdade” em sua lista, no mesmo ano em que o presidente Donald Trump foi eleito nos Estados Unidos da América por meio de uma campanha baseada em notícias falsas, as tais *fake news*<sup>40</sup> que foram propagadas tanto contra

---

<sup>40</sup> É interessante pensar que Canudos hoje poderia ser considerada uma *fake news*, que legitimou uma das grandes atrocidades que constitui a história do que chamamos de Brasil, junto a escravização de povos africanos e indígenas. Todo este passado constitui e ainda continua ecoando em nossos cotidianos.

seus adversários diretos a presidência, como a grupos minoritários, com um esquema de utilização indevida e ilegal de dados privados possibilitado pela *Cambridge Analytics*, para assim também conseguir influenciar a opinião de eleitores de forma mais direta em favor de seu futuro mandato. A campanha foi marcada por um discurso raivoso, nacionalista, xenófobo, misógino e racista.

Um fenômeno muito semelhante aconteceu no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, e com isto surgiu uma das perguntas desta pesquisa: Por que a ideia de nacional é atrelada a um propósito neutro, ou pelo bem da nação, como se a nação fosse autonomizada da economia? Como citado anteriormente, o Estado não escolhe qual a forma de mediação social. Outra pergunta muito intrigante foi sobre os efeitos da associação entre o exército, nação e a imagem de Bolsonaro. Mas, o que faz o exército ser compreendido enquanto um ente neutro neste processo? Não existe política de interesses dentro das forças armadas? Se na sua aparência o exército parece defender os interesses da Nação, na sua essência ele defende a livre circulação do capital, tanto Canudos como a ditadura militar, até este governo provam esta ideia. O nacionalismo da ditadura, e o “crescimento” da infraestrutura brasileira é o escoamento dos petrodólares em crise nos anos 1970. E o nacionalismo de agora é abertura das fronteiras do Brasil para a exploração econômica estrangeira.

Foi possível a partir de Hobsbawm compreender qual é o contexto de surgimento dos ideários nacionais e como estes se relacionam com a expansão do capital pelo mundo. Se pensarmos em uma analogia, os países passam a ser “transformados” em empresas para concorrerem entre si no mercado mundial, e com o desenrolar da História e das sucessivas crises do capitalismo, as fronteiras que se estabeleceram se dissolvem – a partir de acordos, bombas ou ditaduras – para a entrada do capital estrangeiro e, contraditoriamente, as mesmas fronteiras para as pessoas tornam-se cada vez mais rígidas e os migrantes mais criminalizados.

Os discursos de intolerância não surgem agora, eles também são a forma de aparência de uma sociedade que se constitui por meio da concorrência, que na sua essência pressupõe o extermínio do outro, isto só fica mais aparente nestes contextos de crise, quando o outro toma a forma do migrante. De certa forma esta pesquisa busca entender como se constituiu estas ideias, e como foi discutido, nada há de natural na divisão do mundo em raças, países, nações e fronteiras, pois esta forma de organização atual das terras e povos é fruto de um contexto histórico de

desenvolvimento e uma forma de sociabilidade que surge na Europa e que se espalha para o mundo através da violência física.

Ao analisar o contexto de institucionalização da Geografia esta pesquisa aborda um momento do Imperialismo em que os países da Europa Ocidental passavam pela primeira grande crise do capitalismo e precisavam explorar novas terras, tanto para o espólio de matérias-primas como para vender para novos consumidores produtos europeus. A Geografia então surge como um discurso de legitimação deste Imperialismo que ao mesmo tempo contemplava a formação de um ideário nacional dentro da Europa e a invasão de territórios em outros continentes.

A escolha de Euclides da Cunha, como exemplo de figura histórica, que expressou este discurso no Brasil também ajudou a compreender como se deu a propagação das ideias científicas europeias nas ex-colônias e sua disseminação no Brasil e de como ocorreu o processo de autonomização do capital no Brasil como particularidade. Este movimento do texto permitiu discutir que aquilo que chamamos hoje de Ciência não faz parte de um processo evolutivo do pensamento humano.

Mesmo assim, não é a pretensão desta pesquisa se compreender enquanto a luz que ilumina aquele momento histórico, Lima Barreto e Machado de Assis já são provas suficientes de compreensão apurada do contexto no qual viviam. Os dois autores mostram uma percepção de desnaturalização daquela sociedade em seus textos. O personagem patriota, Policarpo Quaresma é o desvelamento perfeito da lógica nacionalista, ou seja, não por acaso todas as ideias patrióticas de Policarpo fracassaram, sendo no final o personagem que representava o ideário de uma nação, livre de interesses privados, e de fato preocupado com a nação sendo morto pela sua própria nação.

A pergunta sobre como fazer uma pesquisa que busque criticar a formação e influência do pensamento científico, e não deixar que esta se aproxime a uma banalização da ciência foi uma preocupação durante a realização deste trabalho. Preocupação justa num contexto histórico em que surgem grupos afirmando que a terra é plana, presidentes sendo eleitos por meio de discursos belicosos e incentivando a exterminação de grupos que não coadunam com seus ideais, figuras públicas com discursos que incentivam a violência, numa sociedade que se funda a partir da violência, e que a todo momento reafirmam formas de violência, do momento que acordamos até nas noites de sono, quando ainda se tem o privilégio de ter.

A busca desta pesquisa foi uma crítica a constituição do pensamento científico que ao longo da história naturalizou a história desta sociedade, mas é a partir deste pensamento científico que existe a possibilidade, por menor que seja, de discutir um mundo sem fronteiras para as pessoas, em que todas as vidas sejam cuidadas, a centralidade não seja o dinheiro e acumulação de bens materiais e que se reflita o que é a violência. A aflição com este tema aumentou na medida em que os cortes nas universidades aumentam, e as possibilidades de reflexão sobre esta sociedade diminuem, assim como o tempo de estudo e reflexão, pois é necessário tentar ganhar dinheiro da forma que der para não ser mais um descartável.

Desta forma, tentou-se buscar uma crítica da ciência pela ciência, não a compreendendo enquanto uma evolução da história do pensamento humano, mas como tentativa de desnaturalizar esta sociedade e a partir daí tentar discutir outras formas de sociabilidade que não estejam mediadas pela mercadoria. Mesmo ao estudar a formação histórica do Estado nacional, sempre foi uma questão importante para esta pesquisa, ligá-la ao contexto atual de colapso da modernização (KURZ, 1992). Por isso é tão importante a pergunta feita por Policarpo Quaresma no início do capítulo 2, porque diz respeito à forma como a sociedade moderna foi interpretada, e de como se desenvolveu a forma-mercadoria enquanto mediação social.

A construção desta pesquisa foi uma tentativa de resposta à pergunta de Policarpo. O caminho para traçar uma resposta foi partir da Geografia para discutir como se constituiu uma tentativa de explicação da nossa sociedade, e quando a ciência geográfica pretendeu ser um “ponto de contato” entre as ciências naturais e humanas, abriu caminhos importantes para desvelar a negatividade do processo de formação desta sociedade. Ao desnaturalizar o discurso de formação da ciência geográfica, também se buscou o mesmo para o discurso que compreende esta sociedade como a mais evoluída que já existiu na história da Terra.

A constituição dos Estados obedecesse àquela lógica apresentada por Ratzel, perde-se de vista os processos sociais que constituíram aquilo que viria a ser chamado de Brasil. A “entrada” do Brasil no processo de modernização – enquanto produtor de mercadorias tropicais – já o coloca enquanto “retardatário” (KURZ, 1992)<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Robert Kurz usa este termo se referindo aos países, principalmente as antigas colônias, que começam seu processo de modernização após os países da europeus ocidental, assim sendo, as formas de modernização no Estado brasileiro, nunca conseguirão atingir os padrões da modernização inglesa.

em relação ao desenvolvimento do capitalismo nos países da Europa central. O Brasil, mesmo sendo tão “rico” de recursos naturais, não se desenvolve, pois esta é a modernização que historicamente incorporou o Brasil como país produtor de mercadorias tropicais, o que talvez não difira muito dos dias atuais.

A grande dificuldade que temos para lidar é: se tudo o que este movimento científico produziu sobre confecção, análise, cálculos matemáticos, avanços biológicos, descobertas dos movimentos planetários, galáxias, buracos negros, buracos de minhocas...Se todas estas questões passassem a ser questionadas, o seria então dos estudos sociais?

Como explicar para uma pessoa que acredita que um dos grandes problemas do Brasil é a impunidade de pessoas que cometem ilicitudes e que a solução para isto é encarcerar mais pessoas? Mesmo sabendo que o Brasil é a terceira maior população carcerária do mundo, e quem já está encarcerado vive hoje pior do que animais em zoológico, como tal solução pode ser resposta para um problema tão complexo? O estudo realizado por Michel Foucault sobre a história do sistema prisional francês em “Vigiar e Punir”, apresenta que a medida em que os suplícios foram ficando cada vez mais violentos, a população começava a se rebelar contra tais atrocidades, e os níveis de violência da sociedade também aumentavam. Não há como não ler o capítulo “O corpo dos condenados” e não ficar chocado com tamanha atrocidade, e por que não nos chocamos mais com as superlotações das cadeias?

Ou como explicar o aumento da desigualdade social mundial, e a precarização cada vez maior dos postos de trabalho? Hoje a ideia do “é melhor ter qualquer emprego do que nenhum” já está introjetada na cabeça de todos. Como discutir que todos estes problemas que vivemos hoje advêm de uma forma de sociabilidade historicamente determinada, que aquilo que chamamos de trabalho hoje, não é a única forma de funcionamento de uma sociedade, muito menos o seu estágio mais evoluído? Conclui-se disto que o que entendemos por modernização ou evolução social é a continuidade da miséria da vida.

Hoje, o debate sobre 4ª Revolução Industrial está mais presente do que nunca em nosso cotidiano, seja através do celular, jornais, livros, escolas, televisão ou Internet, que de um modo geral e espantoso, ainda é visto por muitos como algo positivo, como acontece sempre que surge um especialista com um novo clichê:



“alguns trabalhos vão desaparecer, mas novos surgirão<sup>42</sup>.” Só restou informar a estes nobres especialistas que isto acontece desde o século XVIII com a 1ª Revolução Industrial, e que a contradição inerente entre capital e trabalho é justamente esta: cada vez menos o capital precisa da força de trabalho humana para se reproduzir, porque para as mercadorias serem rentáveis estas devem ser produzidas a custos cada vez mais baixos, tanto em relação ao custo da matéria-prima quanto ao tempo de trabalho.

Por isso, não é mero fruto do acaso que existam números cada vez maiores de presos, de desempregados, de mortes no trânsito, de mortes em corredores de hospitais, locais sem água ou com água podre, alto número de desabrigados, aumento da fome e do número de suicídios. A indiferença com a vida é só mais um dado estatístico, perdendo-se qualitativamente qualquer preocupação com a pessoa. No mundo da concorrência, de todos contra todos, das revoluções industriais, este é o resultado: o número dos descartáveis só aumenta. Então para esta forma-social, esta indiferença beneficia a manutenção do movimento tautológico do fim em si do dinheiro, que não pode parar com o risco de os “mercados” financeiros ficarem nervosos.

Todas estas questões mobilizaram esta pesquisa, sempre junto a pergunta sobre a naturalização da violência. O que acontece em nosso cotidiano se fomos acostumados a nos violentarmos e violentar outros, sem nem se questionar qual o fundamento disto? Dizer a uma criança que ela deve ficar sentada em uma cadeira durante sete horas do seu dia, de segunda a sexta, para conseguir se qualificar para se inserir no mercado de trabalho?

A escola é uma questão central neste debate, e por mais que não tenha sido o objetivo dessa pesquisa fazer um estudo da instituição escolar, em alguns momentos, foi possível tratar de algumas questões que justificassem o seu surgimento: a divulgação das ideias nacionais e implicitamente a preparação da população para o trabalho. E, sendo assim, em qual momento a escola começou a ser compreendida enquanto possibilidade de reflexão para uma sociedade melhor?

A crise<sup>43</sup> vivida nas escolas em relação aos modelos de ensino recaem sempre sobre a “antiguidade” do modelo escolar, não mais suficiente para as demandas do

---

<sup>42</sup> Faça uma busca no Google com esta pergunta e veja o que aparece.

<sup>43</sup> Este é um problema secundário, em relação ao sucateamento do ensino público no Brasil, os salários irrisórios, condições de trabalho que beiram a insalubridade. Sem falar nos novos movimentos que buscam perseguir e “denunciar” professores que estejam doutrinando nas escolas.

mundo atual, e esta questão não é inteiramente descartável, mas a ela deve ser acrescentada uma pergunta<sup>44</sup>: Por que acreditamos que ao transformar a escola visando a 4ª Revolução Industrial e as novas gerações, estamos contribuindo para a formação de pessoas que irão pensar em um mundo melhor e mais justo, se até hoje a escola serviu para “preparar” as pessoas para o trabalho? Até hoje não consegui pensar e ninguém trouxe uma resposta considerada suficiente para responder esta questão.

Esta pesquisa não tem a pretensão de ter uma conclusão definitiva, mas se for para concluir algo é importante sinalizar que a tal crítica da falta de alternativa da qual a esquerda<sup>45</sup> é acusada, não deve ser encarada enquanto culpa, mas sim como compreensão de que chegamos no limite<sup>46</sup> desta forma social. Enquanto tentarmos dar as respostas para a saída de um mundo mais justo, partindo da forma-mercadoria enquanto solução, continuaremos circulando pelo mesmo problema. Ao longo dos anos na Universidade pude vivenciar muitos momentos de interrupções de diálogos por conta de algumas posições teóricas divergentes: o camponês existe ou não? A luta de classes é uma lei da história, ou não? A saída para o fim do capitalismo, vem do urbano ou do campo? O que é a consciência de classe? Acredito que chegamos em um momento que é necessário o diálogo entre qualquer um que já chegou à conclusão do limite desta sociedade, continuar encastelados em nossas ideias e conceitos não nos ajudará. Não tenho a ingenuidade que esta é a solução para os problemas do nosso mundo, mas como percepção particular da vida o caminho do diálogo e da troca de conhecimento vem me ajudando, num contexto em que a ameaça de interrupção da vida é constante. A certeza de que vivemos um colapso social e ambiental não necessita mais de provas, a questão agora é se morreremos encastelados em nossas teorias e certezas ou buscaremos o diálogo, infelizmente esta me parece por enquanto a única alternativa.

---

<sup>44</sup> Pergunta feita pelo meu amigo Bruno Xavier em uma conversa

<sup>45</sup> Sei da generalização do que pode ser considerado a “esquerda”, mas a provocação aqui é pensar se existiria algum projeto político, além do que hoje convenciamos chamar de uberização do trabalho, isto é a modernização, não a falta dela.

<sup>46</sup> Nunca esquecendo: De que não há nada que não esteja ruim que não possa piorar.

## BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Machado de. **Os melhores contos de Machado de Assis**. 15ªed. São Paulo: Global, 2004.

AZEVEDO, Aroldo de. Os Sertões e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, nº5, julho, 1950.

BARRETO, Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ed: Ática, 1996.

BOECHAT, Cássio Arruda. **Região do Colonato**: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista, (Dissertação de Mestrado) DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 38ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (campanha de Canudos)/Euclides da Cunha; edição prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. (Clássicos comentados I), São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramalhate, 38.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1984.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HAMBUERGER, Ernst.W. **O que é Física?**. São Paulo: editora brasiliense, 1989.

HEIDEMANN, Heinz Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. **O trabalho no Brasil**: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. *Estud. av.*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 55-67, ago., 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200005&lng=pt&nrm=iso). Acessado em ago., 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise do capitalismo mundial. Ed. Paz e terra, 5ª edição, 1992.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Ed. Cosmos. 1954.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 4ªed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ªedição, São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital, [tradução de Rubens Enderale]. São Paulo: Bomtempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ªedição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da economia política**. L. III, tomo II, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A Gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 8ª edição, São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POSTONE, Moishe. **Tempo trabalho abstrato e dominação social: uma reinterpretção da teoria crítica de Marx**. Tradução Amilton Reis, Paulo César Castanheira. 1ªed, São Paulo: Bontempo 2014.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RATZEL, Friedrich. Ratzel: Geografia. Org: Antonio Carlos Robert de Moraes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RENTE, Renata Santos. **Região geográfica e o regional na literatura brasileira: a representação do sertão em Guimarães Rosa e os debates sobre a formação do Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia Humana FFLCH/USP. São Paulo, 2013.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

RONCARI, Luiz Dagobert de Aguirra. **Machado Manifesto: o nacional e a utopia em Machado de Assis; um estudo sobre a cultura brasileira**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de História Social FFLCH/USP. São Paulo, 1980.

SAGAN, CARL. **O Cérebro de Broca**. Lisboa: Gradiva, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEABRA, Manoel & GOLDENSTEIN, Lea. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, sep., 1980.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1965.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A Região das Lavras baianas**. (Tese de Doutorado) Departamento de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2008.